

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 882
15 de Novembro de 1990
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



O Encontro Nacional da JCP reuniu na Faculdade de Letras de Lisboa...



... quinhentos jovens de todas as regiões do País.

Encontro Nacional da JCP



Agir para transformar

Quinhentos jovens definem
orientação para o reforço e acção da JCP

Págs. 1, 2 e 3/Semana

Discurso de Álvaro Cunhal:

«O apelo à acção, à organização, à luta, às iniciativas juvenis é inseparável do apoio à imaginação e à criatividade»

Págs. 4 e 5/Semana

ASSOCIATIVISMO

Em Foco Uma mesa-redonda promovida pelo «Avante!»

DUAS ELEIÇÕES DE RELEVANTE IMPORTÂNCIA EM PERSPECTIVA

Editorial



O processo de candidatura de Carlos Carvalhas a Presidência da República foi ontem entregue no Tribunal Constitucional pelo mandatário nacional António Abreu acompanhado por uma delegação do PCP composta por Domingos Abrantes, Edgar Correia, Luís Sá e Vítor Dias, da Comissão Política do CC do PCP, e Ana Serrano, do Grupo de Apoio à candidatura.

Formalizada a candidatura de Carlos Carvalhas

• Noticiário nas págs. 6 e 7/Semana

Política do Governo sufoca agricultura

• Problemas dos agricultores portugueses, as consequências nos campos da integração na CEE e a política do Governo analisadas no Encontro da FENCA realizado em Évora

Págs. 10 e 11/Semana



Reunião da FENCA em Évora no passado fim-de-semana

Assembleia da ORL

Um lapso, de que pedimos desculpa aos nossos leitores, publicado na última edição do «Em Foco» na reportagem sobre a primeira Assembleia da Organização da Cidade de Lisboa faria incorrer os leitores do «Avante!» em erro, ao estabelecer-se a confusão entre essa organização (da cidade) e a Organização Regional de Lisboa (do distrito). Como é sabido, a segunda Assembleia da ORL decorrerá nos próximos dias 14 e 15 de Dezembro, tal como hoje é explicado nas páginas da «Semana» dedicadas ao PCP.

Duas eleições de relevante importância em perspectiva

Nos horizontes políticos portugueses do ano próximo dois actos eleitorais de relevante importância avultam no quadro institucional português - as eleições para a Presidência da República em 13 de Janeiro e as eleições legislativas para a Assembleia da República, estas, no caso de cumprimento dos prazos constitucionais de legislatura, na segunda metade de 1991.

Embora de forma diferenciada, as duas eleições, na presente conjuntura interna e no contexto de uma situação internacional profundamente instável, influirão de maneira decisiva nos anos mais próximos e a médio prazo na política nacional e nos destinos do País.

A recandidatura de Mário Soares e o apoio que recolhe do PS e do PSD exclui à partida a possibilidade de quaisquer alterações na detenção do cargo de que é titular desde 1986 pelo que a sua reeleição deve considerar-se quase certa.

A importância das eleições presidenciais de 91, não sendo, pois, susceptíveis de grandes surpresas, assenta, contudo, em premissas novas relativamente às de 1986 que convém assinalar.

A primeira, é que a candidatura de Mário Soares não tem agora pela frente, como há cinco anos, um adversário da direita restauracionista mais extrema conluiada, como Freitas do Amaral, que reunia à sua volta todas as forças da contra-revolução e obteve o maior número de votos na primeira volta das eleições e que só pôde ser derrotado na segunda devido à corajosa decisão do voto em Soares pelo PCP.

A segunda, é que as eleições presidenciais - no momento em que se torna imperiosa a remoção da direita das suas actuais posições no Poder e a consequente substituição do Governo PSD/Cavaco Silva por um governo democrático - se apresentam elas próprias como uma verdadeira pré-campanha para as eleições legislativas do Verão de 91, essas sim, realmente decisivas em termos de arrumação de forças ao nível do Poder.

A terceira, é que, independentemente da ida até às urnas do candidato do PCP, a apresentação da candidatura de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do nosso Partido, se insere na empenhada luta dos comunistas por uma necessária

alternativa democrática ao Governo do PSD e de Cavaco Silva e pela indispensável convergência das forças democráticas na concretização daquele objectivo.

O apoio de Cavaco Silva à candidatura de Mário Soares, independentemente de o PSD não ter podido opor-lhe um candidato próprio capaz de disputar com êxito as eleições presidenciais e de garantir a concretização da velha aspiração da direita - «um governo, uma maioria parlamentar, um presidente» - insere-se sem dúvida na sua estratégia da reconquista da maioria absoluta nas legislativas de 91 e da sua continuação por mais quatro anos à frente do Executivo - objectivo que o próprio Cavaco declarou ser-lhe indispensável para a realização completa do seu projecto totalitário de restauração dos monopólios e do capitalismo monopolista de Estado.

O apoio de Cavaco Silva e do PSD à candidatura de Mário Soares fundamentado na base de uma «solidariedade institucional» de quatro anos, mas que pode ter nos alicerces outros ingredientes menos visíveis, inscreve-se numa vasta manobra demagógica de longa duração e de corrupção da consciência de eleitores menos esclarecidos para que acumulou meios financeiros de vulto num diversificado «saco azul» eleitoral e para a qual gizou toda uma grande operação de «corta-a-fita», de contactos, esmolas e promessas a sectores carenciados da população, ao mesmo tempo que manobra no âmbito dos «parceiros sociais» para se construir a si próprio uma imagem de «concertador» e de «apaziguador» social.

Esta vasta manobra pode ser contrastada com êxito pelas forças democráticas na condição de uma acção convergente e concertada, pelo desmascaramento da demagogia cavaquista, pelas próprias contradições do projecto restauracionista da direita governante e dos interesses de rapina e de grupo dos monopólios que disputam a posse e a direcção estratégica da economia nacional.

Um dos «dramas» do cavaquismo governante é precisamente a dificuldade de conciliar a manobra demagógica de objectivos eleitoralistas com os propósitos de reconstituição a curto prazo dos monopólios e do capitalismo monopolista de Estado.

No plano económico, no plano financeiro, no plano social, as contradições e rivalidades de grupo e de interesses avolumam-se. O processo de reprivatizações e a aceleração da integração europeia chocam-se com os obstáculos de uma conjuntura de quase recessão da economia mundial;

O agravamento dos défices estratégicos da economia nacional e a crescente alienação das principais fontes de rendimento nacional ao capital estrangeiro e grupos multinacionais;

A injustiça da repartição das receitas e despesas do Orçamento de Estado, as primeiras - em particular as receitas fiscais - na base da taxa real de inflação, as segundas - em particular as despesas sociais - na base da taxa fictícia decretada nos gabinetes dos ministros;

O chamado «acordo social» - a tentativa de impor aos trabalhadores um verdadeiro «pacto social» consagrando a submissão dos seus interesses aos do patronato e do grande capital mesmo assim sempre submetido ao arbítrio do Governo;

A injusta política de preços e salários e a distribuição do rendimento nacional em prejuízo do trabalho e em benefício do capital; a liberalização dos despedimentos e da precarização do trabalho, são alguns dos pontos de conflito e de instabilidade nas áreas mais sensíveis da vida nacional, da nossa independência e soberania, das condições de vida do povo.

São práticas quase inconciliáveis com a demagogia eleitoralista do cavaquismo e problemas objectivos susceptíveis da mobilização e intensificação do movimento popular de massas, da contestação popular mais vasta à prática do Governo, da convergência, entendimento e unidade entre as forças democráticas na via da construção de uma verdadeira alternativa democrática ao Governo e à política do PSD e de Cavaco Silva.

Resumo

7

Quarta-feira

O presidente da CM de Lisboa, Jorge Sampaio, anuncia um investimento na ordem dos oitenta milhões de contos nos próximos cinco anos para resolver o problema da habitação, que regista um débito na ordem das cinquenta mil casas ■ A comissão política do PS acusa Carlos Carvalhas de ser um falso candidato às eleições presidenciais, considerando que o PCP não tem coragem para contar os seus votos; entretanto o candidato do PCP afirma durante uma visita à Tabaqueira que o Presidente da República não pode ficar insensível perante a crescente violação dos direitos dos trabalhadores em muitas empresas ■ Cavaco Silva reivindica em entrevista à televisão ter sido o primeiro chefe de Governo a conseguir acordos de concertação social em Portugal ■ O presidente angolano Eduardo dos Santos assume a chefia do Ministério da Defesa e do Estado-Maior-General das FAPLA ■ Comemora-se oficialmente em Moscovo o 73.º aniversário da Revolução de Outubro ■ O primeiro-ministro indiano, Pratap Singh, apresenta demissão após ter perdido um voto de confiança no parlamento de Nova Deli.

8

Quinta-feira

As propostas relativas às leis autárquicas são aprovadas na generalidade ■ Uma decisão do Conselho de Ministros aumenta 17 por cento em média, a partir de Dezembro, os cerca de dois milhões de pensionistas do País ■ O Presidente da República defende o redimensionamento e a modernização das Forças Armadas, classificando este objectivo como uma prioridade de Portugal ■ Lucas Pires subscreve o processo de apresentação da candidatura de Basílio Horta à Presidência da República ■ O presidente albanês, Ramiz Alia, anuncia a possibilidade de abolir a interdição da religião e reduzir o monopólio do partido comunista sobre o poder ■ O presidente Bush anuncia que os Estados Unidos vão reforçar a sua presença no Golfo em mais cem mil soldados americanos e centenas de tanques.

9

Sexta-feira

Carlos Carvalhas afirma em entrevista ao Diário de Notícias que o Presidente da República apagou-se e o poder moderador e de vigilância foi extremamente esbatido, quando a Constituição lhe abre as portas para uma grande intervenção ■ O PCP define como incompatível com o lugar que ocupam, a atitude dos deputados José Magalhães e Jorge Lemos, ao apoiarem a candidatura de

Mário Soares. ■ O Primeiro-Ministro declara que neste momento não está previsto um maior envolvimento de Portugal na crise do Golfo ■ João Marçal Alves toma posse do cargo de secretário de Estado das Pescas, substituindo o anterior titular, Jorge Godinho, exonerado a seu pedido pelo Primeiro-Ministro ■ A advogada irlandesa de 46 anos, Mary Robinson, é confirmada como primeira mulher na chefia do Estado irlandês ■ Inicia-se em Madrid o 32.º Congresso do PSOE.

10

Sábado

Chegam ao aeroporto de Lisboa mais dois portugueses que se encontravam no Iraque ■ Jorge Sampaio lança um apelo no sentido de o partido permanecer unido perante o PSD ■ Jorge Larsen apresenta verbalmente ao Conselho Nacional do PRD, reunido em Lisboa, a sua demissão do partido, depois de vários conselheiros terem decidido retirar as suas assinaturas da moção de censura que a renovação 2000 decidira apresentar ■ O presidente soviético efectua mais uma visita à Alemanha durante a qual mantém conversações com os principais grupos parlamentares de Bona ■ Termina na Gulbenkian o 3.º Fórum dos Centros Culturais Europeus organizado pela Acarte.

11

Domingo

Realiza-se o Encontro Nacional da JCP, na Faculdade de Letras, que reúne mais de quinhentos jovens vindos de todo o País ■ O Conselho Nacional do PRD decide dar liberdade de voto aos seus militantes nas próximas eleições presidenciais ■ Portugal defende em Bruxelas a criação de um fundo especial EFTA destinado às regiões mais desfavorecidas da Comunidade após 1992 ■ Israel anuncia que está disposto a receber um emissário das Nações Unidas para debater a situação nos territórios árabes ocupados ■ Mais de três milhões de guatemaltecos vão às urnas escolher um novo presidente da República, para além de 111 deputados, 300 dirigentes municipais e 20 representantes para o Parlamento Centro-Americano ■ O rei Hassan de Marrocos apela para a realização de uma cimeira árabe excepcional e de último recurso a fim de encontrar uma solução pacífica para a crise do Golfo ■ O Soviète Supremo da Federação Russa aprova na generalidade um projecto de lei sobre a propriedade, que prevê a existência de propriedade privada ■ Comemoram-se em Angola 15 anos de independência.

12

Segunda-feira

A privatização da Centralcer rende ao Estado cerca de trinta e quatro milhões e quinhentos mil contos, mas é considerada um fracasso já que ficou por colocar mais de 35 por cento do capital ■ Os deputados José Magalhães e Jorge Lemos recusam pôr os seus lugares na Assembleia da República à disposição do PCP, na sequência de uma nota do gabinete de imprensa que declarava a incompatibilidade entre o exercício do cargo de deputado do PCP e o apoio público à recandidatura de Mário Soares ■ O secretariado do PS acusa o Governo de «gestão arrastada e sem imaginação» no campo da saúde ■ O dirigente do SITRA apresenta queixas-crime contra os dirigentes da UGT, Torres Couto e Oliveira e Costa ■ A CAP denuncia uma subida do preço do vinho de 25 escudos por litro e mil escudos da aguardente, caso venha a ser aprovada uma proposta da Comissão Europeia no sentido de nivelar o imposto de consumo sobre bebidas alcoólicas ■ Portugal rejeita que os têxteis sirvam de moeda de troca para concessões em qualquer outro dossier, nomeadamente o agrícola ■ Os Doze pronunciam-se em Bruxelas a favor de um reforço do embargo terrestre contra o Iraque ■ Akihito é entronizado como 125.º imperador do Japão após a morte de seu pai, numa cerimónia em que participaram mais de quinhentas personalidades entre as quais o Presidente da República, Mário Soares ■ A «grande marcha pela educação» realizada pelos estudantes de Paris termina com o incêndio de carros e pilhagem de armazéns ■ O poeta António Ramos Rosa vence o Grande Prémio de Poesia — 1989 da AEP ■ A SEC anuncia como nova directora do teatro D.ª Maria II a escritora Agustina Bessa Luís.

13

Terça-feira

O ex-secretário de Estado da Saúde, Costa Freire, é libertado com uma caução de 30 mil contos ■ O Provedor de Justiça, Mário Raposo, solicita ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade da Lei das Incompatibilidades aplicada aos eleitos para o Parlamento Europeu ■ José Magalhães solicita ao Presidente da AR a desvinculação do Grupo Parlamentar do PCP, passando a deputado «independente». ■ O dirigente do SITRA, José Brandão, faz declarações na Polícia Judiciária sobre alegadas situações de corrupção na UGT ■ O senador republicano Richard Lugar sugere que Bush convoque o Congresso para debater os objectivos da presença militar americana no Golfo ■ O presidente do Iraque, Saddam Hussein, envia dois emissários a Rabat e a Tunes para tentar encontrar uma saída política para a crise do Golfo.

A apresentação da candidatura do camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, à Presidência da República, o acolhimento que tem obtido não só no seio do Partido e da sua base eleitoral como junto de democratas de tendências várias que têm uma justa compreensão da importância da intervenção dos comunistas no processo eleitoral afirma-se como índice altamente positivo da capacidade de iniciativa do PCP.

Insera-se além disso numa intensa actividade do Partido, das suas organizações regionais e locais, dos seus militantes nas diversas frentes de massas, no movimento das mulheres, da juventude, dos reformados e pensionistas, nas autarquias locais, na Assembleia da República.

Onde quer que se lute e se afirma a oposição contra o cavaquismo governante aí está a acção, o dinamismo, a participação responsável e a capacidade organizadora dos comunistas.

Encontros de projecção nacional como os da «Mulher no Poder Local», «Portugal Independente no Mundo em Mudança», da «Defesa do Ambiente», ou de grande impacto regional como da «Conferência Regional do PCP sobre o Desenvolvimento Integrado da Península de Setúbal» - que os órgãos de comunicação social de maior audiência, como a TV, envolveram na cortina do silêncio - assim como os inúmeros plenários, reuniões e assembleias de delegados de organizações locais e regionais de todo o País, indiciam um Partido profundamente enraizado nas massas e inserido nas realidades do seu tempo, um Partido indispensável para qualquer projecto nacional e patriótico de modernização e desenvolvimento económico, social e cultural.

Justamente na sua entrevista de anteontem ao programa «Primeira Página» da RTP, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP pôs o acento nesta intensa actividade e natureza do PCP.

Uma actividade perante a qual a acção dissolvente e hostil de alguns trãnsfugas adquire a sua verdadeira expressão e dimensão no embate que se trava actualmente em Portugal entre as forças do progresso e as do retrocesso.

A campanha para as presidenciais, como a que se lhe segue para as legislativas estão desde já encontrando o crescente empenhamento de todos os comunistas, dos seus amigos e aliados.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: EDITORIAL «AVANTE!», SA Rua de São Bernardo, 14, 2.º 1200 Lisboa Capital social: 15 000 000\$000 CRC matricula: 47059 NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 32 19 16

ASSINATURAS: Rua de São Bernardo, 14 1200 Lisboa. Tel. 67 01 93/7

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Rua de São Bernardo, 14, 2.º Tel. 67 01 93 Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto R. Miguel Bombarda, 578 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

Composto e impresso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Encontro Nacional da JCP

Um debate vivo e participado num ambiente de festa

«Paixão de Transformar» foi o lema escolhido para o Encontro Nacional da JCP que se realizou domingo passado nas instalações da Faculdade de Letras de Lisboa. Mais de quinhentos jovens, vindos de todo o País, participaram na iniciativa, cujos objectivos principais visaram o reforço da capacidade de intervenção e de mobilização da JCP e da sua ligação ao movimento juvenil, o aprofundamento da análise e definição de propostas para a resolução dos grandes problemas e anseios dos jovens portugueses, bem como a preparação da sua participação nas batalhas eleitorais.

Os trabalhos iniciaram-se pelas dez horas da manhã com o plenário de abertura, após o que começaram a funcionar as secções temáticas. Álvaro Cunhal, que integrava juntamente com Francisco Lopes, do secretariado do CC, a delegação do PCP, viria a intervir já ao fim da tarde de domingo, antes de Joaquim Tavares, membro do secretariado da Direcção Nacional da JCP que encerrou o encontro.

Muito vivo e participado, o debate nas secções abordou importantes áreas como a política educativa e a intervenção da JCP no ensino secundário e no superior, os trabalhadores-estudantes e os jo-

vens trabalhadores, a imprensa e propaganda, o associativismo juvenil local e a política do Governo e a acção institucional.

Na apreciação dos resultados do encontro, Joaquim Tavares lembrou que este se realizou no seguimento de três outras grandes iniciativas nacionais, nomeadamente do Ensino Secundário, do Superior e dos Jovens Trabalhadores Comunistas, que, sem paralelo em nenhuma outra organização juvenil, deram fortes impulsos para o reforço da intervenção da JCP.

Apesar de assinalar avanços significativos em muitas frentes de actividade, aquele

dirigente da JCP frisou que existem ainda dificuldades na «ligação ao conjunto dos militantes e em fazer chegar a nossa mensagem a um maior número de jovens», quantas vezes «por falta de atenção da nossa parte».

O encontro criticou duramente a política do Governo para a juventude e considerou sensacionalistas e demagógicas as propostas relativas ao serviço militar obrigatório. Neste capítulo, a JCP defende a redução do tempo de serviço, exige que o Governo torne públicos os estudos que foram realizados sobre a matéria e que qualquer solução definitiva seja tomada após a audição das organizações. Por outro lado, os jovens comunistas consideraram indispensável melhorar urgentemente as condições de prestação do serviço militar e criar mecanismos que possibilitem a participação activa dos jovens no debate sobre esta problemática.

A participação nas próximas batalhas eleitorais foi um ponto que esteve presente em todos os debates. O encontro

reafirmou o empenho, a disponibilidade, a alegria e o espírito participativo que tem caracterizado a intervenção da JCP em anteriores eleições, realçando a necessidade de uma maior ligação ao movimento juvenil, por forma a ganhar mais jovens para o apoio às campanhas que se aviznam.

Por último, é de registar o ambiente festivo em que decorreu a iniciativa. E o momento não era de facto para menos. Nascida da unificação da UEC e da UJC, a JCP comemorava na véspera, dia 10 de Novembro, o seu 11.º aniversário. O convívio organizado após o almoço pretendeu assinalar a data, para o que não faltou um grande bolo de aniversário, castanhas e água-pé. O parabéns a você seria ainda entoado com a música da Internacional no plenário de encerramento, mas desta vez o aniversariante era também Álvaro Cunhal, que completou 77 anos no dia em que a JCP fazia onze. Uma pequena, mas sincera, homenagem ao secretário-geral do PCP.

ENCONTRO
NACIONAL

JCP
FAC. LETRAS
LISBOA
11.º NOVEMBRO
1990



Manifesto Agir para transformar

Tempo de mudança. É esse o tempo que todos vivemos hoje, no limiar do século XXI. Tempo de agir. Tempo de transformar, para viver melhor. Tempo de sermos nós próprios, orgulhosos de nós mesmos, do ideal por que lutamos, que defendemos. Tempo de construir um mundo diferente, para melhor. Tempo de construir a sociedade onde, ao jovem, seja atribuído o seu papel fundamental e primeiro de ser humano e jovem, pleno de criatividade e força para concretizar o bem-estar de todos. É tempo de construir uma sociedade mais justa, onde não haja lugar para as desigualdades, para a exploração. Uma sociedade onde os seus direitos sejam realidades. Uma sociedade socialista.

É tempo de mudar. Mudar esta política. Mudar este Governo. É tempo de minorar as desigualdades sociais, combater as injustiças. É tempo de abrir as portas à plena concretização dos nossos direitos, das nossas reivindicações, das nossas aspirações e anseios. É tempo dos nossos sonhos passarem a realidades. A nossa força reside na nossa capacidade de luta, de querer, de transformar. De viver melhor. De ser feliz. Essa é a nossa paixão de transformar. De viver melhor. De ser feliz. Essa é a nossa paixão de transformar. O tempo de transformar chegou. É hoje, é o presente! O nosso presente, para construir o futuro!

Somos Jovens Comunistas! Somos a JCP! O nosso querer e perseverança são os mais belos instrumentos de trabalho para construir o futuro que queremos, neste tempo presente que é hoje e concretizar tudo aquilo a que temos direito.

• Ao emprego. À estabilidade. À realização profissional. À garantia efectiva de todos os direitos e regalias legalmente consagrados.

• Ao ensino. A uma escola atraente, onde não seja uma mera obrigação. Onde o acesso ao Ensino Superior não seja apenas uma ilusão.

• À habitação. Ao desporto. À cultura.

Participar. Agir. Transformar.

Participar na vida Associativa. No Movimento Juvenil, para a formação democrática dos jovens.

Dinamizar o Movimento Juvenil em torno da defesa dos seus direitos, unir os jovens na luta e acção em torno das suas reivindicações.

Participar, activa e entusiasticamente nas batalhas eleitorais que se aviznam. Para isso, impõe-se que todos nós, Jovens Comunistas, possamos dar o melhor do nosso esforço, imaginação, criatividade, nesses importantes momentos do ano que se aproxima, «Portugal pode ser melhor!», é o lema da candidatura do PCP, do camarada Carlos Carvalhas para as eleições presidenciais. Mas é mais que isso, é um objectivo que nos orienta na luta por uma mudança da actual política de juventude, por uma alternativa democrática, cuja realização em muito depende dos resultados das eleições legislativas.

Presente é esta convicção. Portugal pode, de facto, ser melhor e será por um Portugal melhor que todos teremos que lutar e unir esforços.

Agir, para transformar, participando.

Somos Jovens! É este o nosso apelo, o apelo da Juventude Comunista Portuguesa. Junta-te a nós, com a tua criatividade, o teu entusiasmo, a tua vontade de lutar por um mundo melhor. É tempo de agir!

De transformar! De viver! De ser feliz! De sonhar! E, para sonhar, o tempo, esse, não existe! Paixão de transformar, hoje, os sonhos em realidades, pois, o futuro pertence-nos!



Empenhos

As escolas vão fechar na próxima terça-feira. Uma vez mais, e como de costume, para desespero dos pais e encarregados de educação, e inevitável satisfação dos infantes, que assim como assim esfregam as mãos de contentes a mais um feriado extra.

Também há quem pense que os professores não querem outra coisa, como se *feriados* destes não lhes fossem ao bolso a minguar os seus já magros salários.

É que é de greve que se trata. Dos professores e da administração pública, dois sectores de peso a protestar em força contra os escassos 11,5 por cento que o Governo lhes pretende impor como «aumento de salário».

Um eufemismo, está bom de ver, quando os cálculos mais optimistas situam a inflação lá nos treze por cento, e até na tal de Concertação se assentou nos 13,5 numa manifestação declarada de confiança em que o executivo consiga desta vez acertar onde no passado sempre se enganou e, é claro, num mais que evidente menosprezo pelo pessoal do trabalho, que se as contas não derem certas é quem fica a ver a vida a andar para trás.

Devem pensar que com o hábito já nem se dá por isso, como se esta coisa de apertar o cinto não passasse de um exercício de bricolage.

Diz o Governo, que nestas coisas gosta sempre de dar explicações, que a diferença entre os 11,5 para a função pública, professores incluídos, e os 13,5 da concertação será compensada, segundo notícias vindas a público, pelo «descongelamento de escalões de vencimentos do ensino superior». Colossal.

Nem se percebe como é que as centenas de milhares de funcionários públicos, professores incluídos, não deram pulos de contentes, não se sentiram imbuídos da mais pura solidariedade humana.

Então não se está mesmo a ver a profunda satisfação que qualquer contínuo, dactilógrafo, secretária, professora devem sentir, ao receber os seus 11,5 por cento, só de pensar que assim estão a contribuir para umas quantas centenas de vencimentos do ensino superior?

Não se está mesmo a ver que com esta nova forma de solidariedade - retirar um tanto aos muitos que ganham pouco para dar aos poucos que já ganham mais apesar de ainda ser de menos - pode e vai certamente abrir o caminho do futuro?

Talvez o Governo devesse ter dito que assim se evitava o esvaziamento das escolas superiores, para onde naturalmente todos sonham poder mandar um dia os filhos, pelo que o *pequeno sacrifício* de hoje mais não seria do que um investimento a longo prazo.

Mas aquela explicação, que repescámos de um diário, está incompleta. Na verdade, segundo outras fontes, o descongelamento de escalões será em princípio a todo o sector, e não apenas para o «superior». O que em nada, no entanto, altera a situação de injustiça já que o Governo, ao fim e ao cabo, vem agora dizer que oferece aquilo a que há muito se tem direito. Expliquemo-nos. O congelamento das carreiras tem mantido muitos trabalhadores em escalões abaixo do que lhes é devido; ao oferecer 11,5 de aumento «compensados» com a subida de escalão, o executivo está a negociar com o que não lhe pertence, com o que abusivamente reteve.

Acresce ainda que, não estando orçamentada verba suficiente para cobrir tais propostas, o mais certo é - se for aceite a proposta em causa - levar-se os 11,5 e ficar-se à espera de melhores dias para o resto.

Garantias, nem com os acordos, como se vê.

Talvez o Governo devesse ter explicado melhor que os acordos da concertação não têm qualquer valor legal, sendo para todos os efeitos simples contratos de *cavalheiros* e portanto, como de costume, sujeitos a ajustes, alterações, deturpações, incumprimentos e coisas que tais.

Muita confusão se teria decerto evitado.

E quiçá também as greves, prática como se sabe cada vez mais em desuso como o nosso primeiro não se cansa de pregar.

É claro que isso teria um óbice.

Impediria, por exemplo, o ministro da Educação, ainda há dias todo contentinho com os progressos que lhe são dados descortinar na reforma do ensino, de afirmar que as críticas dos professores à actuação do seu Ministério são uma demonstração cabal do «empenhamento» destes na dita reforma que, como se sabe, deverá passar também pela dignificação da carreira docente.

Resta mesmo saber se esta proposta de aumento dos 11,5 por cento vão como objectivo último «empenhar» mais os professores e administração pública em geral na política governamental.

■ A. F.

Sete secções passam em revista problemas da juventude

Introduzindo uma pausa no entusiástico ambiente que rodeou a fase final dos trabalhos do Encontro Nacional da JCP, a leitura das conclusões das sete secções que ocuparam a fatia maior dos trabalhos constituíram um importante momento de reflexão sobre os principais problemas que ao longo de mais de três horas foram objecto da atenção dos jovens comunistas no passado domingo.

Atentamente seguidas pelos mais de 500 jovens comunistas que enchem por completo o auditório principal da Faculdade de Letras de Lisboa, as conclusões foram apresentadas por Paulo Piteira, da Direcção Nacional da JCP, num discurso que, como o próprio afirmou, não reflectiu naturalmente a totalidade e riqueza dos debates mas tão-só as principais linhas de força das questões suscitadas pelas dezenas de intervenções produzidas nas secções.

A necessidade de a JCP prestar uma cada vez maior atenção à informação e propaganda foi a primeira conclusão tirada na secção subordinada a este tema, uma atenção que deve ser extensiva, foi sublinhado, à edição das publicações da JCP («Politika» e «Propaganda»), designadamente no que diz respeito à sua periodicidade e regularidade.

Indispensável, por outro lado, é a melhoria do contacto com a Comunicação Social, incluindo a Regional — trabalho que como foi reconhecido tem sido descurado — fazendo chegar a este com regularidade as posições e notas de imprensa da JCP.

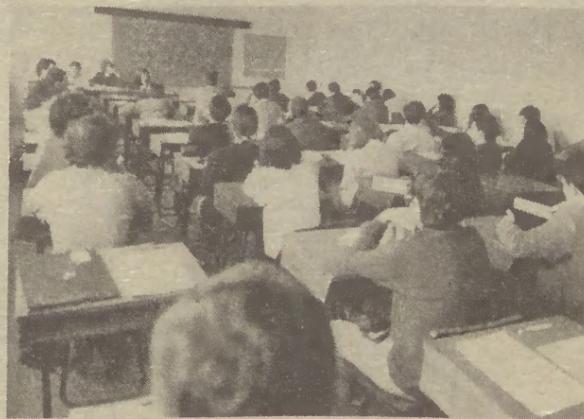
Inovar no tipo de materiais a editar, não restringindo a propaganda aos folhetos e aos cartazes, foi outra das conclusões apuradas, a que importa associar a necessidade de uma linguagem acessível e facilmente compreensível a todos os níveis etários. Preocupados com as batalhas eleitorais que se aproximam, os jovens comunistas salientaram ainda a importância de dinamizar campanhas que divulguem os seus pontos de vista e os façam chegar de forma eficiente à generalidade da juventude.

No capítulo dos jovens trabalhadores, e na sequência da análise à sua situação social, verificou-se a manutenção, no essencial, do altíssimo índice de precariedade no emprego de que são exemplo a contratação à peça, à tarefa, à hora, com recibo verde ou sem qualquer contrato.

Constatada foi ainda a manutenção de inúmeras situações de jovens vítimas de discriminação salarial bem como do fenómeno repetidamente condenado do trabalho infantil.

Aproveitar os fundos comunitários para a formação profissional, ao contrário do que se passa actualmente, por forma a que esta corresponda às necessidades de desenvolvimento regional, foi outra das reclamações aprovadas no Encontro, que insistiu simultaneamente na necessidade de inserir a política de formação profissional numa política geral de ensino.

Analisado o recente acordo económico e social, os participantes consideraram-no globalmente negativo e lesivo dos direitos e reivindicações dos trabalhadores e dos jo-



Mais de quinhentos jovens estiveram na Faculdade de Letras de Lisboa para discutir e definir formas de intervenção na sociedade portuguesa



vens, pelo que foi saudada a decisão da CGTP de o não subscrever.

O incumprimento do Estatuto de Trabalhador-Estudante quer nas escolas quer nas empresas; o não funcionamento nocturno de equipamentos que funcionam regularmente de dia (cantinas, bibliotecas e salas de estudo); a existência de horários escolares não coincidentes com os horários de transportes; a manutenção das degradantes condições nas escolas; as dificuldades de acesso ao Ensino Superior, foram outras tantas realidades constantes do quadro de problemas que vêm afectando os trabalhadores-estudantes, conclui por sua vez a secção dedicada a analisar a problemática deste vasto sector da população estudantil.

Neste quadro, e constatadas que foram algumas dificuldades de organização da JCP nesta área, foi sublinhada a necessidade de desenvolver acções que se oponham aos atentados à gestão democrática das escolas promovidos pelo Ministério, designadamente com a diminuição da participação estudantil nos órgãos de gestão e com a introdução da figura do Secretário Geral da Escola.

Reafirmada foi, por outro



desenvolvimento do País.

O autofinanciamento, por sua vez, deve ser encarado como um complemento e não como substituto, na perspectiva dos jovens comunistas, que recusam também qualquer aumento de propinas e encaram a ligação da Universidade às empresas como uma expressão da sua ligação ao meio sem que, no entanto, tal possa pôr em perigo a autonomia das mesmas.

No plano do apoio social estudantil, foi peremptória a denúncia do aumento de 50 por cento verificado nos preços das cantinas neste último ano e criticada a insuficiência das verbas destinadas ao Apoio Social Estudantil, por estas não assegurarem o conjunto de benefícios que o mesmo prevê e a que os estudantes têm direito.

Quanto à secção onde foi analisada a política do Governo e a acção institucional, o realce vai para o balanço positivo da intervenção e participação da JCP no Parlamento, no Conselho Nacional da Juventude e no Conselho Consultivo da Juventude.

Apesar desta apreciação, não deixaram de ser apontadas algumas dificuldades, as quais se prendem nomeadamente com a coordenação entre as três frentes de trabalho institucional, com a falta de informação interna sobre as mesmas e com a sua insuficiente divulgação na Comunicação Social das propostas e tomadas de posição da JCP a nível institucional.

Nesta medida, e como linhas de acção futura, conclui-se pela necessidade de melhorar a divulgação interna, prosseguir com a deslocação dos deputados às regiões e enviar os projectos às autarquias com pedido de parecer.

Tendo em conta que o IV Encontro Nacional de Juventude é considerado um marco importante para a dinamização do Movimento Juvenil em torno das preocupações e reivindicações dos jovens, os participantes nesta secção chamaram ainda a atenção para a importância de um empenhamento muito forte de todos os militantes na realização do referido Encontro, designadamente ao nível do enriquecimento das propostas e na concretização das conclusões, em ordem a que estas reflectam com o maior rigor a realidade da juventude portuguesa.

Atentos à vida e ao mundo

ENCONTRO NACIONAL

JCP

FAC. LETRAS LISBOA 11 NOVEMBRO 1990

No decorrer da sessão plenária de encerramento dos trabalhos do Encontro Nacional da JCP, o auditório de jovens comunistas provenientes de todo o País que enchia por completo o maior anfiteatro da Faculdade de Letras de Lisboa aprovou por esmagadora maioria as moções que lhe foram submetidas à consideração.

No total, foram oito os textos apresentados pela mesa e aprovados pelos mais de 500 participantes, versando temas e problemáticas tão diversas como a crise do Golfo (em que se advoga uma solução negociada para o conflito e o não envio de tropas portuguesas para a região), aniversário da JCP, ambiente, racismo, solidariedade, política de habitação, próximas batalhas eleitorais e IV Encontro Nacional da Juventude.

Transcrevemos de seguida, alguns dos principais trechos das moções aprovadas.

• Aniversário da JCP

Dez de Novembro de 1979. Era o Encontro Nacional de Unificação da União dos Estudantes Comunistas e da União da Juventude Comunista.

Acabava de nascer a JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA.

Participar. Transformar. Dinamizar. Viver. Nestas palavras a nossa acção criativa e inovadora na construção de um Portugal Democrático, onde aos jovens seja dada a oportunidade de se realizarem.

(...)
Ser Jovem Comunista hoje é lutar por uma vida melhor, onde as nossas aspirações e sonhos se transformem depressa em realidade.

Ser Jovem Comunista hoje, em Portugal, é termos uma vontade louca de vivermos e seremos felizes!

Ser Jovem Comunista é lutar pela Paz, pela preservação do meio ambiente, pela vida do nosso planeta.

Ser Jovem Comunista é sermos nós, com toda a força, alegria e vontade de transformar e lutar por uma sociedade mais justa, uma sociedade sem exploradores nem explorados, uma sociedade socialista.

E nós, somos assim! Somos a Juventude Comunista Portuguesa!

Por isso dizemos: Parabéns JCP e muitos anos de vida!

• Batalhas eleitorais

O novo ano que se aproxima ficará marcado pela realização de duas importantes batalhas eleitorais. Primeiro, as eleições presidenciais, já em 13 de Janeiro e depois as Legislativas.

Duas batalhas, dois desafios à nossa capacidade e criatividade.

(...)
Importa agora, e na sequência da discussão travada, levarmos aos jovens os nossos projectos eleitorais, fazendo deles um espaço privilegiado de debate, de participação criativa, inovadora e irreverente de toda a juventude.

Nas eleições presidenciais apoiando a candidatura do PCP, a candidatura do camarada Carlos Carvalhas que representa uma importante intervenção, no debate político e dá uma contribuição valorosa na apresentação das propostas do PCP; afirmando convictamente que nos anos 90 Portugal pode, deve e tem de ser melhor.

Nas legislativas, vamos intervir para assegurar uma forte representação do PCP na Assembleia da República, para que se criem condições para uma alternativa democrática, à política demagógica e antijvenil, da direita/PSD, uma alternativa com propostas para uma verdadeira política de juventude, de defesa dos direitos e aspirações juvenis.

(...)
Vamos intervir com uma imensa vontade de construir uma sociedade mais democrática, mais justa, de liberdade e progresso, com direitos e oportunidades para os jovens.

(...)

• Ambiente

Quando o Governo não tem juízo o Ambiente é que paga!

Vivemos hoje em Portugal uma situação catastrófica em termos Ambientais. As marés negras na Costa Alentejana e em Porto Santo, a morte de toneladas de peixe no Estuário do Tejo, a agressão permanente aos rios, florestas e animais, vem demonstrar claramente a incapacidade deste Governo/PSD para resolver os problemas ecológicos. Não são os jantares no Bairro Alto ou a limpeza de praias (pelo Secretário de Estado do Ambiente) p'rás

câmaras da TV entre outras iniciativas de espectáculo político por parte do Governo, que resolvem os problemas ambientais. São precisas medidas concretas, não sendo suficiente pôr em prática a «máximo» da política de Ambiente deste Governo — «poluidor-pagador». É preciso, por exemplo, dar resposta para a causa da morte dos peixes do Tejo (e não a demagogia política), é preciso regulamentar a lei de bases, é preciso proteger as reservas naturais, os rios, as florestas (impedindo a eucaliptização em massa), é preciso, imperioso e urgente uma verdadeira Política de Ambiente).

(...)
A JCP entende que não chega multar um punhado de empresas para repor o equilíbrio; porque o ambiente é algo de muito precioso, não chegaria multar todos os agentes poluentes para repor o equilíbrio ecológico.



O 11.º aniversário da JCP foi motivo para um animado convívio que aliás caracterizou todo o Encontro. Mas o debate das principais questões que afectam a juventude não só encheu salas como se prolongou pelos corredores



A JCP entende a política de ambiente como uma questão prioritária na vida nacional, interligando-se com as outras áreas no sentido de melhorar a vida das populações, a vida dos jovens de hoje, homens e mulheres do futuro.

• Política de habitação

A inexistência de uma política de apoio à aquisição de habitação por parte dos jovens, vem chamar a atenção para uma questão mais vasta: Nem os Governos PSD/Cavaco Silva, nem os que os precedem nos anos mais próximos, encararam a falta de habitação como um problema a resolver.

(...)
O acesso dos jovens à habitação depara

com dificuldades, em muitos casos insuperáveis. Situações como o desemprego intermitente ou permanente, condições precárias de emprego, baixos salários, dependência económica de familiares, que afectam tantos jovens hoje em dia, impossibilitam o acesso à aquisição de habitação própria.

O Encontro Nacional da JCP realizado a 11 de Novembro de 1990, exige como elementos fundamentais de uma política de habitação;

— A adopção de um Plano Nacional de Habitação que permita incentivar as necessidades habitacionais e planear a nível nacional, regional e local e com envolvimento de todas as entidades interessadas, as formas adequadas para as resolver.

— A definição de uma política de solos que ponha cobro à especulação actualmente reinante.

— O reforço de verbas para os municípios por forma a permitir resolver os problemas mais gritantes a nível de habitação social.

— O apoio às experiências de cooperativismo, autoconstrução e recuperação de casas degradadas.

— A criação de mecanismos de crédito com prestações mais baixas e de esquemas especiais de apoio e garantia do acesso à habitação que tenham em consideração a real situação económica dos jovens.

(...)

eles. Lutar contra o Racismo é o mesmo combate solidário dos negros sul-africanos pelo direito de participarem e votarem no seu país.

É o mesmo combate dos emigrantes portugueses contra a direita e a extrema-direita em França e noutros países Europeus.

(...)

• Solidariedade

O Encontro Nacional da JCP saúda de forma particular:

— A luta dos comunistas soviéticos, pela concretização dos objectivos centrais da perestroika de renovação da sociedade socialista.

— A heróica Intifada dos jovens palestinos, na luta contra a ocupação israelita, pela proclamação do Estado Palestino.

— A luta do povo Sul-Africano, pelo desmantelamento total do hediondo regime do Apartheid.

— A independência da Namíbia, resultado da luta do povo e da juventude namibianos.

— A luta do povo da República Popular

• Racismo

No Porto, Lisboa e Margem Sul dezenas de jovens são agredidos por grupos racistas neonazis, por «razões» que vão desde a cor da pele, às ideias políticas até às formas de vestir. Um dirigente político é assassinado em 1989 por esses grupos.

(...)
O RACISMO EXISTE EM PORTUGAL!

Ele manifesta-se: nos actos dos grupos fascistas; nos artigos de certa imprensa sensacionalista; nas discriminações no trabalho, na educação e na habitação.

O seu combate é urgente. É a luta contra a discriminação. É a luta pela liberdade.

Porque aqueles que querem reprimir com base no racismo, no fundo gostariam de destruir todos aqueles que não pensam como

de Angola, cujo 15.º Aniversário hoje se assinala.

— A luta heróica do povo Maubere pelo direito à autodeterminação e independência de Timor-Leste.

— A firmeza revolucionária da juventude e do povo cubano na defesa do socialismo.

— A acção corajosa da juventude e do povo da Nicarágua e El Salvador.

— A luta pelo completo resabelecimento da democracia no Chile.

— A luta do povo Coreano pela reunificação da sua Pátria.

A Juventude Comunista Portuguesa, dirige a partir deste Encontro Nacional um compromisso de solidariedade anti-imperialista, com a juventude e os povos que lutam pela liberdade, a independência, a democracia, e o progresso social e o socialismo.

Álvaro Cunhal no Encontro Nacional da JCP

Estimulamos a rebeldia da juventude contra o caduco e o injusto na sociedade actual

Camaradas:

Antes de mais quero saudar-vos e felicitar-vos pela realização do vosso Encontro Nacional. As ideias e a reflexão, que com tanta vivacidade se expressaram no Plenário, nas secções e nas moções, constituem uma importante contribuição para o conhecimento da situação da juventude, para a definição dos seus objectivos e para o desenvolvimento da sua luta. Trabalho sério e com alegria. Alegria que nos dá força porque para a juventude viver com alegria e à sua maneira não é apenas uma forma de estar na vida, mas uma forma de expressão da vontade, de manifestação de profundas aspirações e da intervenção na vida social.

O Governo PSD contra a juventude

O vosso Encontro Nacional, tanto no Plenário como nas secções e moções, abordou com conhecimento profundo e directo a situação e os problemas da juventude e a política do actual Governo em relação à juventude.

O Encontro procedeu a uma análise serena e objectiva. Serenas e objectivas as conclusões constituem um **implacável libelo acusatório contra o Governo do PSD pela sua política em relação à juventude.**

Não se tratou de acusar por acusar. O libelo acusatório vale não tanto pelas palavras que se utilizam como por situações indelmentáveis e factos que se apontam.

É certo que (conforme o Encontro também sublinhou) o Governo PSD desenvolve uma intensa actividade para ganhar a juventude, multiplica a propaganda demagógica, toma algumas medidas soltas de que se não nega o interesse e o impacto. Mas a verdade é que **não revolveu antes agrava os problemas fundamentais da juventude.**

Desmentindo as promessas e a demagogia, a **política do Governo PSD em aspectos fundamentais da situação é uma política contra a juventude.**

Contra a juventude — a insuficiência e degradação das instalações escolares, a falta de pessoal docente e auxiliar, a superlotação que caracterizam a abertura do ano lectivo.

Contra a juventude — uma política que provoca um massivo insucesso escolar, que não é o mal dos alunos mas o mal do ensino.

Contra a juventude — uma política de escassez de vagas e cortes orçamentais no Ensino Superior do Estado em contraste com o apoio preferencial ao Ensino Superior Privado, colocando o ensino cada vez mais dependente dos interesses do capital privado e entregando a este uma arma poderosa de intoxicação ideológica.

Contra a juventude — o afastamento do Ensino de milhares de jovens e o encarceramento e a elitização do Ensino, evidenciando o carácter de classe da política do Governo PSD.

Contra a juventude — a ofensiva contra a gestão democráticas das escolas, reduzindo nomeadamente a participação dos estudantes.

Contra a juventude — a degradação do apoio social estudantil com o inqualificável aumento dos preços das cantinas ao mesmo tempo que se mantêm bolsas insuficientes.

Contra a juventude — o elevado nível de precariedade do emprego dos jovens trabalhadores, com a generalização do trabalho sem qualquer contrato ou com pagamento à peça, à tarefa, à hora, ao recibo verde.

Contra a juventude — a mão-de-obra infantil com a agravante de aumentarem os casos em que a criança passa a ser o principal sustentáculo económico da família.

Contra a juventude — cursos de formação profissional que marcados por desvios de fundos, fraudes e burlas criam ilusões mas não asseguram aos jovens saídas profissionais.

Contra a juventude — o não cumprimento do estatuto do trabalhador-estudante, com a resultante carência de apoios sociais e educativos e a imposição de horários inadaptados.

Contra a juventude — as dificuldades reais na aquisição de habitação própria pelos jovens, apesar de alguns passos iniciais e das mil e uma promessas.

Contra a juventude — a carência de instalações desportivas e de centros de cultura e lazer.

Contra a juventude — a exclusão do apoio do Estado de milhares de associações.

Contra a juventude — as duras condições do serviço militar e o vai-vem de promessas e recuos relativamente ao Serviço Militar Obrigatório.

Contra a juventude — o desprezo efectivo pela deterioração do meio ambiente, apesar da suficiência e arrogância de um ministro que polui a atmosfera com a falsidade das suas afirmações.

Em resumo: mau grado as promessas e a demagogia, uma conclusão dos factos é que, **pela sua política e pela sua acção, o Governo está contra a juventude. Outra conclusão, com que certamente estareis de acordo, é que há razões de sobra para que a juventude esteja contra o Governo.**

Objectivos programáticos

O Encontro Nacional não desenvolveu porém apenas este libelo acusatório.

A política do Governo, largamente examinada, o Encontro contrapôs as soluções que a JCP propõe e indicou o caminho da iniciativa e da luta.

É necessário lembrar que o III Congresso da JCP, realizado em Abril de 1989, definiu e propôs as linhas fundamentais de uma política de juventude. Este Encontro Nacional confirmou

que a evolução da situação desde então não alterou essas linhas fundamentais.

Embora de forma muito abreviada, é de referir que são orientações necessárias de uma **política educativa** o cumprimento da escolaridade obrigatória de 9 anos, universal e gratuita; o alargamento a todo o território nacional e a eficácia da rede escolar pública; medidas de carácter pedagógico e de apoio social que diminuam drasticamente o insucesso escolar; o fim do «numerus clausus»; um sistema mais racional de acesso ao ensino superior; o desenvolvimento do apoio social (cantinas, residências, bolsas, insenção de propinas); o estabelecimento de métodos de ensino, horário e currículos adaptados às condições específicas dos trabalhadores-estudantes; o respeito pela autonomia universitária; a participação dos estudantes na gestão das escolas e na gestão e organização das actividades desportivas; a dignificação do Ensino Politécnico; a cessação de apoios privilegiados ao ensino privado e a fiscalização do ensino aí ministrado; o respeito pelas associações de estudantes e a sua participação na elaboração da política educativa e na vida escolar; a inclusão da educação sexual no ensino secundário; a actualização dos programas escolares; a utilização das novas tecnologias e a valorização das componentes artísticas e física na formação escolar.

São orientações necessárias de uma **política de emprego para a juventude**: a criação e garantia de empregos estáveis, o fim das discriminações salariais e sociais injustas, da utilização abusiva dos despedimentos e dos contratos a prazo; a exigência de salário igual a trabalho igual; a protecção social no desemprego; o cumprimento do estatuto do trabalhador-estudante nas empresas; o fim do trabalho infantil.

São orientações necessárias de uma **política de formação profissional**: o desenvolvimento de uma rede pública de Centros de Formação Profissional e sua articulação com o sistema educativo e as necessidades de emprego; garantias salariais mínimas aos aprendizes; o combate à corrupção em larga escala em torno dos fundos destinados à formação profissional.

São orientações necessárias de uma **política da juventude face ao mercado único em 1993**: a preparação dos jovens portugueses de forma a ficarem aptos a responder à concorrência estrangeira; apoios preferenciais aos jovens no quadro da CEE e na utilização dos fundos comunitários.

São orientações necessárias de uma **política de apoio à Arte, à Cultura e ao Desporto**: a criação de infra-estruturas e condições materiais para o desenvolvimento das actividades e da criatividade.

São orientações necessárias de uma **política de habitação juvenil**: uma política de solos e de habitação social; reais créditos à habitação; a revisão da lei das rendas.

São orientações necessárias de uma **política de saúde para a juventude**: o atendimento aos problemas e necessidades específicas dos jovens; a criação de serviços médicos a nível das escolas e locais de trabalho; incentivos e meios para a prática do desporto; uma rede de planeamento familiar acessível aos jovens de menos de 18 anos; informação sobre o combate à SIDA.

São orientações necessárias de uma **política de ambiente**: medidas para defesa do equilíbrio ecológico e do meio ambiente e a efectiva resolução dos mais graves problemas ambientais.

São orientações necessárias de uma **política de combate à droga e à prostituição**: medidas de prevenção, tratamento e reintegração social dos jovens toxicodependentes; combate enérgico e sistemático ao tráfico de drogas e ao tráfico de mulheres.

São orientações necessárias de uma **política de dignificação do Serviço Militar Obrigatório**: a diminuição do tempo de serviço; o aumento do pré, o melhoramento da alimentação e das condições de higiene; a gratuidade dos transportes; a transparência e controlo da instrução; a atenuação dos prejuízos eventuais de carácter profissional e familiar; o respeito para com os objectores de consciência.

São orientações necessárias de uma **política de apoio ao associativismo juvenil**: o alargamento, a desgovernamentalização e a transparência dos apoios e o respeito pela autonomia das associações juvenis.

São orientações necessárias de uma **política de paz**: uma política de diversificação das relações externas e de paz e amizade com todos os povos do mundo; o apoio à política de desarmamento e desarmamento; a recusa à instalação da estação de rastreio de mísseis de Almodôvar, ao alargamento do campo de tiro de Alcochete, ao estacionamento e trânsito de armas nucleares em Portugal.

Objectivos programáticos não são apenas ideias que se propõem para que os outros considerem se são justos. Objectivos programáticos são objectivos das iniciativas que se empreendem e das lutas que se travam diariamente.

A acção da JCP e a intervenção directa da juventude

Analisando a situação, criticando a política do Governo e apresentando soluções, a JCP actua diariamente na defesa dos interesses da juventude, toma iniciativas que vão ao encontro das aspirações e gostos da juventude, organiza e mobiliza a juventude para a luta por justas reivindicações, por justos objectivos.

No Encontro foi dado valioso testemunho das numerosas iniciativas e lutas da JCP com parte integrante do movimento juvenil, das propostas de lei apresentadas pelos vossos deputados na Assembleia da República, da intervenção construtiva noutras instituições.

Encontros, reuniões, debates, mobilização de jovens para lutas reivindicativas, manifestações, realizações culturais, recreativas e desportivas, eleições nas Associações de Estudantes, luta institucional designadamente na Assembleia da República, magnífica participação na implantação e realização da Festa do «Avante!», marcam um magnífico balanço de intervenção e luta.

A JCP, a sua Direcção, os seus militantes, merecem o apreço pela sua luta coerente e corajosa e pelos êxitos e progressos que têm alcançado.

Seria porém errado se nos limitássemos a saudar os êxitos e progressos e não prestássemos atenção, e não sublinhássemos, e não referíssemos, e não considerássemos de importância central para a JCP, para a sua acção presente e para o seu futuro, examinar também os atrasos e insuficiências.

E o certo é que o Encontro revelou também com nitidez atrasos e insuficiências que é indispensável encarar, defrontar e superar. Sem esquecer os aspectos e os resultados positivos do trabalho foi anotada a irregularidade da organização e influência no Ensino Superior e no Ensino Secundário, a irregularidade apesar dos êxitos de listas unitárias no movimento associativo, debilidades nas estruturas e no recrutamento, atraso na organização e movimentação da juventude trabalhadora e dos trabalhadores-estudantes, atrasos também no associativismo local.

É inteiramente justo vitoriar os êxitos. Mas justo e necessário também considerar de frente, com verdade e realismo, atrasos, deficiências e insucessos, discernir as suas causas, estudar e definir as soluções e empreender com energia, vontade e determinação o trabalho para os superar.

A este respeito, parece importante sublinhar a necessidade de manter sempre como um **objectivo central da JCP para que devem confluir todos os outros, ganhar a juventude não apenas para estar de acordo, não apenas para apoiar a orientação e a acção da JCP mas fundamentalmente para intervir directamente nas iniciativas, na acção, na luta.**

E sendo assim é de **capital importância a ligação estreita e constante às massas juvenis criando condições para que tal intervenção directa se verifique.**

Esta observação suscita uma outra.

Há problemas que afectam toda a juventude e em cuja solução todos os jovens estão interessados. A juventude como força social tem uma personalidade própria que se sente em toda a vida da sociedade. Tem interesses, objectivos, aspirações comuns a todos os jovens. Mas cada jovem tem por sua vez a sua própria personalidade, os seus próprios interesses, objectivos, aspirações, preferências e forma de estar na vida.

O movimento da juventude contempla e é necessário que contemple, com os seus objectivos, iniciativas, presença, e formas de intervenção, toda essa rica diversidade.

A par das formas de luta com objectivos concretos nas escolas, nas associações, nos locais de trabalho, nos sindicatos, — a confraternização, o convívio, o desporto, a música, a dança, as artes plásticas, o teatro, o contacto com a natureza, o ambiente, as descobertas geológicas ou arqueológicas contam-se justamente entre as formas de iniciativa componentes do movimento juvenil.

A rotina e a falta de imaginação são dos maiores inimigos de uma actuação susceptível de atrair a juventude.

O apelo à acção, à organização, à luta, às iniciativas juvenis é inseparável do apelo à imaginação e à criatividade.

Eleições presidenciais e legislativas

Entre as tarefas indicadas pelo Encontro conta-se a intervenção da juventude nas campanhas e nos actos eleitorais para a Presidência da República e para a Assembleia da República em 1991. No que respeita às primeiras, que estão marcadas para 13 de Janeiro, a intervenção da juventude é para já.

Por isso interessa aqui esclarecer que as próximas eleições presidenciais apresentam duas novidades.

A primeira é que, a não surgir qualquer desenvolvimento inesperado, parece quase certo que, com o apoio do PS e do PSD ou de grande parte do PSD, a candidatura do actual Presidente Mário Soares, este tem assegurada à partida a eleição.

A segunda é que a direita, dado o apoio do PSD a um candidato que é do PS, não aparece com um candidato próprio em condições de poder ganhar as eleições.

Aparecendo como resolvida, pelo menos por agora, a questão de quem ganhará as eleições, a situação confere particular importância à projecção das eleições presidenciais na correlação de forças, nas perspectivas e nos resultados das eleições para a Assembleia da República a realizar também no próximo ano. Todos os partidos o têm dito desde o princípio. O nosso também.

E, pois, útil fazer o ponto da situação a este respeito.

Qual a possível projecção da candidatura de Basílio Horta nas eleições para a Assembleia da República? Não pôe como objectivo ganhar as eleições. Considera 15% um bom resultado. O objectivo principal é outro: se nos lembrarmos que, nas eleições de 1987, o CDS passou de 25 para os actuais 4 deputados, é fácil de concluir que o objectivo é aproveitar o apoio do PSD e aumentar nas próximas legislativas o número de deputados do CDS.

O curioso é que o CDS combate o apoio do PSD ao candidato que é do PS, mas nas costas da polémica, continua a piscar o olho ao PS para eventuais entendimentos na Assembleia da República após as eleições legislativas. E pisca o olho para tantos lados que até o pisca aos monárquicos, prometendo-lhes em troca o apoio, rever a Constituição da República de forma a permitir a restauração da monarquia!

ENCONTRO NACIONAL
JCP
FAC. LETRAS
LISBOA
11 NOVEMBRO
1990



Qual a projecção que poderá ter a candidatura de Carlos Marques da UDP?

A intenção é clara. Tendo baixado a votação e perdido a representação parlamentar, a campanha tem o manifesto propósito de recuperação.

Qual a projecção que poderá ter a candidatura de Mário Soares nas eleições para a Assembleia da República?

Poderia inicialmente pensar-se que continuando Mário Soares a ser indiscutivelmente a iminência parda do PS, a sua candidatura, sobretudo com a sua previsível eleição, se projectaria numa nova e confiante dinâmica do PS com vista a derrotar o PSD nas eleições legislativas. Com tal perspectiva chegou a falar-se que Mário Soares, uma vez eleito, dissolveria a Assembleia da República e promoveria eleições antecipadas.

As coisas não aparecem porém agora assim tão simples.

Não se pode nem deve dizer que a candidatura de Mário Soares é uma candidatura da direita. Mas é necessário dizer e sublinhar que o maior partido da direita, o PSD apoia, esta candidatura, esse apoio não só não encontra demarcação como parece ser bem acolhido pelo candidato e uma vez que a direita não dá ponto sem nó, faz com que a candidatura de Mário Soares não possa ser considerada e apresentada, como alguns pretendem, como candidatura susceptível de ser apoiada por todos os democratas portugueses.

O apoio de Cavaco e do PSD à candidatura de Mário Soares, a integração nas estruturas do MASP e na campanha eleitoral de alguns dos mais destacados e exaltados propagandistas do PSD (género Silva Marques e Pacheco Pereira), os repetidos elogios que o Presidente e candidato Mário Soares faz à estabilidade governativa do Governo do PSD, fazem pesar o risco de que a eleição de Mário Soares nas presidenciais possa ter uma projecção diversa para as legislativas.

Dir-se-ia que o que se está a tramar, não é uma alternativa real ao Governo e à política do PSD, mas uma tentativa de fazer renascer o chamado «bloco central», ou seja um governo PSD-PS com a continuação do essencial da política de direita.

E num tal projecto não seria de excluir a intenção de tentar disfarçar a política de direita de um futuro governo — tal como na história da pena na cabeça do cãozinho — dando altos cargos a diversas «sensibilidades» sem talvez excluir a alguns transviados e arrependidos do PCP ou dos Verdes que já hoje apoiam a candidatura de Soares.

Isto não impede, claro, que a par das piscadelas de olho do PS ao PSD, se multipliquem também as piscadelas de olho do PS ao CDS.

A juventude sabe sem dúvida mais de namoros do que os políticos mais idosos, sabe que nem sempre os namoros são coisa fácil e que por vezes dão para o torto. Mas podeis crer que o discernir do jogo intrincado dos namoros políticos e do significado das piscadelas de olhos dos políticos é extremamente complicado. De qualquer forma, isto que referimos cheira a tudo menos ao propósito de uma viragem na política portuguesa, de um termo à política de direita, de uma alternativa democrática.

Caracterizadas assim as outras candidaturas, fica-nos a candidatura do PCP, a candidatura de Carlos Carvalhas, como a única candidatura que tem como base da sua mensagem a verdade, a clareza e a correcção de objectivos e que visa projectar nas eleições legislativas o plano da derrota da direita e de uma alternativa democrática à política e ao Governo do PSD.

A candidatura do PCP no caminho de uma alternativa democrática

A apresentação da candidatura do PCP e o candidato escolhido, o camarada Carlos Carvalhas, Secretário-geral Adjunto do nosso Partido, encontram forte receptividade no Partido e em vastos sectores democráticos. É importante que o vosso Encontro Nacional também tenha decidido o empenhamento da JCP nas batalhas eleitorais.

Surgem por aí algumas pessoas que estiveram ou têm estado no Partido e se encostam agora submissos à candidatura de Soares. Mas no Partido e mesmo muito para além do Partido, o apoio é geral à intervenção independente do PCP na batalha política das eleições presidenciais e à escolha do candidato.

O objectivo essencial da candidatura foi definido: aparecer nestas eleições a voz do Partido entende o exercício das funções do Presidente, mas para esclarecer o povo e mostrar que as eleições legislativas de 1991 oferecem uma grande oportunidade de pôr fim à política de direita. Gravar assim desde já no eleitorado democrático a ideia (que não é propaganda, mas uma verdadeira objectiva) de que, na situação existente, a força do PCP, a votação do PCP, a futura representação do PCP na Assembleia da República é uma condição indispensável para que seja constituída uma maioria democrática não apenas numérica, mas política, maioria que constitua a base institucional para a formação de um Governo democrático.

A candidatura do nosso Partido, com a límpida afirmação dos seus objectivos, indisputa e irrita os nossos adversários. Por isso multiplicam as fofocas, as especulações, as intrigas, as invenções acerca do Partido, transformam as invenções em notícia, fazem da notícia sensação de primeira página, enchem colunas com tais desenvolvimentos e a tal propósito multiplicam depoimentos e declarações. Tais farsas montadas por certa comunicação social são ridículas, são vergonhosas, são sobretudo bem características do processo de degradação da vida democrática a que assistimos.

Uma das linhas de ataque contra a candidatura do nosso Partido é a insinuação de que a voz e a mensagem de Carlos Carvalhas, candidato à Presidência da República e Secretário-geral Adjunto do PCP, não seria a voz, a linha e o projecto do PCP mas antes uma ponte para dar passagem aos que contestam a orientação do Partido e abrir assim caminho a futuras alterações profundas no PCP no sentido dos projectos capitulacionistas e liquidacionistas que alguns, embora poucos, avançam e que o Partido firmemente rejeita.

Que não haja ilusões. A candidatura de Carlos Carvalhas, o candidato Carlos Carvalhas, são a candidatura e o candidato do PCP, da orientação e da mensagem do PCP definidas nos seus Congressos e pelo seu Comité Central, é a afirmação do ideal dos comunistas, da natureza e objectivos

do PCP, tal como é, como quer ser e não como alguns queriam que fosse.

Por isso tem o apoio e conta com o empenhamento do Partido. Por isso (estamos certos) tem o apoio e conta com o empenhamento da JCP e de vastos sectores da juventude na campanha que está lançada.

Ainda uma observação. Chovem duas perguntas. A candidatura do PCP é ou não para ir até ao fim? E não indo até ao fim, significa isso que o PCP fará um apelo ao voto em Mário Soares?

Antes de mais, nunca foi dito que, não indo até às urnas, isso significaria o voto em Soares. Nas eleições de 1986, o apelo do Partido, decidido em Congresso Extraordinário, ao voto em Soares, cuja candidatura (lembramos) o PCP não apoiou, foi determinado depois da 1.ª volta e para impedir (e só o Partido estava em condições de impedir) a vitória de Freitas do Amaral e a ameaça real que representaria para o regime democrático. A situação actual é diferente. Basílio Horta não aparece com condições de vencer as eleições.

Será mau que desde já no Partido se cristalizem opiniões e posições. Ainda agora a procissão vai no adro. Haverá que considerar muitos elementos que ainda estão por aparecer.

O ideal comunista, ideal da juventude

A luta actual da JCP e da juventude, com os objectivos definidos neste Encontro Nacional, incluindo nas próximas campanhas eleitorais, insere-se no processo global de luta que o Partido, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, sempre com a juventude, trava no actual momento.

Luta que no actual momento tem como objectivo central a luta por uma alternativa democrática à política e ao Governo de direita (objectivo para atingir o qual estamos prontos a um acordo com os outros democratas designadamente com o PS) luta que é acompanhada da proposta do PCP ao povo português de uma democracia avançada no limiar do século XXI.

Ou seja: a democracia simultaneamente política, económica, social e cultural, uma democracia cujos seis componentes fundamentais são: um regime de liberdade, no qual o povo decida do seu destino; um Estado democrático representativo baseado na participação popular; um desenvolvimento económico assente numa economia mista; uma política social que garanta a melhoria das condições de vida do povo; uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais; e uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

E, porque somos comunistas (que sempre o fomos e queremos continuar a ser) não escondemos, antes apresentamos e propomos hoje como sempre apresentámos e propusemos ao povo português, ser objectivo ulterior da nossa luta a construção de uma sociedade socialista em Portugal: uma sociedade onde seja erradicada a exploração capitalista, uma sociedade sem explorados nem exploradores, uma sociedade na qual seja alcançado o desaparecimento geral e efectivo das grandes discriminações e desigualdades sociais, uma sociedade na qual a juventude encontre a realização plena das suas justas aspirações.

Adoptates para o vosso Encontro Nacional o lema «A paixão de transformar». O projecto político do nosso Partido corresponde inteiramente ao lema do vosso Encontro. Como diziam os nossos clássicos: até agora os filósofos explicaram o mundo, agora trata-se de transformá-lo. Transformá-lo para o bem do ser humano, para o bem da Humanidade, para o bem da juventude.

Todos ouvimos diariamente a gritaria anticomunista que vai pelo mundo e que tem activos seqüezes em Portugal. As gravíssimas situações reveladas e as grandes derrotas do socialismo em países na Europa do Leste, o acesso ao poder de forças anti-socialistas em alguns desses países, a profunda crise política, económica, social, cultural e nacional na União Soviética com o desenvolvimento de forças anti-socialistas e separatistas que põem em causa o objectivo central e justificativo da «perestroika» que é a construção de uma sociedade socialista profundamente renovada, democratizada e humanizada — todas essas mudanças levam alguns a concluir apressadamente que o projecto de construção de uma sociedade socialista foi uma utopia e um erro histórico, que «o comunismo morreu», que os partidos comunistas deixaram de ter razão de existir e que afinal a solução dos grandes problemas da Humanidade está no capitalismo do qual alguns teorizantes descobrem novas virtudes democráticas e negam a natureza exploradora de classe.

O nosso Partido não só não compartilha, como combate tais opiniões. Proclama que o capitalismo mantém a sua natureza exploradora e agressiva. Proclama que o capitalismo é um sistema de misérias, de injustiças, de arbítrios, de conspirações, de chagas sociais, de ilegalidades, de desrespeito pelos direitos humanos, de ingerências, de aparelhos de intervenção anticomunista e antidemocrática, como agora se tornou público em Itália com o conhecimento da existência dessa super-rede terrorista da CIA e de provocadores reacccionários — a Gládio — que teria também estado alerta em Portugal perante o perigo (como dizem as informações) da tomada do poder pelos comunistas.

O nosso Partido proclama ao mesmo tempo que a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos (e no concreto a luta libertadora dos trabalhadores e do povo de Portugal) continua a constituir o sentido fundamental (que já imprimiu marcas indeléveis na História) da época contemporânea. E, aprendendo com as experiências positivas e negativas, com as vitórias e com as derrotas, enriquecendo e renovado por motivo das transformações objecti-

vas que se operam no mundo e pelos ensinamentos dos processos revolucionários, proclama com convicção que o ideal comunista não está morto, que ele existe e existirá enquanto persistirem sociedades baseadas na exploração do homem pelo homem.

E com esta compreensão do mundo e com esta perspectiva, sempre atento à realidade e procurando novas respostas e novas soluções às novas situações e aos novos fenómenos, lutando contra a rotina, o conservantismo e a estagnação, o Partido no recente XIII Congresso (Extraordinário), no qual a juventude deu valiosa contribuição, definiu com mais rigor a sua identidade e a sua renovação, a sua natureza de classe, a sua ideologia antidemocrática e criativa, os seus princípios orgânicos com a acentuação da vertente democrática, o seu internacionalismo inseparável do seu patriotismo.

Em resumo: como temos afirmado, orgulhoso do seu passado, com intervenção coerente e determinada no presente, com a mira no futuro, firme nas convicções e com a consciência política tranquila, o PCP afirma que comunista foi, que comunista é e que comunista quer continuar a ser.

Estamos convencidos de que a juventude não nos perdoaria se, ante as tempestades que assolam o mundo, o Partido fosse tomado de desânimo e desespero, arreasse precipitadamente as baleeiras ao mar, desistisse de navegar e de prosseguir a sua rota.

Má quem capitule, há quem desista, há quem deserte. Nós, porque somos comunistas, defrontamos a situação e temos confiança, não só em que não naufragaremos como venceremos e ultrapassaremos as tempestades.

Estamos certos de que a juventude encontra estímulo para a sua intervenção na sociedade neste Partido que, longe de se curvar e de capitular, não baixa as bandeiras e porque tem profundas convicções faz frente à situação com coerência, frontalidade, coragem e determinação na luta que continua.

E se, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, sempre com a juventude, nos mantemos firmes e coerentes na defesa dos objectivos que são a razão de ser da existência e da luta abnegada do nosso Partido ao longo da sua já longa história, não é (como dizem alguns) para que o Partido morra de pé numa batalha perdida (ainda que seja preferível morrer de pé que viver rastejando), mas para continuar a vida e o combate não apenas com esperança, mas com alegria revolucionária e com confiança no futuro democrático, progressista, independente e socialista de Portugal.

Para o bem do nosso povo, para o bem da nossa pátria, para o bem da juventude.

O Partido e a juventude

Todos os partidos políticos vão tomando consciência de uma realidade até há pouco menosprezada: que a juventude é uma força social não só pela importante presença e intervenção na actualidade, mas também como viveiro de intervenção das forças sociais e políticas de amanhã.

A actuação dos partidos em relação à juventude oferece entretanto diferenças e contrastes.

Os partidos de direita, os partidos do poder do capital, têm medo da juventude. Têm medo do seu espontâneo exercício da liberdade. Da sua natural e pronta rebeldia ante valores caducos e ante disciplinas que tolhem o desenvolvimento da personalidade própria. Da sua afirmação de independência em relação às outras gerações e às pressões sociais injustas. Têm sobretudo medo da reflexão própria dos jovens que os conduza a um juízo severo sobre a sociedade capitalista e à vontade de transformá-la.

Por isso os partidos de direita, na sua política, na sua ideologia, na sua prática, procuram desviar os jovens da reflexão, privá-los dos elementos necessários ao exercício da liberdade, impedir a formação da sua opinião própria, anestesiar grande parte da juventude com falsas esperanças, medidas demagógicas e o turbilhão das ofertas, promessas e miragens superficiais da vida moderna nos países capitalistas desenvolvidos.

E nós, os comunistas, nós, o PCP, como vemos a juventude? Como consideramos a sua intervenção na sociedade?

Antes de mais, o nosso Partido confia nos jovens, porque os jovens estão mais próximos dos valores humanos ainda não deformados nem envenenados pelas injustiças, pelos vícios, pelo egoísmo, pelas misérias cívicas e morais do mundo capitalista. O nosso Partido não só reconhece como defende e estimula como grandes valores da juventude a liberdade, a iniciativa e a reflexão própria. O nosso Partido não só não contraria como estimula a rebeldia da juventude ante tudo quanto está caduco, errado, podre e injusto na sociedade actual.

O nosso Partido não só contraria a neutralidade e passividade da juventude como a estimula a que tenha tanto a coragem de resistir e dizer «não!» como a coragem de afirmar pela positiva o que pensa e o que quer.

Em relação à JCP, o nosso Partido, ao mesmo tempo que procura transmitir-lhe a sua experiência, colhe também a experiência da juventude e apoia e estimula a sua iniciativa, a sua intervenção autónoma, a sua criatividade.

Certamente esta posição confiante do Partido na juventude e na JCP em particular explica em grande parte que, consciente da sua reflexão e iniciativa própria, os jovens insistem (e é bom que insistam) em afirmar que a JCP é a juventude do PC.

Viva a JCP!
Viva o Partido Comunista Português!

PCP

Carlos Carvalhas em pré-campanha aponta temas para a Presidência

À medida que avança a pré-campanha eleitoral para as presidenciais de 13 de Janeiro, intensifica-se a actividade da candidatura de Carlos Carvalhas. Ao longo da semana que passou o secretário-geral adjunto do PCP esteve com trabalhadores da Tabaqueira e da Sorefame; na Amadora participou num convívio com reformados e num jantar-convívio com autarcas, membros de estruturas representativas de trabalhadores e dirigentes de colectividades e outras estruturas populares; interveio no encerramento da conferência regional do PCP sobre o desenvolvimento integrado da península de Setúbal; encontrou-se com militantes do Partido e outros apoiantes da candidatura comunista em Vila Real e em Viseu; ontem e anteontem esteve na Região Autónoma da Madeira. Publicamos de seguida alguns excertos de intervenção de Carlos Carvalhas nestas iniciativas. Na *Agenda* divulgamos o programa para os próximos dias.

Democracia nas empresas e direitos dos trabalhadores

«O Presidente da República não pode ficar insensível nem estático perante a crescente violação dos direitos dos trabalhadores em muitas empresas. A democracia na empresa não tem nem pode ter um estatuto menor do que a democracia na sociedade.

A Constituição da República Portuguesa contém um conjunto significativo de direitos dos trabalhadores, elenco que foi inclusivamente ampliado na II Revisão Constitucional e que permite uma larga actuação do Presidente da República: controlo de gestão, intervenção na vida das empresas, participação efectiva na gestão das unidades do sector público, representação no Conselho Económico e Social, direito à greve e proibição do lock out, liberdade sindical, regras constitucionais sobre despedimentos...

Por outro lado o artigo 59 consagra como direitos dos trabalhadores a justa retribuição do trabalho e o artigo 81 aponta como incumbência prioritária do Estado quanto à organização económica, — operar as necessárias correcções das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento — e promover o aumento do bem-estar social, em especial das classes mais desfavorecidas.

Ora o que as estatísticas oficiais mostram é que este Governo tem vindo ano após ano a processar uma distribuição do Rendimento Nacional em detrimento dos trabalhadores, «comendo-lhes» não só os ganhos de produtividade como os aumentos salariais através das taxas de inflação e da carga fiscal. É aliás significativo que no Orçamento para 1991 o Governo preveja um aumento de receitas de 83 milhões de contos que resultam fundamentalmente da cobrança de mais 58,5 milhões de contos em IRS sobre os rendimentos do trabalho dependente.

Também na Tabaqueira, que não tem problemas financeiros, se poderia com facilidade investir na formação profissional com o objectivo da reciclagem e recolocação dos trabalhadores, em vez de lhes pagar a factura de erradas políticas. É necessário alterar este quadro.

É por isso necessário dar voz à vasta corrente de opinião que partilha da esperança e da vontade de dar corpo a uma viragem democrática na vida nacional».

(Lisboa, «A Tabaqueira», 7 de Novembro)

Reformados, justiça e solidariedade social

«Na Declaração de Candidatura que inicialmente apresentámos ficou expresso que «a sociedade portuguesa apresenta profundas marcas de desigualdades que são, não só e principalmente as cicatrizes de um passado ignominioso, mas os sinais indistigíveis de uma injustiça que prosseguiu e se agravou notoriamente, nos últimos anos».

Nada melhor para ilustrar estas afirmações do que a abordagem objectiva das situações sociais, económicas e culturais que pontuam as vidas de centenas de milhares de reformados, pensionistas e idosos portugueses.

Segundo as estimativas oficiais, no nosso país existirão cerca de 2 milhões de 100 mil reformados, pensionistas e idosos. Ou seja, 14% da população total é constituída por beneficiários da Segurança Social. Estes, em 1970, eram 165 mil.

Em vez de se encarar esta situação num quadro de solidariedade social, temos vindo a assistir, desde anos atrás, a operações concertadas no sentido de diminuir o peso da intervenção do Estado na Segurança Social e de entregar a parte rentável deste sector às empresas privadas. Ao mesmo tempo, continua a crescer o montante das dívidas empresariais à Presi-

dência (cifradas, já, segundo o próprio Governo, em mais de 150 milhões de contos) e assistimos ao aparecimento de uma Segurança Social «de luxo», com base nas transnacionais e nas companhias de seguros, verdadeiramente inacessíveis à imensa maioria dos reformados e dos idosos.

Estes traços talvez, só por si, chegassem para atrair a nossa atenção para os dramas humanos desta faixa etária da nossa sociedade. Mas outras características conhecidas desta dolorosa realidade estão ao nosso alcance.

Por exemplo, os problemas da Saúde e da Assistência.

Teremos nós consciência do que representam, para milhares e milhares de idosos pobres, o contínuo aumento dos preços dos medicamentos, a baixa progressiva das comparticipações do Estado ou o espantoso espaçamento das consultas? Imaginaremos nós o que se passa, em todo o País, quando o idoso adoece e está sozinho? Ou poderemos imaginar o que significa, num país com baixíssimas reformas e elevadas taxas de inflação, viver-se com pensões de 20 contos mensais?

Mas não são, devidamente, apenas materiais os problemas que afligem os reformados e idosos portugueses. Onde estão — perguntamos — as iniciativas do Estado para os reintegrar na sociedade em que vivemos? Onde estão os investimentos públicos que a consciência social exige de um Estado moderno, traduzidos em lares de acolhimento, em facilidades de transporte, em fácil ingresso nas áreas de lazer, em tratamento preferencial na habitação, na assistência medicamentosa ou na saúde em geral? A justiça deve ser um valor central da organização da sociedade. Cada ser humano deve ter o seu justo lugar na sociedade.

É isto que reclamam mais de 2 milhões dos nossos concidadãos, subalternizados por um Governo que erige o negociatismo e o *salve-se quem puder* em valores prioritários.

A minha candidatura, a candidatura do PCP, propõe às portuguesas e portugueses um projecto de **democracia simultaneamente política, económica, social e cultural**, aberta a todos os grupos sociais, sem discriminação de sexo, religião, ideologia, raça ou idade. A construção de uma sociedade justa e solidária onde o livre desenvolvimento de cada um seja condição do livre desenvolvimento de todos. Para nós, a economia deverá estar virada para o homem, para o seu desenvolvimento multilateral — material, espiritual, moral.

É neste contexto que nos propomos debater, estudar e resolver os principais problemas dos reformados, pensionistas e idosos portugueses».

(Amadora, 8 de Novembro)

Crescimento, coesão e... palavras

«Uma conjuntura externa globalmente favorável permitiu que a economia portuguesa apresentasse taxas de crescimento. Mas o crescimento verificado foi um crescimento desequilibrado social e regionalmente. Mesmo as taxas de crescimento com que o Governo se enfeita foram inferiores às taxas de crescimento da Irlanda e muito próximas das da Espanha, o que significa que a nossa distância em relação ao país vizinho não diminuiu.

Mas o crescimento, que não significa desenvolvimento, não se pode avaliar apenas em volume. Estamos a aproximar-nos de 1993, e continuamos com uma especialização produtiva muito pouco valorizada e com um padrão de exportações de baixo valor acrescentado nacional.

O Governo não está a preparar a economia portuguesa para os embates do Mercado Único e da União Económica e Monetária, nem tem potenciado o poder negocial junto da CEE. O



próximo mandato presidencial adquiriu neste contexto da construção europeia e da integração europeia, que exigem respostas e decisões que fortaleçam o poder negocial de Portugal e lhe determinem um lugar valorizado na Europa e no mundo.

No nosso entendimento da função presidencial, o Presidente da República deverá defender a independência e a soberania nacional e contrariar a governamentalização das questões da integração.

O Primeiro-Ministro, após a última cimeira de Roma, mostrou-se muito satisfeito por ter incluído no comunicado final, tal como já se tinha verificado em Dublin, a necessidade da «coesão económica e social» na comunidade. Satisfeito deveria ter ficado se, desde a última cimeira, a «coesão económica e social» tivesse tido alguma concretização prática no reforço orçamental da comunidade, no reforço dos fundos estruturais, na garantia de que estes se mantêm e aumentam a partir de 1993. Mas quanto a isto, o senhor Primeiro-Ministro trouxe nada... Ficou contente com as palavras...» (...)

Constituição, política e acção do PR

«A península de Setúbal possui uma imensa riqueza económica, humana e natural, cujo desenvolvimento efectivo e harmonioso é essencial ao País. As populações desta região conhecem por experiência própria as enormes limitações e distorções de um «modelo» de desenvolvimento que, durante dezenas de anos de capitalismo monopolista, assentou na desumana exploração dos trabalhadores.

Conhecem também os efeitos dos últimos anos de restauração desse capitalismo monopolista, a delapidação e desarticulação do enorme potencial económico das grandes empresas estratégicas. Essa política escandalosa de asfixia do sector empresarial do Estado e de privatizações, com o cortejo de desemprego, negociatismo e corrupção, tem sido estimulada e patrocinada pelo Governo do PSD/Cavaco Silva.

A minha candidatura rejeita claramente uma tal política, que vai contra os valores inscritos na Constituição.

A Constituição da República consagra uma concepção de desenvolvimento integrado e estabelece como incumbência prioritária do Estado a sua promoção. Cumpre ao Presidente da República respeitar e fazer respeitar a Constituição e não assistir passivamente à demolição dos seus eixos fundamentais».

(Costa da Caparica, 10 de Novembro)

Capital estrangeiro e assimetrias

«É sintomático que numa região deprimida, que luta com grandes problemas de atraso em diversos domínios, se verifique uma tão grande penetração do capital estrangeiro: vinhas do Douro, minas de ouro e prata, granitos e rochas ornamentais, águas, vão mudando de mãos e, desta forma, importantes parcelas da economia portuguesa vão ficando mais dependentes de estratégias e decisões estranhas aos interesses de Portugal.

Esta é uma lógica que não permite uma estratégia de desenvolvimento equilibrado assente no pleno aproveitamento dos recursos nacionais, no aumento da capacidade de transformar em Portugal os produtos nacionais, no aumento de valor acrescentado nacional e na melhoria da nossa especialização produtiva. De-

envolvimento que tem também como objectivo a correcção das gravíssimas assimetrias regionais, em todos os seus vectores».

(Vila Real, 11 de Novembro)

Baldios e comunidades serranas

«Não é nova a tentativa de retirar os baldios aos povos, que o Governo e o grupo parlamentar do PSD querem levar a cabo através de mais um projecto de lei apresentado na Assembleia da República.

Nos últimos 14 anos, os Conselhos Directivos de Baldios e os compartes resistiram vitoriosamente a outras investidas legislativas para liquidar a administração e posse democráticas dos baldios pelos povos, sempre inconfessadamente em nome da cobiça e dos interesses das celuloses e das multinacionais.

Sem dúvida que a defesa dos interesses das comunidades serranas e a necessidade de estímulo e apoio oficiais ao valioso trabalho dos Conselhos Directivos de Baldios e Assembleias de Compartes fazem parte dos grandes objectivos democráticos e sociais, de desenvolvimento e combate às desigualdades, que ao Presidente da República compete incentivar».

(Viseu, 11 de Novembro)

A Europa e a autonomia

«Defendemos um Portugal solidário, com um desenvolvimento equilibrado em todas as suas regiões, aberto à Europa e ao Mundo no quadro das suas melhores tradições históricas.

Nós temos efectivamente para o nosso País uma outra ambição do que o tornar numa província sem alma de uma Europa, de uma Comunidade Económica Europeia, forjada pelos dogmas do neoliberalismo e comandada pelas transnacionais.

Entendemos, por isso, que o Governo português deverá dar uma contribuição positiva para o sucesso da Conferência sobre a Segurança e Cooperação Europeia, que se vai realizar em Paris de 15 a 21 deste mês e que pode avançar para uma nova arquitectura europeia, para um novo sistema de segurança colectiva e para um grande espaço económico europeu de efectiva cooperação».

Cabe ao Presidente da República acompanhar o processo de **autonomia regional** — instrumento de desenvolvimento, que contribua para a elevação do nível de vida e a maior participação dos cidadãos, que proceda à cooperação institucional entre os órgãos de soberania e os órgãos próprios das regiões, que respeite a legalidade democrática e aprofunde a democracia a todos os níveis, que assegure a participação activa e criadora dos trabalhadores no desenvolvimento regional, uma efectiva solidariedade nacional e seja servida por um governo e uma política regional ao serviço das populações».

(...)

Quero manifestar o meu apreço pelas reflexões produzidas nas recentes Jornadas Legislativas do Grupo Parlamentar do PCP, realizadas em colaboração com a Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP, nomeadamente quanto às finanças públicas, adopção do sistema fiscal, considerações sobre o Orçamento do Estado, sobre questões sociais e do trabalho, sobre a extinção da colónia, sobre a organização judiciária e o Estatuto Político-Administrativo para a Região Autónoma da Madeira».

(Funchal, 13 de Novembro)

PCP



■ Vasco Paiva

Em Vila Pouca, no S. Martinho

No caminho de Vila Real para Vila Pouca de Aguiar o sol do verão de S. Martinho prometia uma boa tarde de festa para o magusto organizado pela DORVIR do PCP. E assim aconteceu.

Pela manhã, o camarada Carlos Carvalhas esteve num encontro com a imprensa regional.

Chegados à exploração agrícola do camarada Joaquim Pipa, já um grande magote de amigos e camaradas nos esperava, e outros foram chegando: da Régua, de Alijó, de Dornelas, de Boticas, de Vila Real e de Chaves em maior número, mas também de muitos outros sítios.

Uns tiveram de abdicar de um belo dia de caça, outros de uma tarde de futebol, de afazeres que esperam sempre pelo fim-de-semana... Preferiram uma tarde de convívio dos comunistas do distrito, um momento para conversar sobre o Partido e a nossa luta, um momento de convívio com o secretário-geral adjunto e de reflexão sobre a situação política e as eleições presidenciais.

As máquinas e alfaias agrícolas cederam o seu lugar e o amplo recinto do pátio, coberto por uma ramada já despida das uvas e das folhas, a eira -

onde havia tudo o que era essencial: música, jogos populares (malha, jogo do sapo, malha de borracha, fito...), assadores (onde se ultimavam febras, entrecosto e outras carnes), alguns expositores com os cartazes da campanha e outros feitos a propósito. Nesta atmosfera de calma, de alegria e de confiança, reuniu-se mais de uma centena de militantes e amigos.

As cores outonais dos carvalhos, dos castanheiros, dos plátanos, dos aceres, dos líquidâmbares, completavam o ambiente serrano; nem sequer faltavam os gados pachorrrentemente nos pastos em volta.

A longa mesa, fazendo recordar as *mesinhas* comunitárias transmontanas de Dornelas e outros sítios, encheu-se com as carnes, a sardinha assada, o vinho velho e novo, o caldo verde, as cada, e o mais que cada um trouxe de casa.

No reencontro das conversas recordaram-se histórias antigas e recentes. Dúvidas há, como em toda a parte, mas os comunistas existem e têm orgulho de o serem; se há a consciência que nestas bandas o Partido é pequeno, também há a convicção - e o dia-a-dia mostra-o - de que o PCP não se fe-

cha, tem iniciativa, está atento aos problemas locais e regionais e intervém.

Não se almoçou de súbito, como quem tem pressa de partir, com quem apenas cumpre uma qualquer obrigação. Misturada com os comes-e-bebes e com uns torneios improvisados, a conversa prolongou-se pela tarde fora. O camarada Carvalhas foi *assaltado* pelas histórias que cada um tem para contar, por perguntas, mas também por reparos, por sugestões de quem pensa que podia ser melhor desta ou daquela maneira, daquilo que cada um desejava que se dissesse na televisão e, como não podia deixar de ser, como se dever resolver o problema do voto nas presidenciais.

No final cada um dos que ali estiveram levou consigo, não apenas a alegria da sua camaradagem de um dia de S. Martinho bem vivido, mas igualmente uma nova força para a luta. É que estas festas, estes convívios, os reencontros de quem, por força da vida e do trabalho está separado - e quantas vezes isolado - nas suas aldeias, servem também para *carregar baterias*, arregaçar as mangas e partir para novas tarefas e novas lutas.



PS embaraçado?...

Comentário do Gabinete de Imprensa do PCP

Respondendo a declarações proferidas no final da reunião da Comissão Política do PS, na semana passada, em que a candidatura de Carlos Carvalhas era considerada como «falsa» e «sem coragem» para ir até à contagem de votos, o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou no dia 8 o seguinte esclarecimento:

1. O PCP lamenta que a Comissão Política do PS tenha decidido aplicar à candidatura de Carlos Carvalhas qualificativos que, em boa verdade, longe de a poderem atingir, desqualificam quem os profere, uma vez que se relevam de métodos primários de luta política e de empobrecidas concepções sobre a vida democrática do País.

2. Esta atitude da Comissão Política do PS parece ser explicada por razões de alguns embaraços que o PS está sentindo para situar na sua área própria a candidatura de Mário Soares, dado o forte apoio que esta recebe do PSD.

Finalmente, cumpre observar que o PS está mal situado para vir levantar a questão da «contagem de votos» das diversas forças partidárias nas eleições presidenciais, uma vez que é praticamente certo que, em 13 de Janeiro, dados os apoios da direita a Mário Soares, mesmo que o PS o desejasse, não conseguirá nem contar nem distinguir o seus votos.

EM DEBATE O FUTURO

Conferência regional do PCP sobre o desenvolvimento integrado da Península de Setúbal

Desenvolvimento económico e acessibilidades, desenvolvimento sociocultural e ambiente foram os três painéis de debate da Conferência Regional do PCP, realizada no passado sábado, na Costa da Caparica, e subordinada ao tema «O desenvolvimento integrado da Península de Setúbal».

Presentes nesta iniciativa da DORS do PCP, para além de dirigentes nacionais e regionais do Partido e do camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP e candidato às Presidenciais de Janeiro de 91, que encerrou a Conferência (ver nestas páginas), vários eleitos do Poder Local, técnicos das autarquias, sindicalistas, homens e mulheres profundamente ligados à realidade social e cultural da Península de Setúbal. Daí a forma objectiva com que múltiplos temas de grande alcance para esta zona do País foram abordados ao longo do dia: do aproveitamento dos recursos endógenos ao reforço da estrutura produtiva, da necessidade de integração da Península na Área Metropolitana de Lisboa (AML) à defesa dos recursos e reservas naturais, das redes de transportes nomeadamente entre as duas margens do Tejo, às actividades culturais, passando por tantas outras questões, geralmente associadas a **objectivos** e a **projectos** fundamentais para a defesa de um futuro melhor para uma vasta região e para as suas populações.

Regionalização — precisa-se!

Criticando os atrasos na aplicação da Operação Integrada de Desenvolvimento (OID), «paradigmáticos da «celeridade» com que a Administração central resolve as questões essenciais com que se debate não só a Península de Setúbal como todo o País, e sublinhando a urgência da regionalização e o valor das propostas contidas no Plano Integrado de Desenvolvimento da Península de Setúbal (PIDDS), avançado pelos Municípios em torno da sua Associação, a Conferência esteve apoiada em documentos colectivos de trabalho, resultantes da experiência e do empenhamento de comunistas e de outros elementos com responsabilidades na vida da Pe-

nínsula de Setúbal, nomeadamente técnicos e especialistas em diversas áreas de intervenção.

Entre os participantes na Conferência viam-se os presidentes das CMs de Almada, Alcochete, Moita, Montijo, Pal-



Um debate enriquecedor onde foram justamente enaltecidas as potencialidades duma zona do País onde os comunistas assumem grandes responsabilidades na esfera do Poder Local

mela, Seixal (presidente da AMDS) e Sesimbra, vereadores, presidentes e membros de AMs, os deputados Odete Santos (presente na Mesa), Apolónia Teixeira e José Manuel Maia, vice-presidente da AR, dirigentes sindicais, de colectividades e de equipamentos culturais, caso do Museu de Etnografia e Antropologia de Setúbal.

A Mesa que dirigiu os trabalhos da Conferência foi constituída por Carlos Carvalhas, Jorge Gouveia Monteiro, da Comissão Executiva Nacional do Partido, Francisco Lopes, da Comissão Política, Manuel Sobral, da C. Executiva Nacional e responsável da DORS, Carlos Humberto, do CC, Eufrazio Filipe e José Luís Lopes Pereira, presidentes dos municípios do Seixal e da Moita, respectivamente, Carlos Sousa, vereador da CM de Palmeira, Odete Santos e Hélder Madeira, presidente da AM do Barreiro.

3.ª Assembleia da OR Setúbal

Com data marcada para 8 de Dezembro (em local a designar), a 3.ª Assembleia da OR de Setúbal mobiliza organismos, militantes e discussão.

A DORS reuniu na passada sexta-feira e aprovou o Projecto de Resolução Política que agora começa a estar nas mãos dos militantes. O documento, que não se pretende exaustivo — tanto mais que esta Assembleia se dá numa fase já adiantada da pré-campanha eleitoral para a Presidência da República — divide-se em quatro capítulos, tratando da ligação do Partido às massas, o desenvolvimento regional e a qualidade de vida

(Cap. I), um nível superior no trabalho e no debate ideológico, na informação e na comunicação de massas (Cap. II), a definição de orientações para a intervenção nas importantes batalhas eleitorais de 1991 (Cap. III) e a Organização do Partido, o trabalho de direcção, os recursos financeiros e a eleição da nova DORS (Cap. IV).

Entretanto, no concelho do Montijo, reuniram as organizações locais de **Foros do Trapo** (Santo Isidro de Pegões) e **Lançada** (Sarilhos Grandes), que numa primeira abordagem da AORS indicaram já propostas de delegados.

Ainda neste concelho, estão marcadas assembleias plenárias descentralizadas na freguesia do **Montijo** (Bairro dos Pescadores, Areias, Bairro da Liberdade e no da Graça), em **Sarilhos Grandes** e **Atalaia**, no Afonsoeiro e na freguesia rural de Canha, a decorrerem até este fim-de-semana. Nesta altura também tem lugar a Assembleia Concelhia de Sines, cujo funcionamento «albergará», em devido momento, a discussão da 3.ª AORS.



Eleitos do Poder Local, técnicos, especialistas, dirigentes sindicais e de colectividades, homens e mulheres profundamente ligados à vida da Península de Seúbal estiveram presentes nesta Conferência Regional do PPC

Trabalhadores

Greve dia 20 na Função Pública Sindicatos esperam forte adesão

Pelo que era conhecido anteriormente, inclusive depois da conferência de imprensa da Fenprof, segunda-feira passada, mantinha-se marcada para o dia 20 do corrente uma greve que deve abranger grande parte da Administração Pública, do pessoal das autarquias locais e dos vários graus de Ensino, incluindo o Superior. Os sindicatos apelam a uma forte adesão.

Nas últimas reuniões com membros do Governo, quer os representantes da comissão negociadora sindical da plataforma reivindicativa da Administração Pública, quer os da Fenprof não conseguiram fazer valer as suas posições, designadamente no que respeita aos aumentos salariais para o próximo ano. O Governo recusa-se a aceitar como base de negociação os 13,5 por cento de aumento nas tabelas de salários, apesar de essa percentagem constar do acordo económico e social assinado recentemente entre parceiros

sociais no âmbito do Conselho Permanente da Concertação Social.

Os problemas que estão na base do conflito complicam-se seriamente com a aplicação do novo sistema retributivo (NSR) da Função Pública e com variados problemas no Ensino, nas Autarquias e em várias áreas da Segurança Social.

Os sindicatos, que não aceitam «ser discriminados», reclamam «aumentos justos e carreiras dignas; o efectivo descongelamento dos escalões; e a aplicação do NSR a todos os TFP».

Sublinham as 18 associações sindicais que subcreveram a plataforma reivindicativa da administração pública para 1991 que o Governo falseia a questão ao argumentar que «ninguém ficaria com menos de 13,5 por cento, visto que o descongelamento dos escalões irá fazer com que se atinja essa média»... Os sindicatos respondem que não podem aceitar

uma situação em que o Governo tira com uma mão o que dá com a outra, pois os 2 por cento dos escalões já estavam garantidos pelo NSR. Há que não misturar as duas coisas, até porque o Governo não compensou os TFP pelos 5 por cento que perderam no ano corrente.

Por outro lado, o Governo nem sequer aceita a subida dos vencimentos mais baixos da Função Pública para o valor do salário mínimo nacional, conforme foi acordado no CPCS (40 100 escudos).

Para que a luta tenha êxito, afirmam por último os sindicatos, «é necessária a unidade de todos os trabalhadores da Função Pública, independentemente da sua opção sindical».

Uma delegação conjunta da CGTP e da UGT entregava entretanto na Assembleia da República uma petição com milhares de assinaturas pedindo o crescimento real dos salários e pensões na Função Pública em geral.

Direitos só no papel Civis das FA dirigem-se ao ministro

Além da previsível participação na greve do próximo dia 20, os trabalhadores civis dos serviços departamentais das Forças Armadas (FA) encaram ainda a adopção de outras formas de luta pela aplicação prática do regime da Função Pública. Embora esse regime tenha sido reconhecido legalmente por diploma do ano passado, os sindicatos representativos tiveram que se dirigir recentemente ao ministro da Defesa, Fernando Nogueira, pedindo

uma audiência no sentido de resolverem questões como a aplicação da legislação sobre carreiras, atraso na aplicação do novo sistema retributivo e, entre outros motivos, pelo «impedimento do exercício de direitos sindicais», como afirma em comunicado a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

Segundo a FNSFP, além da carta a pedir audiência ao ministro da Defesa, foi posta a circular nos locais de trabalho uma petição para recolha

de assinaturas a ser enviadas à Assembleia da República, tendo como «ponto central a exigência de serem garantidos na prática os direitos sindicais destes trabalhadores da Função Pública injustamente discriminados».

Entre as reivindicações dos trabalhadores civis das FA conta-se naturalmente a exigência de aumentos salariais superiores aos 11,5 por cento que o Governo pretende aplicar à Função Pública, como se sabe.

Encontro na Enfermagem

Hoje, quinta-feira, amanhã e no sábado efectua-se na Escola Superior de Enfermagem de S. Vicente de Paulo, em Lisboa, o Encontro Nacional de Enfermeiros, com cerca de 300 participantes, aproximadamente, representando associações da classe, inclusive sindicais, pertencentes tanto à UGT (Sindicato Nacional dos Enfermeiros Diplomados) como da CGTP (Sindicato dos Enfermeiros Portugueses).

De acordo com os objectivos divulgados, trata-se de «adquirir informação sobre as formas de regulamentação e controlo da profissão em vários países; conhecer e discutir o processo seguido na elaboração e negociação da legislação sobre o controlo do exercício da profissão no Brasil; apreciar o trabalho desenvolvido pelas organizações profissionais envolvidas na elaboração do Estatuto e Código Profissional; analisar e apreciar que tipo e forma de controlo do exercício da profissão mais se adequa à enfermagem portuguesa».

EDP

Foi anunciado esta semana pela FSTIEP (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal) um Encontro Nacional da EDP. A efectuar em 29 do corrente, com início às 9 e 30, no INIP em Algés, o Encontro decorrerá sob o lema «Emprego estável/Direitos garantidos/Serviço público melhor» e nele serão debatidos os seguintes temas: «A EDP e as privatizações; defesa dos direitos dos trabalhadores; medidas da CEE para o sector eléctrico; medidas de organização sindical; higiene e segurança, formação profissional, impacto ambiental».



Demissão de dirigente

O recente pedido de demissão do membro da comissão executiva da CGTP-IN, José Encarnação, foi motivo de comentários públicos da União dos Sindicatos de Setúbal, de cujo conselho distrital é coordenador, e da própria CGTP. As duas organizações sublinham o carácter pessoal da decisão e reiteram a decisão de não assinar o acordo económico e social. Segundo a CGTP e a URSS, o pedido de demissão daquele dirigente «de forma alguma» se restringe — como salienta a CGTP — à questão do acordo. As razões da demissão situam-se em dois campos: «um de natureza pessoal, outro de ordem político-sindical mais amplo». Para a Central, que acabámos de citar, «José Encarnação sempre foi um dirigente atento e actuante, que tem sabido ultrapassar as situações adversas, e por isso nos surpreende — acrescenta a Central — com esta atitude, que desejamos possa reconsiderar».

Numa nota à comunicação social, datada de 6 do corrente, a CGTP-IN conclui que é «uma organização plural onde sempre conflituaram posições divergentes, pelo que as suas decisões reflectem os equilíbrios e os consensos possíveis em cada momento, tendo sempre como objectivo a defesa intransigente dos interesses e direitos dos trabalhadores».

Conflito na Petrogal

Depois de sublinhar que o subsídio de turno na Petrogal é dos mais baixos praticados no sector químico, a direcção da Federação Sindical da química e farmacêutica manifesta o seu descontentamento e prevê mesmo a entrada em greve, perante a recusa de melhorar os respectivos horários. No princípio deste mês a Federação (Fequia) anunciava a realização de plenários com os trabalhadores.

Problemas na Amadora

À semelhança do que se passa um pouco por todo o País, agravam-se na Amadora os problemas sociais e degradam-se as condições de vida. Segundo a Concelhia do PCP, os direitos e os postos de trabalho estão ameaçados na Sorefame, «uma empresa estratégica nas mãos do capital estrangeiro»; na Nobre & Silva pára-se por falta de matéria-prima, acumulam-se as dívidas aos fornecedores e aos trabalhadores; na Bis a administração pretende despedir 45 trabalhadores; no material eléctrico (J. B. Corsino, Cabos Avila, ABB, Siemens, EDP) reduzem-se postos de trabalho, impede-se a aplicação dos direitos sindicais, há discriminações salariais relativamente às mulheres, etc. na Guiferbo (têxtil) há ainda salários em atraso. Estas são apenas algumas das situações mais preocupantes, além das mais gerais que atingem os trabalhadores da Administração Local e da Função Pública. A Comissão Concelhia da Amadora, num comunicado à população, salda a luta dos trabalhadores e da população do concelho, apela ao seu prosseguimento para o êxito das reivindicações.

Luta no Entreposto

A falta de respostas satisfatórias da parte da administração levaram o plenário de trabalhadores do Entreposto de Lisboa a aprovar em 3 do corrente quinze dias de paralisações parciais que, a cumprir-se a agenda aprovada, devem terminar amanhã. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, a luta é por aumentos salariais, redução do horário de trabalho para 40 horas e aplicação da categoria de trabalhador de qualificação especializada.

Assembleia da República

REGIONALIZAÇÃO

PSD e Governo mantêm obstrução ao avanço do processo

Convidada a explicitar de forma inequívoca a sua posição face a um calendário, ponderado e responsável, apostado no avanço do processo de regionalização, a maioria PSD, na última semana, evidenciou uma vez mais aquilo que já se desconfiava: não estar disposta a abdicar dos expedientes dilatórios que tem utilizado para na prática obstruir a criação das Regiões.

Tudo se passou faz amanhã oito dias na sessão plenária dedicada a apreciar dois projectos de deliberação apresentados por ordem de entrada na Mesa pelo PCP e pelo PS, de idêntico teor, versando o estabelecimento de um calendário dos trabalhos parlamentares com vista à instituição concreta das regiões administrativas.

Pela voz autorizada do seu deputado Silva Marques — um dos que mais se tem destacado pelas posições abertamente contra a Regionalização —, o PSD fez saber que isso de regionalização era coisa «complexa e melindrosa», a exigir uma «reflexão muito cuidada e realista», outemismos utilizados para camuflar aquilo que não tem coragem de dizer abertamente: que não está interessado em fazer avançar o processo de criação das regiões administrativas.

Um processo, importa ainda referir, ao longo do qual entre outras iniciativas, foram apresentados projectos de lei qualquer fundamento democrático legítimo, como assinalou no debate o líder parlamentar comunista. Carlos Brito, ao chamar a atenção para o facto de a regionalização estar atrasada 14 anos relativamente às expectativas criadas pelos comandos da Constituição da República. Uma afirmação que é tanto mais verdadeira quanto é certo que o processo parlamentar desencadeado a partir de 1986, justamente através de uma iniciativa legislativa do PCP, proporcionou já uma «profunda reflexão entre as forças políticas» — as palavras são de Carlos Brito — e um amplo e diversificado debate envolvendo as autarquias e outras instituições representativas das populações.

Um processo, importa ainda referir, ao longo do qual entre outras iniciativas, foram apresentados projectos de lei

Serviço Militar

Uma questão de metodologia no processo conducente ao debate realizado faz hoje oito dias em torno do Serviço Militar, indissociável das demagógicas ilusões alimentadas sobre a matéria, não terão seguramente deixado de se contar entre as razões que explicam o gorar de eventuais expectativas geradas em volta deste assunto.

Não que estivesse em causa a importância do debate (o modelo organizativo das Forças Armadas e as soluções que dizem respeito aos jovens que deles fazem parte) ou a sua própria oportunidade, agora que as recentes e profundas transformações ocorridas na Europa no plano estratégico-militar estão a dar um novo sentido à discussão dos modelos de organização das Forças Armadas e consequentemente das formas de prestação do Serviço Militar.

O problema parece ter sido outro. É que se o debate sobre a reestruturação das Forças Armadas não oferece dúvidas a ninguém, a verdade é que nem todos parecem ter compreendido a importância de que ele deve ser precedido da definição dos conceitos estratégicos fundamentais em que aquelas se irão mover e da equação das missões que lhes irão ser confiadas.

Só então será possível, como salientou o deputado comunista António Filipe, proceder a um debate responsável, o que equivale a dizer — definidos os conceitos estratégicos e as funções concretas

por todos os partidos com representação parlamentar, a par de duas consultas às Assembleias Municipais (cujos resultados foram amplamente favoráveis à regionalização) e de um debate entre especialistas e parlamentares promovido pela Comissão Parlamentar do Poder Local posteriormente publicado em livro. Vir invocar a necessidade

de uma maior «reflexão», como o fez o PSD, configura por conseguinte uma postura assente em argumentos demasiado frágeis e pouco sérios que não pode deixar de ser interpretada, afirmou Carlos Brito, como um pretexto que encerra uma «clara e inadmissível obstrução por parte da maioria».

Só assim se pode com-

preender, pois, a recusa do PSD face às propostas de calendarização apresentadas pelos partidos da oposição e que no caso do PCP fixavam «dois marcos fundamentais»: o primeiro, até fins de Janeiro, para aprovação da Lei Quadro das Regiões; o segundo, até fins de Abril, para aprovação da matéria relativa à delimitação.

Regimento da Assembleia Reformas precisam-se!

Contribuir para melhorar o funcionamento do Parlamento, aproximando simultaneamente a Assembleia da República dos cidadãos, em ordem a dignificar este órgão de soberania, tais foram, no fundamental, os princípios a que obedeceu a apresentação dos projectos do PCP relativos à introdução de alterações no Regimento da Assembleia da República e à adopção de um novo regime dos inquéritos parlamentares.

O assunto esteve em debate numa das sessões plenárias da passada semana, tendo sido objecto de outras propostas de idêntico teor contempladas em projectos apresentados pelo PS, PRD e CDS, todas visando a reforma das normas de funcionamento e organização do Parlamento.

No essencial, trata-se de defender um mais eficaz funcionamento da Assembleia da República por forma a permitir uma «melhor resposta aos problemas nacionais», como salientou o deputado comunista José Manuel Maia, intento que de início parece não ter sido compreendido, por parte de bancada da maioria, de quem, e nessa medida, partiram algumas reservas.

Silva Marques, em nome do PSD, sustentaria mesmo que «nenhum outro regime é, ainda hoje, tão democrático como o nosso», opinião que naturalmente não foi compartilhada pelo conjunto das bancadas da oposição.

É que, como observou José Manuel Maia, neste final da Legislatura, torna-se evidente que «foram impostos mecanismos e práticas parlamentares que subalternizam a Assembleia» e que resultam em larga medida da concepção governamentalizadora que a maioria tem do funcionamento daquele órgão de soberania.

«O Parlamento é visto como mera «Câmara de deputados». O processo legislativo é encarado como pró-forma que se suporta para ver, mas que em caso algum deve ter qualquer implicação de fundo nas leis em discussão», acusou o deputado comunista, antes de apontar a área de competência fiscalizadora da Assembleia como um dos «pontos fracos» do actual Regimento.

blica com a entrada da lei em vigor.

Nesse sentido vão pois as soluções preconizadas no projecto do PCP, consagrando nomeadamente no Regimento as disposições da lei quanto à forma do exercício do direito, quanto à admissão das petições, quanto ao exame pela Comissão e ainda quanto às providências a adoptar para a publicação das petições e à comunicação das deliberações.

Mas não se ficaram por aqui as preocupações da bancada comunista relativamente a esta matéria. Visando o melhorar significativamente o exercício das atribuições do Parlamento nas funções que cabem aos inquéritos parlamentares, um outro projecto de lei foi apresentado onde se propõem, entre outros, os seguintes aperfeiçoamentos: a garantia de apreciação em prazo certo dos pedidos de inquérito; a clarificação da tramitação dos inquéritos de realização obrigatória; a imposição de prazos para as diversas fases da constituição de comissões de inquérito; a previsão de efectiva coadiunicação das autoridades que devem apoiar as inquirições, e a concessão de novos poderes a cada membro das comissões para exercício autónomo.

Dignificar o Parlamento

O reforço dos poderes de fiscalização da Assembleia da República sobre o Governo, a garantia de democraticidade de funcionamento e o respeito das suas competências constitucionais e o reforço dos direitos dos cidadãos perante este órgão de soberania, constituíram as linhas de força que presidiram a elaboração das propostas de alteração ao Regimento apresentadas pelo PCP.

Desse conjunto de alterações, destacamos: **Modificação radical do regime de perguntas ao Governo**, garantindo a presença semanal dos membros do Governo, e eventualmente do Primeiro-Ministro, para responderem às questões que no momento lhes forem colocadas; criação da figura das **interpeleções urgentes**, permitindo debates com o Governo de carácter sectorial, sobre temas de actualidade imediata; criar a figura das **moções de apreciação de política sectorial**, a serem votadas no termo das interpeleções; **garantir a efectiva e prioritária apreciação das**

Nota da Comissão Central de Controlo e Quadros

A Comissão Central de Controlo e Quadros do PCP divulgou na passada terça-feira a seguinte nota:

Tendo os deputados do PCP José Magalhães e Jorge Lemos expressado público apoio a uma candidatura à Presidência da República oposta à apresentada pelo PCP; tendo-lhes sido comunicado que a Direcção do Partido considera incompatível tal posição com o exercício do cargo de deputado do PCP à Assembleia da República; e não tendo aceitado a indicação para, em conformidade com o compromisso anteriormente assumido, porem o seu lugar à disposição do Partido e renunciarem ao mandato de deputado; - a Comissão Central de Controlo e Quadros decide que, se insistirem em permanecer como deputados, não poderão continuar a fazer parte do Grupo Parlamentar do PCP. Em tal caso, o Grupo Parlamentar do PCP fará as diligências regimentais necessárias para o cumprimento desta decisão.

No dia 9 de Novembro, o mesmo organismo dirigente do PCP divulgará a seguinte nota:

Os jornais noticiaram que José Magalhães, deputado do PCP, e Jorge Lemos, deputado do PCP com mandato suspenso, declararam e defenderam publicamente, na continuidade de posições anteriormente assumidas, o seu apoio à candidatura de Mário Soares e a correspondente decisão de voto.

A Comissão Central de Controlo e Quadros, considerando que tal posição é incompatível com a qualidade de deputados do PCP, decidiu comunicar-lhes que, em conformidade com o compromisso que assumiram na altura própria, deverão colocar o seu lugar à disposição do Partido renunciando ao mandato de deputado.

Tal decisão não exclui o exame ulterior das suas atitudes políticas públicas, bem como das atitudes de outros membros do PCP que, não só atacam a candidatura do PCP, como apoiam candidaturas de outros partidos às eleições presidenciais.

9.11.90
A Comissão Central de Controlo e Quadros do Partido Comunista Português

Respondendo a solicitações de diversos órgãos de informação, o Gabinete de Imprensa do PCP divulgará entretanto, na segunda-feira passada, o seguinte comentário:

Face às posições hoje assumidas e comunicadas por José Magalhães e Jorge Lemos, o Gabinete de Imprensa do PCP está autorizado a reafirmar neste momento o que consta da Nota emitida em 9 de Novembro pela Comissão Central de Controlo e Quadros sobre a incompatibilidade entre o exercício do cargo de deputado do PCP e a declaração pública de apoio e intenção de voto na candidatura de Mário Soares, em ostensiva quebra de solidariedade com a candidatura do PCP e em atitude de clara confrontação com a orientação do Partido.

As posições agora divulgadas por estes deputados do PCP serão analisadas pelos órgãos competentes do Partido que sobre o assunto se pronunciarão oportunamente, adoptando as decisões e procedimentos adequados à gravidade dos comportamentos verificados.

Nacional

Denunciado em Encontro da FENCA, em Évora

Política do Governo sufoca agricultores

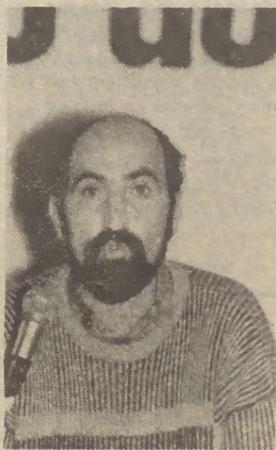
Com o objectivo de discutir a política agrícola do Governo e as suas consequências para o País e para a região da Reforma Agrária, à luz da integração comunitária e de revisão dos acordos do GATT, a FENCA (Federação Nacional de Cooperativas Agrícolas de Produção) promoveu no passado sábado, no palácio D. Manuel, em Évora, um Encontro que contou com a presença de cerca de 400 trabalhadores e pequenos agricultores e um significativo conjunto de convidados, de que sobressaem delegações do PCP e do PS. Nas Conclusões, que transcrevemos noutra local, sublinha-se que «a Reforma Agrária é necessária e vale a pena continuar a lutar por ela», exortando os trabalhadores a «ter em conta os direitos adquiridos e a riqueza que contribuíram para criar, daqueles que têm de sair, reforçar a vida democrática interna, não ceder a tentações precipitadas de dissoluções ou distribuição de património, reforçar a unidade de todos e a ligação com as organizações e as populações», apontando serem esses «os caminhos a percorrer para garantir o futuro das cooperativas da Reforma Agrária».

A aprovação unânime das Conclusões, pelas centenas de participantes que transbordaram do enorme salão, foi a resposta. Construída ao longo do dia por mais de 30 intervenções e o empenho sereno da multidão — que impressiona sempre, em terras da Reforma Agrária...

Além dos 400 participantes que, como já dissemos, encheram por completo o salão do Palácio de D. Manuel, o Encontro Regional de Cooperativas Agrícolas de Produção da Reforma Agrária contou com um importante conjunto de convidados, nomeadamente uma delegação da Comissão de Agricultura da Assembleia da República constituída pelos deputados Rogério de Brito, do PCP, e presidente da Comissão, e Luís Covas, do PS, delegações do PCP e do PS, vários técnicos (eng.º Oliveira Baptista, ex-ministro da Agri-

cultura, eng.º Carlos Amaro, eng.º Lucílio Martins, eng.º Lopes Pereira, eng.º Fátima Calouro, ENG.º Joaquim Neto, etc.) e ainda delegações de diversas Câmaras.

Na intervenção que proferiu um pouco antes do encerramento dos trabalhos, o presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia da República, deputado Rogério de Brito, após uma breve caracterização da situação agrícola nacional e regional (onde «as produções agrícolas e pecuárias persistem na estagnação» e se acentua «a elevada dependência em matérias-



Lino de Carvalho

-primas estratégicas», com «os indicadores económico-sociais do Alentejo a revelarem uma acentuada deterioração, registando-se, tal como antes do 25 de Abril, os mais baixos índices de intensidade de actividade económica no País»), preconizou diversos objectivos, desde «o aumento das produções agrícolas, pecuária e florestal e das produtividades da terra e do trabalho», à «orientação do sistema económico-productivo em função da racional gestão dos recursos», ao «crescimento e modernização das agro-indústrias e do sector da prestação de serviços», até ao «aumento do emprego, da sua estabilidade, remuneração e qualificação técnico-profissional».

Uma dupla pressão

Mas logo no início dos trabalhos se produziu uma inter-

venção que enquadrou com nitidez e profundidade os problemas em debate. Fê-la Lino de Carvalho, membro da direcção da FENCA e deputado do PCP na Assembleia da República.

Definiu, por exemplo, que «com a integração comunitária e a passagem para a 2.ª etapa do período de transição e com as negociações do GATT (que já se iniciaram há quatro anos e que deverão terminar no final de 1990) a agricultura portuguesa está sujeita a uma dupla pressão: por um lado, a que decorre do início da aplicação plena de todos os regulamentos e disciplinas comunitárias para as produções que estão em regime de transição por etapas (cereais incluindo o arroz, frutas e legumes frescos, vinho, leite e produtos lácteos, carne de bovino, carne de suíno, aves e ovos) e que constituem o grosso da produção agrícola nacional; por outro lado, a que decorre da progressiva redução dos subsídios à agricultura e das protecções hoje existentes para as produções agrícolas comunitárias em resultado da revisão dos acordos do GATT no quadro dos quais o Governo português teria aceite a proposta da Comissão de uma diminuição de 30% nos apoios à agricultura dos países da CEE. Tendo em conta a própria redução dos direitos niveladores que os acordos do GATT também implicam, Portugal vai ver-se confrontado com uma maior liberalização do comércio mundial e com a entrada

Pormenor da mesa do Encontro (onde estiveram os dirigentes da FENCA Lino de Carvalho, Durão Fernando, Jerónimo Mendes, Neves Borges, Bento Calado e José Brejo e ainda Joaquim Casimiro, representante da CNA, José Figueira, representante da CGTP-IN, Francisco Luís, representante da Fed. dos Sind. Agrícolas do Sul e o vereador António Folto, a representar a Câmara Municipal de Évora). O orador da foto é o deputado do PCP Rogério de Brito, presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia da República.

mais fácil nos nossos mercados das produções agrícolas dos outros países da Comunidade e de países terceiros em condições de concorrência desfavoráveis para as nossas produções.»

Entretanto estes condicionamentos já eram conhecidos (e muito se advertiu para eles...) só que o Governo não cuidou de acautelar os interesses portugueses.

Do pipo à mesa são 180\$00

Mas chegámos ao termo da primeira etapa do período de transição e «cinco anos já são suficientes para se fazer um balanço» da integração agrícola na CEE, que Lino de Carvalho enunciou com rigor.

Passado todo este tempo, a produção agro-pecuária não tem crescido; agrava-se o défice alimentar do País que registou, desde a adesão, um aumento superior a 50%; a taxa de cobertura total da Balança Alimentar quebrou de 47%, em 1985, para 41% em 1989. E mais:

Saberão, porventura aqueles que no supermercado pagam 1 garrafa de vinho corrente a 200\$00 ou 220\$00 que ao produtor esse vinho é pago a 40\$00 o litro?

Saberão que quando pagam 1 kg de carne de borrego no talho a 800\$00 que ele tem sido pago a 350\$00 ou 380\$00/kg/peso vivo ao produtor?

Os preços reais pagos ao produtor, desde a entrada na Comunidade, baixaram cerca de 25% no milho, 15% no ar-

Vista geral da sala do Encontro



roz, 23% no leite, 18% na carne de bovino, 15% na carne de ovino, etc.»

E continua Lino de Carvalho:

«Face a este conjunto de dados impõe-se uma pergunta: então quais têm sido os efeitos dos avultados meios financeiros, dos milhões de contos, que têm entrado em Portugal para a agricultura, vindos da Co-

• As conclusões

Não à marginalização das Cooperativas!

Eis, condensadas, as Conclusões do Encontro promovido em Évora pela FENCA para analisar as consequências sobre a agricultura da zona da Reforma Agrária provocadas pela política do Governo, no quadro da integração europeia.

Em 31 de Dezembro próximo termina a 1.ª etapa do período de transição para a integração plena da agricultura portuguesa.

Também, em princípio, deverão estar concluídas as negociações do GATT-Acordo Geral de Comércio e Tarifas.

A partir do próximo ano a agricultura portuguesa vai estar sujeita a uma dupla pressão: a da aplicação integral (ou o seu início, algumas produções) dos regulamentos e disciplinas comunitárias e a uma maior liberalização do comércio mundial com redução das protecções hoje existentes à agricultura seja pela via da redução dos subsídios ou da redução de tarifas e direitos de importação.

Este quadro exigia:

a) Que a 1.ª etapa do período de transição tivesse sido aproveitada para fortalecer estruturalmente a agricultura portuguesa, aproximando-se dos níveis comunitários e preparando-a para o embate que se avizinha;

b) Que as negociações para a 2.ª etapa se traduzissem no reforço dos apoios estruturais à agricultura e na reivindicação junto das Comunidades da derrogação da aplicação ao

País de normas e regulamentos tendo em conta a especificidade da agricultura portuguesa — já reconhecida pela CEE — e as próprias alterações que entretanto a PAC (Política Agrícola Comum) sofreu.

O Encontro das Cooperativas Agrícolas de Produção constata que nenhum destes dois pressupostos foi atingido e mostra-se profundamente preocupado com o futuro da agricultura, designadamente no que se refere ao Alentejo.

No final da 1.ª etapa verifica-se que se agravou o défice agro-alimentar nacional e enfraqueceu-se o nível de segurança alimentar do País; tem-se reduzido o rendimento real de quem trabalha na terra; tem-se agravado a situação do sector cooperativo e das pequenas explorações que têm sido particularmente prejudicados e marginalizados no acesso aos fundos comunitários; o Ministério da Agricultura e o Governo não têm revelado capacidade para apoiarem, no terreno e com apoios técnicos e financeiros, a necessária modernização da agricultura nacional.

Reclama-se:

No que se refere particularmente ao Alentejo as preocupações são acrescidas:

a) Pela falta de uma política de orientação agrícola que apoie as cooperativas e os agricultores a reordenarem a reconverterem a produção cerealífera e que estimule culturas alternativas viáveis nos terrenos disponíveis;

b) Pelo permanente adiamento do aproveitamento dos recursos hídricos, de que é exemplar a não construção de Alqueva, condição necessária para a reconversão e modernização da agricultura do Sul;

c) Por uma política de destruição da Reforma Agrária sem que lhe tenham sucedido explorações alternativas, modernas e eficazes, que aproveitassem os recursos, criassem emprego, desenvolvessem a agricultura.

Neste quadro, o Encontro de Cooperativas Agrícolas de Produção, reunido em Évora, no dia 9 de Novembro, por convocação da FENCA, Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção, reclama e propõe (entre outras medidas):

A adequação à realidade portuguesa dos regulamentos e programas comunitários, designadamente o Reg. (CEE) 797/85 e o PE-DAP através do desaparecimento de limites e condições que impedem a maioria das ex-

plorações de lhes terem acesso; introdução do recurso ao crédito bonificado para o pagamento das contrapartidas que competem aos produtores nacionais; apoios preferenciais e majorados às culturas em que Portugal é dependente ou pode ter vantagens comparativas.

Fim à marginalização de que as cooperativas de produção da Reforma Agrária e as pequenas explorações são alvo no acesso aos financiamentos comunitários e nacionais.

O alargamento do período de transição para a agricultura portuguesa e o reforço dos apoios estruturais.

Adopção urgente, quanto ao Alentejo, de um Programa de apoio especificamente virado para o reordenamento das culturas de cereais, para a introdução de novos cultivares e novas tecnologias, para o incremento de culturas alternativas nos solos que ficarem disponíveis, para a defesa e valorização dos montados de sobre e de azinho;

Criação do Conselho Regional Agrário do Alentejo.

Que seja posto fim ao processo de destruição da Reforma Agrária e de reconstituição das explorações latifundiárias, garantindo-se a coexistência, como determina a Constituição, das várias formas de organização de propriedade e de exploração da terra.

uma Política Agrícola
ao serviço do País



munidade e do próprio esforço nacional? Onde têm sido aplicados? Quem tem sido beneficiado?»

«Em termos nacionais, dois exemplos: dos investimentos directos nas explorações agrícolas ao abrigo do Reg. (CEE) 797 as pequenas explorações só absorveram 2,6% e o sector cooperativo só recebeu 0,5%.

«As explorações com mais de 100 ha que correspondem a menos de 1% do número total de explorações do País absorveram quase 30% dos

ratarem os primeiros cinco anos do período de transição, não se reforçou a capacidade estrutural da agricultura, agravaram-se as desigualdades com os mais poderosos e ricos a ficarem ainda mais poderosos e mais ricos, com o Governo e o MAP a privilegiarem as suas clientelas e amizades.

As cooperativas de produção são, pura e simplesmente, arbitrariamente afastadas de quaisquer apoios. Este ano, o MAP nem sequer o



As mulheres da Reforma Agrária, em corpo inteiro

apoios comunitários.»

Em resumo, ao abrigo dos programas de apoio à agricultura veio para o Alentejo qualquer coisa como quase 24 milhões de contos.

Notam, viajando por esse Alentejo fora, alguma mudança de fundo positiva na agricultura da nossa região que justifique ou seja minimamente proporcional àquele tão elevado montante? Pergunta ainda Lino de Carvalho.

Não, não vemos nada. O que vemos é que se desba-

subsídio de gasóleo queria pagar e dezenas de milhares de contos de cortiça pertencentes às cooperativas continuam à espera de autorização do ministro da Agricultura para serem pagos.

Quanto aos pequenos agricultores esses, ou nem sequer sabem (porque o MAP não informou) aquilo a que podem concorrer, ou se pretendem concorrer não têm área de terra ou outros indicadores suficientes...

■ H.C.

BRAGA

Encontro de eleitos CDU

Realizou-se recentemente em Braga uma reunião dos eleitos nas autarquias e activistas da CDU do Distrito. A reunião teve como principais objectivos fazer um balanço à situação e trabalho realizado nas Autarquias do Distrito neste primeiro ano de mandato, à política do Governo para as Autarquias, à situação financeira dos Municípios e os seus reflexos na Região e definir linhas de orientação para o trabalho futuro dos eleitos da CDU.

A CDU de Braga considerou que, «passado quase um ano de mandato nas autarquias do Distrito, depois das últimas eleições autárquicas, é já possível confirmar que o reforço do domínio quase em absoluto do PS e PSD, na grande maioria das autarquias do Distrito significa, de facto, o enfraquecimento do Poder Local democrático, da sua capacidade de intervenção na defesa dos interesses e bem-estar das populações e a paragem no desenvolvimento dos Concelhos e Freguesias do Distrito.

«O primeiro ano de mandato dos órgãos autárquicos do Distrito, após as eleições, foi de uma forma geral caracterizado pela diminuição e, em muitos casos, quase paralisação da actividade das autarquias. Os seus reflexos são visíveis na redução do número de obras concluídas ou lançadas no último ano, nos atrasos verificados na resolução de urgentes problemas de ordem local, particularmente ao nível das infra-estruturas básicas e de saneamento, do abastecimento de águas e da rede viária.»

É igualmente «notório na vida das autarquias do Distrito o empobrecimento do debate e discussão dos problemas, a sua falta de ligação aos problemas da população, a falta de projectos e de ideias para o desenvolvimento da região». Esta situação «reflete profundamente as orientações e prática política dos partidos que maioritariamente dominam as autarquias do distrito, PS, PSD e CDS», comenta a CDU.

Foros de escândalo

A situação financeira dos Municípios do Distrito e os seus reflexos na actividade das Câmaras e Juntas de Freguesia, foi outra das questões tratadas na reunião de eleitos da CDU. E disse-se:

«São hoje sobejamente conhecidas as dificuldades financeiras em que se encontra a grande maioria dos municípios do Distrito, alguns deles mesmo em situação de rotura financeira. Esta situação deve-se, por um lado, à asfixia financeira imposta pelo Governo, mas, por outro, é devida também à gestão e administração ruinosas da maioria das autarquias no Distrito, em alguns casos sem qualquer alteração política e até de pessoas, há mais de 12 anos.

As consequências estão à vista, segundo a CDU: «as dificuldades financeiras dos municípios estão a afectar fortemente a sua capacidade para exercerem as suas funções e responsabilidades no desenvolvimento e progresso local e bem-estar das populações. Obras de inegável importância estão paradas e outras não

chegam a ser lançadas. Degradam-se as habitações sociais existentes e não se constroem novas. São insuficientes e rareiam as medidas concretas de defesa, recuperação e conservação dos centros e património histórico. Atrasam-se e protelam-se obras de grande impacto para a vida de milhares de cidadãos, em infra-estruturas de saneamento, abastecimento de água e rede viária. Disso é exemplo gritante, a situação de importantes pólos populacionais como Fão, Esposende, Riba D'Ave, Arcozelo, Pevidém, Vizela e Taipas. Atinge foros de verdadeiro escândalo, mas significativo da política seguida pelo PS e PSD nas autarquias do Distrito, a situação a que se chegou hoje ao abastecimento de água aos mais importantes municípios do Distrito, pela

Linhas de orientação

seu insuficiência e péssima qualidade, correndo já graves riscos de saúde populações que estão a beber água imprópria para consumo».

A reunião da CDU analisou também o trabalho realizado, neste primeiro ano de mandato, pelos seus eleitos. «Mesmo enfrentando as dificuldades criadas à sua intervenção e actividade, por constituir uma força claramente em minoria no conjunto das autarquias do distrito, a CDU através dos seus eleitos e activistas continuou a afirmar-se, quer pela sua presença quer mesmo pela sua ausência nas autarquias (fundamentalmente nos órgãos em que perdeu os seus eleitos), como uma força necessária e insubstituível, para o funcionamento democrático dos órgãos autárquicos, para o estudo e resolução dos problemas, a defesa dos interesses primordiais das populações, o desenvolvimento de cada concelho e freguesia», afirma-se.

A reunião de eleitos da CDU aprovou, finalmente, como linhas gerais de orientação para o seu trabalho:

a) Desenvolver um maior contacto com as populações alargando e aprofundando o conhecimento dos seus problemas, reivindicações e aspirações;

b) Contrariar o silêncio que rodeia o funcionamento dos órgãos autárquicos, e a actividade da CDU com maior regularidade, informar as populações, das posições, iniciativas e propostas dos seus eleitos confrontando-as com as dos eleitos das outras forças;

c) Promover um maior e mais regular contacto e relacionamento entre os eleitos da CDU e os organismos do Partido, através de novas reuniões distritais, de reuniões em cada concelho e nas freguesias onde tal se justifique;

d) Criar, nos concelhos com maior número de eleitos, comissões específicas para um acompanhamento mais regular dos eleitos e de dinamização do trabalho autárquico em geral.

Coimbra

Arquitectura a meio-gás estudantes ao rubro

Os alunos de Arquitectura da Universidade de Coimbra recebem pelo futuro do seu curso. As aulas começaram há duas semanas e apenas está a ser leccionada metade da carga horária. Nas disciplinas das áreas de Arquitectura e Teoria de Arquitectura, a situação ainda é pior, estando a ser ministrados apenas 38% das aulas previstas.

Para manifestarem o seu descontentamento, os estudantes improvisaram uma conferência de imprensa na passada 6.ª feira, junto à Reitoria daquela Universidade, dando a conhecer a sua posição face à falta de professores e de uma verba específica para o seu curso.

Segundo estes, «o curso entrou em funcionamento no ano lectivo de 88/89, nunca lhe tendo sido atribuído orçamento específico para corresponder às necessidades de instalação que qualquer curso exige». A ausência deste orçamento «tem-se traduzido na impossibilidade de planear

atempadamente a instalação do curso, e logo na má resolução de problemas fulcrais».

Este ano lectivo o curso de Arquitectura desta Universidade iniciou-se, à semelhança de anos anteriores, «sem garantias de funcionamento pleno. Se antes o principal problema era a insuficiência de instalações, este ano é a falta de docentes.»

Para os estudantes, «é necessário o desbloqueamento de verbas para a contratação de 2 professores e 5 assistentes e, até agora, não têm garantias que tal venha a acontecer». Porém, mesmo que a situação fosse resolvi-

da, as aulas só começariam em Janeiro. Por outro lado, «o futuro dos 4.º e 5.º anos não está a ser preparado».

Preocupados com a credibilidade e prestígio do curso, os estudantes de Arquitectura de Coimbra exigiram junto do Reitor da UC, do presidente do CD da Faculdade de Ciências e Tecnologia e do presidente da Comissão Instaladora do seu curso, a contratação dos docentes em falta e a criação do orçamento específico anteriormente referido.

Entretanto, «é no momento em que estudantes se manifestam pela falta de verbas para o funcionamento do seu curso, que o Governo propõe um decréscimo real de 9,7% de verbas a atribuir para o funcionamento da Universidade de Coimbra, menos 2 milhões que a proposta da Universidade», sublinham os estudantes em luta.

Em conferência de Imprensa, hoje

Política regional e integração europeia

Um encontro com a Comunicação Social sobre política regional e integração europeia, políticas da CEE e políticas nacionais vai realizar-se hoje, dia 15 de Novembro, às 16.30 horas, no Café Martinho da Arcada, Lisboa, com a participação de: Joaquim Miranda (deputado do PCP no Parlamento Europeu), João Teresa Ribeiro (Presidente da CM Vendas Novas e Presidente do Conselho Regional da CCR do Alente-

jo), Alfredo Barroso (Presidente da CM Redondo), José Manuel Basso (Presidente da CM Nisa), Manuel Veiga (Presidente da AM Loures), e outros membros do Grupo de Estudos do PCP para o Desenvolvimento Regional.

A iniciativa é dos deputados do PCP no Parlamento Europeu e do Grupo de Estudos do PCP para o Desenvolvimento Regional.

PCP

LISBOA

Assembleia da ORL a 14 e 15 de Dezembro

Na sua reunião do passado dia 9 a DORL do PCP examinou a situação política e social, os seus reflexos na vida dos trabalhadores e das populações do distrito, e as acções decorrentes que dessa situação se colocam à intervenção dos comunistas.

Mereceram particular atenção as implicações na situação social e na continuação da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, o chamado acordo social celebrado entre o patronato, UGT e Governo, designadamente no que respeita às tentativas de contenção salarial, de desregulamentação e flexibilização do trabalho e de restaurar o pacote laboral.

Face a esta situação, considera a DORL do PCP que é imperiosa a intervenção dos comunistas e dos democratas na demonstração e esclarecimento junto dos trabalhadores do real conteúdo do acordo e a necessidade da sua mobilização para continuar a luta na defesa dos seus interesses e direitos, desmontan-

do as pretensões do patronato e do Governo, desmascarando o papel da UGT neste processo.

A Direcção Regional de Lisboa saúda aqueles que apresentaram reivindicações que visam repor o poder de compra perdido e melhorar o seu nível de vida, manifestaram a firme disposição de lutar em sua defesa como é o caso dos trabalhadores da Função Pública, com greve marcada para 20 de Novembro.

As eleições presidenciais e os objectivos específicos da candidatura de Carlos Carvalhas tem suscitado uma intensa actividade partidária com dezenas de iniciativas, a maior parte delas constituindo, pelo seu sucesso e alcance, um estímulo ao desenvolvimento da intervenção do Partido, no sentido de ampliar o esclarecimento em torno das consequências da política de direita e da necessidade de alternativa democrática, sublinham os comunis-

tas da região de Lisboa, que acrescentam:

«No debate foi dado particular destaque ao trabalho preparatório da 2.ª Assembleia da Organização Regional que se realiza nos dias 14 e 15 de Dezembro no Cinema D. João V, na Damaia.

«Esta Assembleia dos comunistas da região de Lisboa tem como objectivo reforçar a ligação do PCP aos problemas e aspirações dos trabalhadores e populações do distrito.»

Comício

A DORL anuncia que o documento-base a debater nas organizações e que foi elaborado a partir da realização de várias reuniões de quadros, estará em discussão a partir do próximo dia 15 de Novembro e apela à participação da população do distrito no comício a realizar no dia 30 de Novembro, no Cinema Império, em Lisboa, que contará com a presença de Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas.



Torres Vedras Nova Concelhia do PCP

Situação social, autarquias, organização e direcção do Partido estiveram em foco na recente 4.ª Assembleia da organização concelhia de Torres Vedras do PCP. Ponto alto da reunião foi também a eleição da nova Comissão Concelhia.

Realizada no auditório municipal da cidade, a Assembleia contou com a presença dos ca-

maradas Agostinho Lopes, da Comissão Política do Partido, e Abílio Martins, do Executivo da DOR Lisboa e membro do CC. Temas abordados na Assembleia, Presidenciais e Legislativas de 91 foram aspectos tratados na intervenção do camarada Agostinho Lopes, no encerramento dos trabalhos.

Transportes

No último sábado, dia 10 de Novembro, decorreu num hotel da capital a 4.ª Assembleia do Sector dos Transportes/Lisboa, do PCP.

Nesta Assembleia foi amplamente debatida a situação do sector, bem como a política de direita praticada pelos sucessivos governos que têm levado à difícil situação das empresas, com a consequente redução do poder de compra dos trabalhadores, os despedimentos e a alienação dos sectores rentáveis das empresas, para as entregar ao capital privado.

Foram destacadas as consequências negativas para os trabalhadores do chamado «pacto social» e reafirmado o apoio à justa posição da CGTP em não o ter subscrito.

Foi aprovada uma resolução com propostas visando uma política necessária para

rentabilizar o sector e eleito o novo organismo de direcção.

A intervenção de encerra-

mento esteve a cargo de José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Camaradas Falecidos

Manuel Alves Nunes

No Hospital de Santa Marta, em Lisboa, faleceu o nosso camarada **Manuel Alves Nunes**, de 66 anos, membro do Partido desde 1975. O funeral realizou-se para o cemitério de Santa Margarida da Coutada, sua terra natal. A família enlutada a Comissão Concelhia de Constância do PCP apresenta sentidas condolências.

José Augusto

Da organização de Vialonga, concelho de Vila Franca de Xira, veio a notícia do falecimento do nosso camarada José Augusto, de 67 anos.

Eduardo da Conceição

Conhecido democrata da Baixa da Banheira, faleceu o militante comunista **Eduardo da Conceição**, de 68 anos, membro do PCP desde 1976. Pertenceu ao MURPI e à URAP e colaborou no jornal «A Voz da Vila», da Baixa da Banheira.

**

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta o seu profundo pesar.

Rectificação necessária:

Assembleia da DORL em Dezembro

Um erro, de que nos penitenciamos, produzido na reportagem do EM FOCO publicada na semana passada sobre a primeira Assembleia da Organização da Cidade de Lisboa, poderia levar o leitor mais incauto a depreender que se trataria de uma assembleia da Organização Regional de Lisboa. Como é óbvio, tratou-se de facto da Assembleia de cidade e a ela se refere quer a reportagem, quer o texto sobre a Resolução Política aprovada, quer os dados sobre

a nova direcção que não é, como saiu publicado, a *nova DORL*, trata-se, isso sim, da nova Direcção da Cidade de Lisboa do PCP.

Como certamente é do conhecimento da maior parte dos militantes do PCP, a Organização da Cidade de Lisboa corresponde ao concelho, isto é, ao espaço físico delimitado pela cidade de Lisboa. A Organização Regional de Lisboa do PCP (ORL) abrange todo o distrito.

De resto é por todo o distrito que decorrem neste momento inúmeras reuniões de preparação da segunda Assembleia da ORL, que será uma grande iniciativa do Partido, e que decorrerá nos dias 14 e 15 de Dezembro no cinema D. João V, na Damaia, onde, de facto, será eleita a nova DORL.

A todos os leitores do «Avante!» pedimos desculpa pelas incorrecções publicadas.

PT

O Serviço de Cirurgia Plástica do Hospital de São João, o caso do jovem vilacondense e as verdadeiras responsabilidades...

Vários órgãos de comunicação social têm referido e tratado sob vários ângulos o caso do jovem vilacondense de 13 anos que ficou sem quatro dedos de uma mão num acidente de trabalho com uma máquina de corte e por não conseguir ser atendida e convenientemente tratado no Hospital de S. João, no Porto.

Na última década do século XX, num país da CEE, dois problemas típicos da mais degradante situação social, o trabalho infantil e a falta de eficaz assistência médica, conjugam-se dramaticamente na mesma vítima.

A propósito da reimplantação dos dedos decepados do jovem, que o Serviço de Cirurgia Plástica do Hospital de S. João não esteve em condições de assegurar e sob cujo corpo clínico recaem agora suspeições, inquéritos e processos, o Sector de Saúde do Porto do PCP relembra o recente debate sobre urgências que, por iniciativa deste partido, foi há poucas semanas levado à AR. Relembra a atitude acrítica e de incrível sobrançeria e auto-satisfação com que o ministro da Saúde e o Grupo Parlamentar do PSD responderam às

críticas, objecções e propostas de toda a oposição. Alerta para o facto de que situações como a agora divulgada ocorrem de há dois anos para cá.

O Porto e toda a região do Norte, não têm a partir das 17 horas dos dias úteis, nem aos sábados e domingos, resposta capaz para o tratamento de urgências dos casos de queimados e traumatizados que necessitam de cirurgia plástica reconstrutiva. Não a têm, efectivamente, **por despacho ministerial** da então ministra Leonor Beleza que, em 1988/89, transferiu para o Hospital Privado da Prelada o Serviço de Cirurgia Plástica e de Queimados do Hospital Geral de Santo António (que funcionava no Hospital Rodrigues Semide), levando inclusivamente à saída de médicos do S. João e do St.º António para a Prelada, em comissão de serviço! Mas, o Hospital Privado da Prelada não tem reconhecidamente vocação para responder a tais situações de urgência, fora dos horários de expediente. Por seu lado, o único serviço público de Cirurgia Plástica existente no Hospital de S. João é manifestamente insuficiente, em meios técnicos e humanos.

O Sector de Saúde da DORP do PCP sublinha que as tentativas para encontrar bodes expiatórios neste processo, ou de responsabilizar os horários dos médicos, etc., servem apenas para lançar cortinas de fumo sobre os verdadeiros problemas. O que está em causa é a urgência de resolver o acesso à cirurgia plástica reconstrutiva numa região como o Norte. Tal passará, sem dúvida, por uma política de saúde diferente, que privilegie os serviços públicos em vez dos privados, que encare com responsabilidade os problemas das urgências e a necessidade de articulação dos diversos serviços de atendimento, com o encaminhamento adequado do doente urgente para serviços especializados. No caso de Cirurgia Plástica Reconstrutiva no Porto, o PCP considera que o Ministério da Saúde deve e tem condições para disponibilizar uma equipa permanente de Cirurgia Plástica, com responsabilidade assumida e partilhada pelos hospitais centrais (incluindo a Prelada) ou através de um sistema de rotatividade. Trata-se de um serviço funcional essencial que o progresso do desenvolvimento técnico e o direito à saúde obrigam a colocar à disposição dos portugueses.

PCP

AVOZ

Comunistas preparam Assembleia (1 de Dezembro) e avançam propostas objectivas para a solução dos problemas regionais

As mutações sociais intensificaram-se com a liquidação da Reforma Agrária, com o aumento da precariedade do trabalho, com a falta de investimento no desenvolvimento regional. Esta situação tem contribuído para a saída de muitos trabalhadores do distrito para outras zonas do País e para o estrangeiro. Nós, comunistas, consideramos que existem condições para inverter esta situação.

Reunida há dias com os órgãos da Comunicação Social, a Direcção Regional de Évora do PCP deu pormenores sobre a 2.ª Assembleia daquela organização do Partido, marcada para 1 de Dezembro no Palácio D. Ma-

desde a 1.ª Assembleia e encontrar as soluções apropriadas para que o Partido se torne cada vez mais apto para vencer as novas e complexas tarefas e responsabilidades que tem hoje pela frente;

jectos de aproveitamento de subprodutos;

- Melhoria dos métodos de extracção e introdução de novas tecnologias;

- Maior informação e promoção de modo a defender o seu valor face à concorrência internacional.

Sendo a região de predominância agrícola,

- Defendemos que a estrutura fundiária se deverá desenvolver predominantemente nas UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária e nas explorações familiares;

- Recusamos a exploração latifundista/absentista;

ção política para 1991», assim sintetizadas:

1. As eleições presidenciais e legislativas ocupam lugar de relevo na nossa acção para o ano em que vamos entrar; para as eleições presidenciais daremos o nosso empenhamento na campanha de Carlos Carvalhas, de acordo com as linhas definidas para a candidatura. Também as eleições legislativas merecerão já alguma atenção, designadamente na preparação da lista de candidatos e dos objectivos, os quais apontam para o reforço da votação do PCP e seus aliados mantendo-se a força política mais votada.

2. Outra linha é a luta social por melhores condições de vida; pensamos que o desenvolvimento da política PSD vai levar ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores e do nosso povo.

3. Outra das acções para 1991 é o desenvolvimento regional de forma integrada; com a nossa acção procuraremos contribuir pelos meios ao nosso alcance, para a luta pelo desenvolvimento do distrito.

4. A quarta linha de acção prende-se com a luta pela regionalização; iremos propor à Assembleia a continuação da luta pela regionalização, defendendo a proposta do Partido, que é a exigência de um calendário para a implementação da regionalização (eleições em simultâneo com as eleições legislativas).

A renovação do Partido

O reforço e a renovação do trabalho partidário na Região de Évora merece grande atenção na proposta de Resolução Política que submetemos ao debate em todo o Partido. O carácter democrático do Partido está patente na elaboração deste documento e na sua



O projecto de resolução política e a eleição dos delegados (cerca de duas centenas) ocupam os pontos principais das reuniões preparatórias da 2.ª Assembleia da Organização Regional de Évora do PCP, marcada para 1 de Dezembro na cidade do Templo de Diana

discussão. Mais de meia centena de camaradas participaram na sua elaboração e a discussão envolverá todo o Partido — revelaram os camaradas de Évora no encontro com os jornalistas.

«Propomo-nos tomar medidas que reforcem a nossa intervenção junto dos militantes que têm responsabilidades em todas as frentes de trabalho, nomeadamente Poder Local, área sindical, saúde, estrutura económica e outras. Reforçar a ligação às populações é outro dos objectivos a que nos propomos, assim como o reforço e renovação dos quadros da Direcção da Organização Regional de Évora do PCP», salientaram.

Carlos Carvalhas entre os convidados

«Na nossa Assembleia — referiram ainda os dirigentes

regionais do PCP — irão estar mais de 200 delegados eleitos pelas organizações de todo o Distrito, assim como mais de 100 convidados das respectivas organizações. Além destes estarão ainda 50 convidados especiais, entre eles representantes dos partidos democráticos da Região e de outras organizações para além de personalidades convidadas para o efeito.»

Os trabalhos da Assembleia são também abertos à Comunicação Social, com excepção da sessão reservada aos delegados.

Entre outros dirigentes nacionais do Partido, que oportunamente divulgaremos, irá participar nos trabalhos da 2.ª Assembleia da Organização do secretário-geral adjunto do PCP e candidato à Presidência da República, Carlos Carvalhas.

JPO



Vila Viçosa, Vendas Novas e Évora foram três localidades onde, no passado fim-de-semana, já estiveram em debate questões intimamente relacionadas com a Assembleia da OR de Évora. Os dirigentes comunistas Raimundo Cabral (Comissão Executiva Nacional) e Diamantino Dias participaram nessas iniciativas

nuel, na cidade do Templo de Diana, e comentou aspectos da situação deste distrito alentejano, que, naturalmente, estarão também no centro do debate na reunião magna de Dezembro.

- Eleger a Direcção da Organização Regional de Évora do PCP.

Propor soluções

Os comunistas de Évora não falam apenas dos proble-

- Ahamos que as explorações capitalistas que invistam, criem emprego e aproveitem os recursos se tornam necessárias num sistema de economia mista;

- Consideramos ainda ser necessário o reordenamento das culturas, com o objectivo de promover a intensificação da produção, mantendo os cereais nos solos apropriados e estimulando-se as oleaginosas e as proteaginosas assim como as culturas regadas.

- A construção da Barragem do Alqueva, o aproveitamento das barragens existentes e a construção da Barragem dos Minutos e de Veiros são outros empreendimentos necessários e fundamentais ao desenvolvimento da região.

- Consideramos que não haverá desenvolvimento sem uma correcta política de recursos humanos; é necessário evitar o despovoamento e a desertificação das zonas rurais, mobilizar os jovens para permanecerem no trabalho da terra e desenvolver e adequar a formação profissional.

Acção política em 91

Os comunistas de Évora também avançaram na conferência de Imprensa as «directrizes fundamentais da ac-

O Partido verifica que a situação social e económica se encontra em fase de degradação, que a população do distrito diminui ao ritmo de 0,5% ao ano, situando-se hoje a população nos 172 800 habitantes.

As mutações sociais intensificaram-se com a liquidação da Reforma Agrária, com o aumento da precariedade de trabalho, com a falta de investimento no desenvolvimento regional. Esta situação tem contribuído muito para a saída de muitos trabalhadores do distrito para outras zonas do País e para o estrangeiro. Nós, comunistas, consideramos que existem condições para inverter esta situação de degradação.

(Direcção Regional de Évora do PCP em conferência de Imprensa/5 Nov. 90)

jornalistas, a Assembleia tem quatro objectivos fundamentais:

- Proceder ao balanço dos principais problemas, económicos e sociais, do distrito e apresentar a proposta dos comunistas para a sua resolução;

- Debater as principais direcções de luta e de trabalho e a contribuição do PCP para uma alternativa democrática tendo em vista o ano de 1991;

- Fazer um balanço sucinto da actividade da organização

mas que se vivem no distrito. Estudam com profundidade as suas raízes e propõem soluções.

Um dos factores fundamentais da nossa acção deve ser o desenvolvimento regional, para o qual apontámos:

- A formação de empresas transformadoras junto da extracção da matéria-prima, permitindo a criação de novos empregos e a retenção de uma maior percentagem de VAB na região;

- Desenvolvimento de pro-

Deputado do PCP na Suíça e na Alemanha

«Os trabalhadores portugueses residentes na Suíça em regime de contrato temporário continuam sem receber o subsídio de desemprego durante o período em que se encontram em Portugal», lembrou o deputado do PCP, António Mota, ao regressar de uma visita de contacto com a comunidade portuguesa emigrada na Suíça e na Alemanha.

Cerca de 40 mil trabalhadores portugueses sujeitos ao estatuto de temporários, estão a terminar o período de nove meses de actividade anual. Estes trabalhadores retornarão brevemente a Portugal por um período de três meses, «sem a obtenção de qualquer compensação salarial para esta inactividade forçada», disse aquele deputado. «Fui confrontado — acrescentou — com uma situação que continua a causar descontentamento e indignação junto dos trabalhadores atingidos. Esta situação mantém-se no impasse por evidente desinteresse do Governo português em resolvê-la, seja por meios próprios, seja através de negociações com o governo suíço».

O deputado António Mota, que no Grupo Parlamentar do PCP tem a seu cargo os assuntos da emigração, recordou que «em 1988 foi apresentado ao sr. ministro do Emprego e

Segurança Social uma petição assinada por trabalhadores temporários e por 274 personalidades suíças, reclamando o pagamento do subsídio de desemprego», com base nos descontos efectuados durante o tempo de trabalho naquele país.

Países da CEE como a Itália e Espanha pagam aos seus emigrantes nestas condições, respectivamente 75% do salário mínimo e o correspondente ao subsídio de desemprego. António Mota comprometeu-se perante a comunidade a bater-se pela resolução desta aspiração e informou que «o assunto irá ser debatido no seminário que o PCP promove, em Dezembro próximo, sobre questões de emigração».

No encontro que durante a sua estadia teve com o embaixador de Portugal na Suíça, António Mota teve oportunidade de expor este e muitos outros problemas com que se defronta a comunidade portuguesa naquele país.

Na Suíça, o deputado do PCP contactou a comunidade local, designadamente em diversos estaleiros de construção civil, visitou uma dezena de associações portuguesas e encontrou-se com o responsável português do Sindicato da Construção Civil (FOBB).

Comunidade Europeia

Propostas em defesa da agricultura

O eurodeputado do PCP, Joaquim Miranda, apresentou a semana passada, a pedido da Comissão de Orçamentos do Parlamento Europeu, um parecer sobre a passagem à 2ª fase de Transição da Agricultura Portuguesa, em que aponta a necessidade de medidas de apoio a Portugal neste domínio, reforçada pela decisão da Comissão das Comunidades em reduzir em cerca de 30 por cento os apoios à agricultura.

A passagem à 2ª fase de Transição da Agricultura Portuguesa, implicando uma maior integração a nível comunitário, que o mesmo é dizer uma concorrência acrescida e desigual de agriculturas mais desenvolvidas com a produção nacional, ocorre num período particularmente delicado para o sector. Com efeito, após hesitações de ordem vária, a Comissão anunciou a decisão de apresentar às negociações do GATT do próximo mês uma proposta de redução, em cerca de 30 por cento, dos apoios concedidos à agricultura.

Como se compreende, esta medida, a ser concretizada, irá ter reflexos dramáticos para os agricultores, em particular os dos países economicamente mais débeis e de agriculturas menos desenvolvidas, como é o caso de Portugal, que a par da redução dos apoios terá de enfrentar um acréscimo da concorrência.

Tendo em conta esta situação, Joaquim Miranda, em carta da Comissão de Orçamentos do PE, igualmente subscrita pelo respectivo presidente, alertou a Comissão de Agricultura para a necessidade de ter em conta a especificidade da agricultura portuguesa, e nomeadamente para a debilidade da sua estrutura produtiva, que não poderá deixar de ser fortemente afectada, com a passagem à 2ª fase de transição, com a redução dos apoios comunitários.

Por outro lado, no âmbito da Comissão de Agricultura, o eurodeputado do PCP apresentou várias propostas de emenda aos regulamentos da Comissão, que visam salvaguardar os interesses nacionais.

Assim, no respeitante ao sector dos cereais, Joaquim Miranda propôs que fossem tidos em conta nos esquemas previstos os rendimentos dos

agricultores; que as medidas a tomar fossem acompanhadas por apoios, num quadro global para a viabilização e modernização da agricultura portuguesa, bem como a manutenção das ajudas previstas, com valores definidos pela Comissão, nas próximas cinco campanhas, podendo assumir um carácter regressivo a partir da sexta campanha.

Aumentar a produção

Ainda no respeitante aos cereais, o eurodeputado defendeu que a comparticipação comunitária passe a ser de 75 por cento em vez de 65 por cento, e também que não seja aplicada a Portugal, nesta etapa, a taxa de co-responsabilidade suplementar, isto é, a taxa paga por cada país por produções superiores a determinadas montantes fixados para sectores com excesso de produção, dado que o país continua a ser extremamente deficitário nas suas produções.

Quanto ao sector leiteiro, Joaquim Miranda propôs que a cota a fixar para Portugal tenha em conta a necessidade de aumentar a produtividade, assegurar o actual efectivo pecuário e aumentar o consumo *per capita* de leite e produtos

lácteos para níveis próximos da média da Comunidade.

Finalmente, em relação aos produtos hortícolas e frutas, o eurodeputado defendeu a inscrição no regulamento respectivo da possibilidade de Portugal comercializar nas próximas cinco campanhas (e não duas como a Comissão anunciou vir a propor) produtos da categoria três. Recorde-se que esta categoria engloba os produtos considerados de menor qualidade, que continuam a representar uma percentagem elevada da produção nacional.

A Comissão Executiva mostrou uma certa abertura a algumas destas propostas, tendo o relator responsável pela elaboração dos documentos em estudo, o português Carvalho Cardoso, do PSD, aceitado inscrever nas suas propostas de alteração parte das sugestões de Joaquim Miranda. De referir, a propósito, que o relator Carvalho Cardoso havia aceitado na generalidade o documento apresentado pela Comissão, limitando-se a inscrever na exposição de motivos do seu relatório algumas ténues críticas, pelo que a contribuição do camarada Joaquim Miranda se revelou da maior importância para a defesa dos interesses nacionais.

Delegação do PE lembra Timor-Leste na ONU

A Delegação permanente do Parlamento Europeu para as relações com a Organização das Nações Unidas (ONU), de que é vice-presidente o eurodeputado do PCP, Sérgio Ribeiro, visitou recentemente a sede das Nações Unidas. Por iniciativa do eurodeputado comunista, a questão de Timor-Leste foi um dos temas abordados, de forma a garantir, como repetidamente o PE tem reafirmado, que o problema timorense continuará na ordem do dia na procura de soluções que respeitem os legítimos interesses e direitos do povo timorense.

Como oportunamente anunciámos, a delegação do PE deslocou-se à sede das Nações Unidas de 30 de Outubro a 2 de Novembro, dando assim início, na prática, ao que pode vir a ser uma relação mais profunda e proveitosa do PE com a ONU. Criada em Dezembro do ano passado a Delegação, presidida por um representante do Grupo liberal e integrando representantes dos Grupos socialista, comunista, esquerda unida, não alinhados e ecologista, esteve praticamente inactiva até à data, pelo que a iniciativa agora levada à prática pode bem constituir o «pontapé de saída» para a sua actividade futura.

Como afirmou a propósito o camarada Sérgio Ribeiro, o momento não podia ser mais oportuno. Numa altura em que a situação internacional (alterações registadas no leste europeu e crise no Golfo) voltou a dar novo ênfase ao papel da ONU e quando o Parlamento Europeu, em pleno processo de criação das uniões económica e política, avança para acréscidas responsabilidades, a aproximação destes dois organismos não podia ser mais desejável.

Um processo em que não pode deixar de ser salientada a importância da representação portuguesa, através de um deputado do PCP, no âmbito de

uma delegação permanente a nível do PE, pois muitas são as questões a tratar que, directa ou indirectamente, interessam a Portugal.

A nova importância política da ONU foi justamente um dos aspectos salientados pelo secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, no encontro com os parlamentares europeus, a quem fez sentir que agora, mais do que nunca, importa passar das declarações de princípio ao reforço prático da Organização. O que sucede, no entanto, é que embora no Conselho de Segurança tenha deixado de existir a clivagem leste-oeste, a maioria dos governos continua a actuar à revelia das decisões e declarações de princípio enunciadas, impedindo na prática a efectiva afirmação da ONU, a quem não concedem meios materiais para o desempenho das suas missões.

Uma verdade particularmente visível no caso da crise do Golfo e nas relações com o Terceiro Mundo.

Timor Leste, o eterno adiado

A questão de Timor-Leste podia muito bem ser apresentada como paradigma dessa contradição. Segundo Sérgio Ribeiro, no encontro da delega-



Sérgio Ribeiro, vice-presidente da delegação do PE para as relações com a ONU.

ção do PE com o representante pessoal de Perez de Cuellar para o problema de Timor, Raifeuddin Ahmed, o que importa é evitar um corte total de relações que impeça uma situação futura de compromisso entre Portugal e a Indonésia. Ou seja, no dizer daquele camarada, pouco mais do que evitar que «o moribundo morra».

As Nações Unidas continuam a reconhecer Portugal como potência administrante de Timor; opinião partilhada pelo próprio senhor Ahmed, ao contrário de notícias vindas a público há algum tempo resultantes, como Sérgio Ribeiro teve oportunidade de esclarecer, de um problema de tradução.

Mas de prático, de concreto, o que se propõe? Muito pouco, diz Sérgio Ribeiro.

Depois de 1982, lembra, e após sucessivas retiradas da questão de Timor da agenda da Assembleia Geral da ONU, foi

montada uma estratégia (capciosa) para dar satisfação às insistências de Portugal, que previa a realização de um referendo. Defendia-se então a realização de eleições em que Timor participaria sob a forma de um referendo, ou seja, se os timorenses não fossem às urnas, isso seria entendido como sinónimo da vontade de autodeterminação, se participassem, tal seria entendido como aceitação da integração na Indonésia. Defendida pelo Bloco Central, esta estratégia veio a ser abandonada pelo novo governo.

É neste contexto, refere Sérgio Ribeiro, que surge depois a proposta de uma visita de parlamentares a Timor, como forma de preencher o vazio deixado pelo abandono da estratégia anterior. Esta visita deveria ser antecedida por outra, preparatória, que já não vai ser feita, pois como fez notar o nosso camarada tal só seria possível antes do período das chuvas, que agora começa.

Mais uma vez, portanto, a questão de Timor volta a ser remetida para as calendas... O que não significa, como sublinha Sérgio Ribeiro, que não se deva continuar a insistir, quanto mais não seja para «impedir que o acto consumado se consuma».

Esta delegação do PE pode desempenhar aqui, como em muitos outros aspectos (desarmamento, luta contra o *apartheid*, etc.) um importante papel. Perez de Cuellar fê-lo sentir, ao lembrar aos parlamentares que a ONU é uma organização de governos, enquanto o PE é uma organização de deputados eleitos; a conjugação de esforços destas duas frentes pode vir a ser fundamental para a mobilização da opinião pública, a todos os níveis.

Pobreza em Portugal

A evolução da situação da pobreza em Portugal desde a adesão do país à CEE e o cálculo das ajudas comunitárias ao combate à pobreza foram tema para uma pergunta escrita apresentada por Barros Moura à Comissão das Comunidades Europeias.

O eurodeputado do PCP refere que o estudo estatístico divulgado pela Comissão sobre a evolução da pobreza entre 1980 e 1985 revela que Portugal, com 33 por cento da população abaixo do limiar de «pobreza relativa» (com gastos inferiores a 50 por cento da despesa anual de uma família média, ou seja os mais baixos de toda a Comunidade), é o Estado membro com maior número de pobres.

Acresce ainda que, segundo o mesmo estudo, a taxa de Pobreza subiu em Portugal entre 1980 e 1985.

Como refere Barros Moura, na hipótese de os países terem a mesma população, a percentagem de pobres seria, em Portugal, de 35 por cento.

Assim sendo, pretende o eurodeputado saber se é já possível determinar as linhas de evolução da situação no período entre 1985 e 1990, o qual cobre os primeiros cinco anos de participação de Portugal na CEE, bem como esclarecimentos sobre a forma como é feito o cálculo dos subsídios e ajudas comunitárias para combate à pobreza em Portugal.

A pergunta não podia ser mais pertinente. É que, apesar de ser o mais pobre, como revelam os estudos da Comissão, Portugal recebe ajudas abaixo da gravidade absoluta e relativa da pobreza que afecta a sua população.

Forum sobre emigração

A Comissão das Comunidades decidiu promover um Forum sobre a emigração, tendo como principal objectivo a abertura do diálogo entre as instituições comunitárias e as organizações representativas dos emigrantes. Acontece porém que as associações convocadas para a reunião preparatória do Forum das Associações de Migrantes da Comunidade Europeia, marcada para 29 e 30 do corrente mês, são praticamente todas de países terceiros, o que não deixa de ser estranho; não menos insólito é que da ordem de trabalhos conste já a eleição de um Presidente e outras decisões que superam o carácter provisório da organização.

Face a esta situação, René Piquet, presidente do Grupo Coligação de Esquerda, solicitou ao presidente do PE a modificação da ordem de trabalhos da próxima sessão, de forma a permitir à Comissão uma declaração sobre o assunto, seguida de debate.

EUA rejeitam propostas da CEE

Os EUA e os quinze países que integram o grupo de CAIRNS rejeitaram no passado fim-de-semana a proposta da CEE para redução em 30 por cento das subvenções agrícolas, bem como medidas semelhantes apresentadas pelo Japão e pela Coreia. Em consequência, a reunião sobre o dossier agrícola dos responsáveis das delegações do Uruguay Round do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) marcada para ontem, foi anulada.

Os EUA e os países do CAIRNS pretendem reduções das subvenções agrícolas da ordem dos 75 por cento, e de 90 por cento dos auxílios à exportação, em dez anos. A CEE, por seu turno, considera não dispor de margem de manobra para negociar reduções mais próximas das exigências norte-americanas, estando já a braços com forte contestação interna à sua proposta de redução de 30 por cento. Hoje, o secretário de Estado James Baker é esperado em Bruxelas, acompanhado dos secretários da Agricultura, Comércio e das negociações comerciais, para um encontro com os principais responsáveis da CEE.

Comunidade da Energia

Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia, propôs esta semana aos ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE, reunidos em Bruxelas, a formação de uma grande comunidade europeia da energia, que deveria incluir também a URSS e os países da Europa Central e de Leste. Segundo foi referido, o objectivo da proposta é o de contribuir para uma melhoria da eficácia energética dos países de Leste cuja situação, no dizer de alguns especialistas, é «dramática».

Na reunião de Bruxelas, na segunda-feira, os Doze aceitaram ainda que os princípios gerais da Carta Europeia venham a ser definidos ao nível da Conferência sobre Segurança e Cooperação Europeia (CSCE), que reúne na próxima semana em Paris.

Verbas do FEDER

O eurodeputado Joaquim Miranda chamou recentemente a atenção para a gravidade do não aproveitamento das verbas do FEDER. Na sequência da apreciação de uma proposta de transferência no Orçamento comunitário no montante de 121 milhões de Ecus não executados no FEDER no corrente exercício, para outra rubrica, Joaquim Miranda alertou para o facto de o não aproveitamento das referidas verbas pelos países a que prioritariamente se destinam, como é o caso de Portugal, poder criar a falsa ideia de que elas já não são necessárias. Assim, propôs que a Comissão de Orçamentos se dirigisse às Comissões Parlamentares de Assuntos Regionais e de Controlo Orçamental e à Comissão Executiva, para que sejam analisadas em profundidade as razões que levam à não aplicação global dessas verbas, evitando tendências para aceitar que os Fundos Estruturais têm verbas em excesso, o que será fundamental para se conseguir a duplicação desses Fundos até 1992.

A Comissão de Orçamentos aprovou esta proposta, o que abre caminho para a discussão séria e objectiva da utilização que está a ser dada aos fundos.

Internacional

GUATEMALA

Eleições de costas para o povo

Segundo os números oficiais, quase 70% da população guatemalteca é analfabeta. Cerca de 70% dos cidadãos são indígenas, camponeses de várias etnias índias, profundamente atingidos por uma política repressiva que se reveste do carácter de uma guerra que já se arrasta há três décadas. Neste quadro, as eleições que decorrem nestes dias no país (com segunda volta dia 6), abarcando simultaneamente três processos eleitorais — presidenciais, legislativas e municipais — têm um significado bastante restrito.

Mesmo as mesas de voto se concentram unicamente nas cidades que são capitais de departamentos ou de municípios. A lógica política oficial — apresentar o país como estando dentro do quadro de uma normalidade democrática —, nada tem a ver com a realidade concreta do país e com as preocupações da população que se debate com a mais extrema miséria, os preços das ferramentas de trabalho, a inexistência de luz eléctrica, ou o custo de uma pilha para rádio (mais de metade do salário de um dia).

Isto mesmo é sublinhado, em artigo destacado do «Notícias de Guatemala», publi-

cado guatemalteco, neste momento, não são as eleições. É a profunda crise económica, agravada ainda com os aumentos em 50 por cento dos preços dos combustíveis. A repressão contra a poluição, e as acções de conspiração de golpistas, empenhados em reforçar mais ainda o poder militar. Contra as populações.

A realização destes processos eleitorais são uma necessidade de «legitimação» para o próprio poder instituído, e não de expressão democrática das populações. Como se sublinha na já referida publicação, «Notícias de Guatemala», «neste quadro

«Enquanto a campanha eleitoral ocupa a atenção dos centros urbanos e os principais centros departamentais da Guatemala — comenta-se no «Notícias da Guatemala» — no cenário da guerra que ao longo de mais de trinta anos abala a sociedade guatemalteca, o exército tem vindo a intensificar a sua actividade antipopular, através de bombardeamentos contra a população civil. O aumento das acções militares do exército é pouco conhecido no país. Entretanto, recentemente foi divulgado pela imprensa um documento de denúncia da Primeira Assembleia Geral das Comunidades de Populações da Resistência da Serra, em que se afirma que o exército lhes impôs um cerco militar desde 1982 e reforçado em 1987, que os impede de comunicar, em termos sociais e políticos, com o resto do povo da Guatemala e do mundo».

Neste quadro, a pergunta surge, naturalmente: «que valor podem ter para este importante sector da população guatemalteca as eleições, na perspectiva das suas exigências de integração na vida política e social do país e do pleno respeito dos seus direitos enquanto cidadãos».

A outra dinâmica

A outra dinâmica possível é a da paz e das conversações no sentido de obter um alargado consenso nacional que permita lançar as bases de uma outra realidade política para o país.

Este processo de conversações tem vindo a adquirir peso crescente, «entre os distintos sectores políticos e sociais do país com a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), em cumprimento do programa estabelecido em Oslo, dentro do qual se vem obtendo importante coincidência de opiniões».

Para esta possível convergência começam a confluir diferentes sectores da sociedade que compreendem que a solução para o conflito armado passa necessariamente pela consideração das suas causas. Nestes sentidos têm-se vindo a registar significativos encontros, nomeadamente com as igrejas e com grupos de empresários. Ainda no quadro destas conversações, estão previstos, para Dezembro, contactos entre o movimento de resistência do povo guatemalteco e representantes do governo.

Na verdade, e objectivamente, como é também sublinhado no «Notícias da Guatemala», «o aumento destes pontos de acordo, que apontam para a construção de um novo projecto de Nação que permita a solução dos grandes problemas que a Guatemala atravessa, é oposto ao modelo antipopular em que os militares tentam enquadrar a actividade política e social do país».

Longe da vida real

A vida real da maioria esmagadora da população guatemalteca passa-se bem longe da boca das urnas (nesta fase e nas actuais condições).



A primeira Assembleia da Resistência da Serra. Os camponeses e indígenas reforçam a sua participação na luta.

Resistência na Sierra

«Já é tempo de sair para a luz, para que todos os povos do mundo oiçam a nossa voz», afirma-se num dos documentos aprovados, na Primeira Assembleia realizada pelas Comunidades de População em Resistência da Serra (CPR), em 6 de Setembro. Uma importante reunião, representativa dos milhares de camponeses guatemaltecos, principalmente indígenas, que vivem numa situação de cerco militar, sujeitos à repressão e mesmo alvo de bombardeamentos. Populações a quem são negados os mais elementares direitos humanos.

Os documentos aprovados, incluem uma contundente denúncia da sistemática repressão de que são vítimas, por parte do exército guatemalteco, e simultaneamente a exigência de uma imediata desmilitarização das suas aldeias e o respeito dos seus direitos enquanto população camponesa.

Entre os documentos aprovados pelas CR da Serra, na sua primeira Assem-

bleia, consta uma denúncia, dirigida às organizações humanitárias nacionais e internacionais, em que a população camponesa na resistência afirma que nos últimos 8 anos suportaram as incursões do exército contra as populações, o assassinato e aprisionamento dos seus familiares, muitos dos quais foram concentrados à força em aldeias «modelo», militarizadas.

Dos postos militares implantados na zona, afirma-se «saem os soldados guiados e protegidos por patrulhas civis, para capturar ou assassinar os nossos familiares, queimar as nossas casas e destruir as nossas colheitas».

Entre as razões da sua resistência, este importante sector da população camponesa guatemalteca refere a defesa das suas vidas e direitos, contra a invasão e ocupação pelo exército das suas terras, aldeias e povoados, para que não sejam submetidos à organização das patrulhas civis e aldeias «modelo» que o exército impôs pela força aos povos. E simultaneamente para que o governo e o exército respeitem os seus direitos humanos.

As CPR afirmam-se parte integrante das organizações populares da Guatemala, que resistem e lutam contra a injustiça e a violação dos direitos humanos e a repressão por parte do governo e do exército.

Exigem que seja reconhecido o seu direito de regressar livremente às suas terras de origem, às suas aldeias e povoados, reunir-se com as suas famílias, vizinhos e comunidades e «formar parte livremente da vida e do desenvolvimento nacional».

Um regresso que deve ser «voluntário, livre, de forma organizada e colectiva, com acompanhamento e ajuda de organismos humanitários a nível nacional e internacional».



«Uma paz que signifique uma nova vida para todos», defende a URNG

«Lutamos por uma paz que traga a felicidade à Guatemala, que pressuponha a sua mais essencial liberdade, e contribua para a solução dos problemas sociais, políticos e económicos que todos sofremos», afirma-se na saudação dirigida pela Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), no histórico encontro realizado com as igrejas do país, no Equador, cidade de Quito, em fins de Setembro.

Nesta saudação sublinha-se que «todo o esforço no sentido da unidade e identidade de interesses da nação, na diversidade de posições defendidas, representa um salto extraordinário», e simultaneamente reafirma-se a aspiração a «uma paz que signifique uma nova vida para todos; uma paz que seja o culminar dos legítimos e necessários anseios pelos quais tanto se lutou no passado e

se continua a lutar no presente».

Trata-se de «construir uma nova Guatemala, verdadeiramente democrática, em que o exercício real, e não meramente formal, da Democracia, garanta uma vida sem opressão, sem terror e sem os ignóbeis controlos da população».

«Necessitamos de uma democracia que promova um desenvolvimento económico

baseado na justiça social; uma democracia em que exista a mais absoluta e verdadeira liberdade de cultos; e em que se respeitem e se incluam as religiões antigas dos antepassados do nosso povo, cujas práticas hoje se conservam».

«Devemos construir uma Guatemala em que as possibilidades de desenvolvimento cultural e espiritual do nosso povo possam concretizar-se, dignificando assim e desenvolvendo a sua vida, a sua identidade e os seus valores».

Um objectivo para o qual a URNG está disposta a contribuir com toda a determinação, considerando que «o diálogo é um dos mais promissores caminhos para iniciar este processo».



Criança guatemalteca. Um futuro ainda indeterminado, entre a actual realidade de repressão e miséria e as crescentes exigências populares de paz e democracia.

cação solidária, editada no México. Os anseios da população guatemalteca, diz-se, estão «muito distantes dos objectivos políticos e militares do alto comando do Exército que não admite nenhuma alteração das componentes da sua estratégia, em que, ao que parece, não renunciam à possibilidade de uma vitória militar sobre os rebeldes, mas, sobretudo, à imposição de um modelo de Estado que entrou em contradição com os genuínos interesses nacionais».

Na verdade, o que caracteriza a vida sociopolítica do

Internacional

Estudantes franceses exigem Dinheiro para a Escola não para a guerra

Muitas dezenas de milhares de estudantes do secundário desfilarão no centro de Paris e em diferentes cidades francesas, numa grande manifestação de força, que culminou um movimento que já se prolonga há várias semanas. Em causa «mais professores, mais pessoal administrativo e técnico, mais escolas, menos autoritarismo». O que necessariamente implicará — mais verbas para o ensino. Em paralelo com o movimento estudantil afirmam-se reivindicações coincidentes do professorado e a solidariedade dos pais e de vários sindicatos de trabalhadores.

A «manifestação gigante» de dia 12 foi a resposta organizada ao apelo antes lançado pela coordenadora nacional dos estudantes do ensino secundário e difundido pela generalidade dos estabelecimentos escolares um novo impulso no quadro da multiplicidade de manifestações que tinham precedido esta grande acção reivindicativa.

Os jovens manifestantes contaram com uma generalizada solidariedade, em particular no plano sindical. Municípios, sindicatos e associações de pais, financiaram meios de transportes. Três sindicatos nacionais da FEN — do Ensino secundário, Educação física e Ensino superior, avançaram com processos de greve. O mesmo da parte de diferentes sindicatos da CGT — do Ensino superior e do Técnico-profissional. Estas organizações sindicais reafirmaram as suas próprias reivindicações e apelaram aos trabalhadores da educação para agir em convergência com os estudantes liceais.

O movimento afirma-se como reacção de profunda saturação pela falta de condições de estudo, uma grande revolta pela falta de meios e o carácter profundamente selectivo do ensino. De referir, por exemplo, que já em 1985 (e a situação não melhorou, antes pelo contrário), uma comissão da OCDE tinha descrito o sistema educativo francês como «mais destinado a seleccionar do que a formar».

Apesar da heterogeneidade do movimento e da idade dos participantes, os estudantes mostram saber bem o que querem. As reivindicações são mesmo extremamente precisas e no fundamental confluem para algumas reivindicações centrais: substituição de todas as estruturas

de pré-fabricados; mais bibliotecas, enfermarias nos estabelecimentos de ensino; aumento do pessoal administrativo e pedagógico; turmas que não excedam os 25 alunos. Exigem-se direitos como



As manifestações de dia 12 culminaram cerca de três semanas de manifestações de estudantes do secundário por todo o país

de divulgação da informação, reunião, associação e greve. Pretende-se ainda a transformação das escolas em «lugares de vida». São postos em causa os programas e ritmos escolares.

As sucessivas reacções dos jovens estudantes às promessas e cedências governamentais testemunham que não se dispõem a aceitar vagas promessas.

«Estamos determinados a não nos deixar sacrificar» — afirma-se no documento aprovado em reunião da coordenadora nacional, na Universidade de Censier — «Nada de vagas promessas de acordo: isso, já nos foi dado, e não vimos nada. O dinheiro para os nossos estudos existe. O governo, quando isso é importante aos

seus olhos, sabe arranjar milhões para enviar homens e armas para o Golfo».

Esta uma das palavras de ordem avançadas nas muitas manifestações que entretanto se têm vindo a realizar um pouco por todo o país. «Podemos acreditar que não há mais dinheiro nas caixas do Estado? — perguntam, perante as câmaras de televisão, os membros da coordenadora estudantil. — Foi mesmo votado um orçamento suplementar para a crise do Golfo. Então, porque não um orçamento suplementar para a educação?».

As questões de orçamento, e portanto, as questões de política de Estado, vêm assim ao de cima. Com tanto mais força quanto a demagogia governamental é facilmente desmontável. Ainda recentemente o Sindicato dos professores do 2.º grau (SNES) demonstrou que, em «francos constantes», o Estado gastava 20 000 francos por cada estudante do Ensi-

no secundário, em 1983, enquanto agora gasta 16 000.

No debate na Assembleia — antecipado face à luta estudantil — sobre o orçamento para a educação nacional, o deputado comunista Georges Hage, falando em nome do grupo comunista, defendeu as exigências dos jovens estudantes, e demonstrou a demagogia do governo, quando valoriza as verbas atribuídas ao ensino.

«Do lado do governo, diz Georges Hage, fala-se de esforço sem precedentes. Não será excessivo? 217 milhões consagrados ao ensino escolar, é um aumento de 8,5%

tário constante, gasta-se menos em 1988, com cada aluno, que há cinco anos atrás, sendo a «economia» de 28% nas escolas secundárias do ensino geral».

As grandes manifestações de dia 12 foram ensombreadas por alguns actos de violência. E foi isso exactamente o facto retido pela grande imprensa. Só que problemas tão fundos não se podem esbater a golpes de propaganda. Como afirmou à rádio o dirigente comunista francês Pierre Blotin, «os estudantes do secundário sabem o que querem, exigem meios para estudar. Querem ser ouvidos,

atendidos. Sabem que para ganhar devem ser fortes. Porque o governo não quer ceder quando na verdade existem os meios para satisfazer as suas reivindicações, nomeadamente cortando 40 milhões nas despesas de sobre-armamento».

Os estudantes franceses sabem o que querem. E já demonstraram por mais de uma vez que também sabem lutar pelo que querem.

Saudação do PCP ao MPLA-PT

Ao Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho

Queridos camaradas

Por ocasião do 15.º Aniversário da proclamação da República Popular de Angola, o Comité Central do Partido Comunista Português transmite ao Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho e por seu intermédio ao povo angolano as mais calorosas felicitações e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

A conquista da independência e a proclamação do Estado soberano da RPA, constituiu o culminar de uma longa e heróica luta libertadora contra o colonialismo e o fascismo português, abriu ao povo angolano a possibilidade de liquidar a pesada herança colonial, explorar em benefício próprio as riquezas do seu país, avançar pela via do progresso social e da paz. Contra tais objectivos levantaram-se porém no plano interno e externo inimigos poderosos, impondo ao MPLA-PT e ao povo angolano novos e pesados sacrifícios na

sua luta pela salvaguarda da independência e soberania nacional, pelo desenvolvimento da sua pátria, pela conquista da paz.

O nosso partido tem consciência de, com a sua luta e a estreita cooperação com a vossa ter dado uma contribuição para a libertação do povo de Angola da exploração e opressão colonial, assim como tem consciência de que a luta do MPLA e do povo de Angola representaram uma importante contribuição para a libertação do povo português da ditadura fascista e a conquista da liberdade e da democracia.

Onze anos passados sobre a data histórica de 11 de Novembro de 1975, queremos confirmar-vos a nossa fraternal solidariedade e a nossa vontade de fortalecer as tradicionais relações de amizade e cooperação entre o PCP e o MPLA-PT.

Lisboa, 12 de Novembro de 1990

O Comité Central do Partido Comunista Português

«Convocados por dezenas de milhares de manifestos e tarjetas distribuídos por toda a cidade, na tarde sábado milhares de manifestantes afluíram para a Avenida. Tentando a todo o custo impedir a manifestação e isolar os manifestantes, o governo organizara uma barragem policial nunca antes vista em Lisboa. Muitas centenas de polícias, equipados com capacetes e metralhadoras, Guarda a cavalo e brigadas da Pide ocuparam a Avenida desde as 3 da tarde e cortavam todo o trânsito na Avenida. Restauradores e Rossio, pondo o centro da capital em estado de sítio (...)

Corajosamente, algumas centenas de manifestantes avançaram para o monumento aos mortos da grande guerra, gritando: «Abaixo a Búria! Amnistia! Liberdade! Paz!». Imediatamente são atacados pelos polícias das brigadas de choque que correm de metralhadoras apontadas gritando como doidos e batendo às cegas com as coronhas e os cabos dos cacetes. Assiste-se então a uma das repressões mais brutais feitas em Lisboa: um manifestante que, já caído por terra, continuava a dar vivas à Liberdade, é selvaticamente espancado até desmaiar enquanto polícias de metralhadoras apontadas impedem o povo de o socorrer; a polícia invade os átrios dos cinemas e espanca indistintamente manifestantes e espectadores que saíam da sessão; junto do cinema Tivoli são lançados gases lacrimogéneos e disparam-se tiros para o ar. Mas também por todo o lado os manifestantes enfrentam os polícias com os punhos e com pedras. No átrio do cinema S. Jorge um grupo de estudantes ataca a soco e a pontapé o famigerado capitão Batista, das brigadas móveis da PSP. No Marquês de Pombal, um polícia que espancava manifestantes é atirado pelas escadas do metropolitano. No Rossio, um núcleo de estudantes que canta o hino nacional, atacado violentamente, recebe a polícia à pedrada e alguns polícias caem feridos antes de conseguir dispersá-los. Aos gritos dos manifestantes junta-se o buzinar ensurdecedor de centenas de automobilistas que protestam contra as brutalidades da polícia.

Só cerca das 8 horas da noite os grupos de manifestantes acabam por ser dispersos. As esquadras estão cheias de presos e aos hospitais são levados bastantes feridos.»

(«Contra a farsa eleitoral e o fascismo - A manifestação de 11 de Novembro» - «Avante!», VI série, nº 310, Novembro de 1961)

UNO 28 - 284 - N.º 173 - 1990 - 17.º ANO - 1990

Publicado de acordo com o artigo 1.º do Estatuto

Avante!

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Em virtude da política de «compressão de despesas» à assistência e à saúde pública que o governo acaba de ordenar, (...) nos Hospitais, Sanatórios e Dispensários recuou-se para o formulário de há 20 anos! Nega-se o fornecimento dos medicamentos ultimamente descobertos pela ciência - penicilina, estreptomina e tantos outros. Reduziu-se o fornecimento de todo o material hospitalar, desde as chapas de radiografia (redução de 90% para beneficiários das Caixas de Previdência) até às simples ligaduras, mandando deliberadamente doentes à mingua de tratamento e desqualificando a classe médica, impedindo a receitar o que deve.

Entretanto, o dinheiro descontado aos trabalhadores para «fins de Previdência» é aplicado em obras de propaganda, em «construções de luxo e instalações sumptuárias», como o afirmou o deputado Cerveira Pinto na Assembleia Nacional.

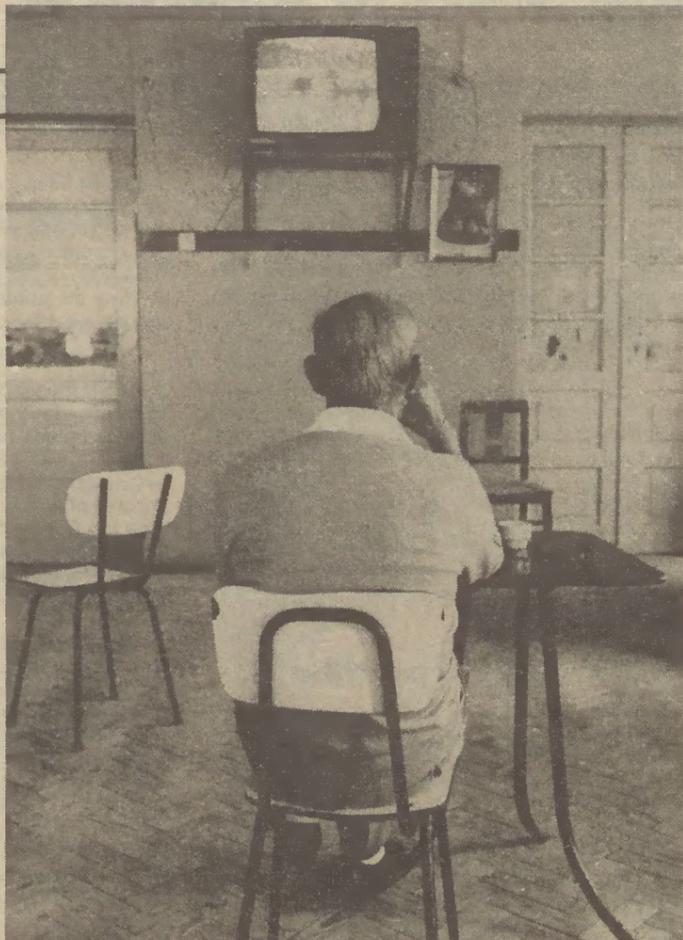
(«Comprimem as despesas com a saúde pública» - «Avante!», VI série, nº 142, Novembro de 1949)

PCP saúda Worker's Party

Por ocasião da eleição, para presidente da Irlanda, de Mary Robinson, o Secretariado do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Worker's Party (Partido dos Trabalhadores da Irlanda), o telegrama que transcrevemos.

Queridos Camaradas

Calorosas felicitações eleição Mary Robinson, Presidente da Irlanda, significativo acontecimento político para que o Worker's Party deu importante contribuição.



MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Das salas de televisão à defesa do património

A galinha dos ovos de ouro da política é uma expressão que poderá caracterizar uma das facetas importantes do movimento associativo em Portugal de onde saíram para a vida política muitos dos antigos dirigentes dessas associações e colectividades, muitas delas focos de resistência ao fascismo antes do 25 de Abril e pólo aglutinador de muitas iniciativas populares logo a seguir à Revolução. Depois do tempo das salas de televisão onde os sócios à noite se reuniam, os tempos de hoje destas colectividades apontam para a acção concreta, seja na actividade desportiva, seja na defesa do ambiente ou do património.

Apoiado exclusivamente pelo Poder Local, nomeadamente na

construção e oferta de equipamentos, o movimento associativo parece ser ignorado pelo Governo, que quanto a política cultural aposta numa certa elitização, com investimentos a centralizarem-se em Lisboa e Porto de carácter monumentalista e grandiloquente.

A título de exemplo, diga-se que a Direcção Geral da Acção Cultural dispõe de um orçamento de 340 mil contos para todo o movimento associativo, quando uma estimativa minimamente realista apontaria para três milhões de contos. Mais: para obras em edifícios e sedes de colectividades o ano passado foram gastos 54 mil contos, verba igual ao arrecadado a título de subsídio por uma única companhia de teatro de Lisboa.



Depois do XII Congresso o PCP decidiu criar uma área específica de trabalho em torno do associativismo, correspondendo a uma certa sensibilidade expressa nesse sentido. Agora no XIII Congresso tomaram-se algumas medidas concretas de aprofundamento, que levaram a que a antiga comissão de autarquias assumia agora as funções de comissão de autarquias e do associativismo. É uma comissão de peso nacional, onde é feito um debate e um recenseamento destes problemas passando a haver todos os meses uma discussão específica sobre o movimento associativo. Trabalha-se agora no sentido de organizar reuniões nesta área a nível distrital e concelhio e mesmo, em casos que o justifiquem, a nível de freguesia. Reforçar o trabalho do PCP nesta área é o objectivo, desde já acompanhado por uma primeira iniciativa legislativa: criando mecanismos que profissionalmente facilitem a vida dos dirigentes associativos e, por outro lado, clarificando e facilitando a obtenção de apoios materiais junto do Estado.

MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Das salas de televisão à defesa do património

O movimento associativo foi tema para duas horas de conversa entre o «Avante!», Carlos Rabaçal, da Comissão Executiva do PCP, Vítor Agostinho, vice-presidente da Voz do Operário, e João Biló, igualmente dirigente associativo e animador cultural da Câmara Municipal de Évora. Da evolução nos últimos anos da vida das associações e colectividades, até ao papel do Partido perante esta realidade social se falou nas referidas duas horas, numa mesa-redonda que aqui condensamos.

AV: Que influência tem o movimento associativo na nossa sociedade?

CR: Do levantamento que temos feito, e não havendo dados estatísticos precisos nem um recenseamento preciso acerca das características das associações que existem ou do seu número, poderemos dizer que na base de dados diversos, aponta-se para qualquer coisa como doze mil a quinze mil associações, o que poderá ser um número que esteja afastado da realidade. Mas se tomarmos esse número como base, teremos então qualquer coisa como 150 mil a 200 mil dirigentes e um muito maior número de sócios. É pois uma realidade muito forte.

Em termos de expressões associativas, a maioria delas são ecléticas, dedicam-se a diferentes actividades culturais ou desportivas. Há no entanto um conjunto muito largo de associações que se dedica em exclusivo a uma única actividade.

Depois há um nível de organização e estruturação diferenciado do movimento associativo: a nível concelhio, a nível de freguesia, distrital, crescendo até para federações ou outras formas de coordenação, havendo também um conjunto de formas de organização superior: quer por áreas quer ao nível das grandes associações ecléticas: é o caso da Federação das Colectividades de Cultura e Recreio, uma instituição bastante poderosa e prestigiada, e depois temos um conjunto de federações de sectores específicos - da música, dos desportos, ranchos folclóricos, etc.

É pois uma realidade muito forte e a ideia que tenho é que se houvesse uma paralisia, uma greve, das associações populares de massas, das associações culturais e desportivas (grandes e pequenas) a cultura parava em Portugal. Ficaria reduzida a meia dúzia de expressões que o Estado apoia directamente...

AV: Mas hoje o movimento associativo encontra dificuldades na sua

«Se houvesse uma paralisia, uma greve, das associações populares de massas, das associações culturais e desportivas (grandes e pequenas) a cultura parava em Portugal.»

«Hoje, a colectividade tem de ser mais de que um local de convívio, tem de ser uma proposta de trabalho.»

«Temos é um outro problema que é o facto de o democrata que está hoje no Poder, nas juntas de freguesia, nas câmaras municipais, acabar por confundir o seu trabalho de Poder com o trabalho que teve nas colectividades. Vemos muitas vezes o Poder Local a tentar substituir-se à colectividade.»

capacidade de mobilização que não encontrava há uns anos a esta parte...

VA: Em Lisboa, durante o fascismo, existiu uma grande acção do movimento associativo, nas suas mais variadas vertentes, desde as colectividades (que é a realidade que eu melhor con-

heço) até outros sectores... foi uma forma de as pessoas conseguirem fazer grandes coisas, muitas vezes sem se aperceberem disso. Um problema que existe no movimento associativo, contrariamente àquilo que nós muitas vezes pensamos, é que nos domínios existe uma grande dificuldade em se formarem associações.

De Alfama aos Olivais

Agora está a haver um esforço em termos camarários, mas a verdade é



Carlos Rabaçal

que não é muito fácil nós, por exemplo, chegarmos aos Olivais e depararmos com muitas colectividades. Depois há uma grande falta de disponibilidade das pessoas para este tipo de coisas. Sei lá! Nós temos em Alfama (que é um bairro para aí com quatro mil pessoas) e há lá catorze colectividades e depois temos os Olivais onde existem setenta mil pessoas e aí temos três colectividades... são blocos de betão onde não se conhece o vizinho.

Aliás este é um dos problemas do desenvolvimento: como é que vamos

conseguir que as pessoas criem os seus próprios clubes, os seus próprios locais, onde se juntem para uma permuta de experiências e conhecimentos, que ao fim e ao cabo foi o objectivo inicial das colectividades. O povo organizava-se para fazer os seus divertimentos, desde o jogar até ao fazer tea-

tro, cinema, organizando exposições de fotografia, livros...

AV: Mas esse aspecto lúdico da questão tem hoje uma competição muito grande por todo um conjunto de ofertas que há uns anos não existiam: cinemas, teatros, televisão, cassetes vídeo...

VA: Isso é verdade. E com a falta de apoios em termos centrais o problema é ainda mais grave. Nós pensamos que o Estado tem a obrigação, em primeiro lugar, de assumir a importância cultural que tem a existência deste tipo de associações. Por exemplo: a Direcção Geral de Acção Cultural (ou seja a Secretaria de Estado da Cultura através dela) tem de ter um comportamento diferente em relação a este trabalho nas colectividades. Não considerar as colectividades como as considerava o fascismo: um grupo de subversivos que ali estavam para colocar em causa uma série de coisas.

Em Lisboa, só colectividades de



Vítor Agostinho

cultura e recreio, há um número que se aponta para 400... se tudo isto paralisasse, como o Rabaçal disse, era uma boa fatia cultural que ficava por concretizar.

AV: Numa cidade mais pequena como Évora, com outro tipo de características, como é que este tipo de associativismo aparece?

JB: No concelho de Évora existem cerca de cem agentes culturais e desportivos. Há um número maior de associações com fins meramente desportivos mas existe um grande número que têm uma actividade especificamente cultural: desde associações de defesa do património ou de defesa do ambiente, até associações mistas que têm actividades como o teatro ou o recreio. É um mundo muito diversificado...

AV: Mas é também maior o número de associações que se dedicam exclusivamente a uma única actividade em relação ao que acontecia há uns anos...

JB: Sim, há questões hoje que reúnem as pessoas.

Eu penso que o movimento das colectividades e associações teve um *pi-que* forte durante a 1ª República. Em 1900 forma-se logo todo um conjunto de colectividades e muitas delas chegaram aos dias de hoje. Após o 25 de Abril há um outro tipo de associações a surgir: enquanto as outras colectividades tinham acima de tudo uma presença do recreio, em termos de conteúdo, hoje aparecem outras que pretendem fazer um trabalho concreto.

Aliás, grande parte delas, em termos do concelho de Évora, acabaram e em termos de colectividade clássica, de cultura e recreio, temos praticamente só duas...

São colectividades que ainda mantêm a sua banda, o grupo de teatro, as salas de jogos e até a sala de televisão, que na década de sessenta era um dos

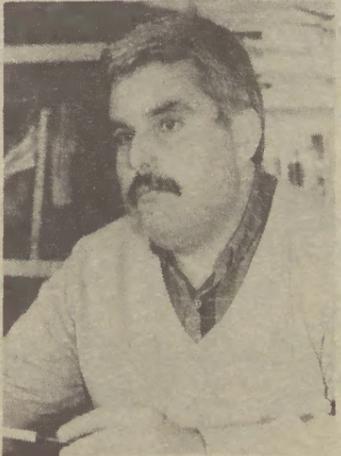
grandes pólos de atracção, pois as pessoas iam para as colectividades assistir à televisão já que muitas ainda não a tinham em casa.

Agora há uma sangria e o grande problema das colectividades é que têm de enfrentar esta questão: hoje têm de ser mais de que um local de convívio, têm de ser uma proposta de trabalho.

Hoje as pessoas quando se juntam em associação têm por um lado a vontade de se sentirem mais fortalecidas em torno de uma determinada ideia que defendem, e, por outro, têm a necessidade de sentir o seu lado criativo posto a trabalhar. É daí que vêm as associações de defesa do património, as artes plásticas, teatro, fotografia, exposições, etc., etc.

Uma partilha

Estas associações depois são uma *partilha*. Por exemplo, um grupo de teatro: as pessoas têm de discutir entre elas e em profundidade determinadas



João Biló

coisas, há uma permuta de valores de pessoa para pessoa. Não há alguém que seja detentor dos conhecimentos todos, cada um tem um *bocadinho da verdade*, e é ali na procura, na pesquisa que encontra as soluções... é uma característica que não se perdeu com o tempo, aliás já na década de sessenta o teatro era *maldito* e hoje continua um pouco a ser visto assim pelo Poder, porque incomoda, e a actividade das colectividades já *incomoda*, quanto mais uma que tenha grupo de teatro...

CR: Ainda hoje o associativismo no seu todo é considerado como actividade *mal dita* no plano da direita e por este Governo (é fácil demonstrá-lo pela prática corrente que eles têm em relação ao associativismo). Uma actividade que tenha um papel de formação democrática dos sócios, que promova o trabalho colectivo, a troca de experiências, a consciência social, a cultura popular, sendo um grande espaço de participação e criatividade das populações, sendo uma escola de formação de homens e mulheres mais adultos e mais capazes, futuros dirigentes; é uma actividade *incomodativa* para quem actualmente detém o Poder.

JB: Mas, para não me perder, falando ainda um pouco dessa necessária actualização da actividade das colectividades, falemos de outro exemplo: o baile. Dantes o baile tinha uma função social muito importante dentro da colectividade; era quando os rapazes e as raparigas tinham oportunidade de se juntar e esse facto dava uma força ao associativismo muito grande ao ultrapassar o problema dos *namoros não permitidos*... na minha zona, ainda na década de sessenta, uma mulher que fosse ao café era considerada no mínimo, *leviana*...

Hoje isso não faz sentido na maior parte do país, o baile perde importância perante o mundo das discotecas, das relações existentes entre rapazes e raparigas.

Depois há que aproveitar esta necessidade que as pessoas têm de sair, de fugir ao *estar em casa a ver vídeos*, de procurarem locais de convívio para conversar... a *tertúlia* vai aparecendo de novo, ao contrário do que sucedia aqui há uns anos.

AV: Já por várias vezes referiram aqui a situação vivida antes do 25 de Abril no mundo associativo e a importância que as colectividades e associações tinham. Essa troca de experiências entre as pessoas, o cada um ter um *bocadinho da verdade*, transformaram as colectividades e associações numa espécie de *escola marginal da democracia*?

JB: Lembro-me que na década de sessenta estive ligado à sociedade Joaquim António de Aguiar, uma sociedade operária com grandes tradições onde inclusivamente os directores só podiam ser operários, havia mesmo dois tipos de sócios, os auxiliares e os ordinários... os ordinários eram sócios *para valer*, os outros era tudo *malta que apoiava*. Esta história tem raiz no princípio do século, quando a então sociedade Harmonia terá vivido uma situação onde os operários acabaram por sair dessa colectividade e resolvido criar algo onde casos como esses nunca mais viessem a acontecer...

Nessa sociedade, na década de sessenta, participei na organização de inúmeros colóquios cuja sala apresentava sempre plateias cheias de público. As pessoas iam mais pela atitude de resistência que isso significava do que muitas vezes pelo que concretamente se dizia nesses colóquios. Lembro-me que esses colóquios corriam sempre o risco de serem interrompidos, a PIDE estava sempre a vigiar os acontecimentos... Foram acontecimentos muito importantes para a nossa cidade porque tinham esse significado de *resistir*...

VA: Também na Voz do Operário quando foi fundada pelos operários tabaqueiros existia essa questão do sócio auxiliar, que aliás era chamado de *sócio benfeitor*, que era aquele que desinteressadamente era sócio mas que não tinha regalias nenhuma... isso hoje, evidentemente já não é assim.

JB: Eu penso que hoje esse tipo de resistência se mantém. Se não é uma resistência contra o fascismo é uma resistência contra a destruição da nossa identidade cultural. Quando nos reunimos fora do quadro cultural que todos os dias nos entra pela casa através da televisão, estamos a fazer algo de importante. Há que fazer sentir isso aos mais jovens e aos menos jovens...

Aliás este choque de gerações é ainda muito sentido nas colectividades. Temos todos de estar muito agradecidos àquela figura do director que há anos e anos tem dado muito à colectividade, já fez de tudo, desde o varrer dezenas de vezes o salão até ao tomar de decisões difíceis. Mas é importante perceber que os jovens que ali chegam, que mexem no tacho de bilhar de uma forma esquisita, põem o pé no sítio onde não deviam, são um pouco mais ruidosos, etc., são tão precisos à colectividade de hoje, à associação de hoje, como esses directores foram no dia em que, há uns anos, também eles chegaram à colectividade.

VA: Se nós analisarmos bem o passado de todos nós, que andamos na vida política, poderemos chegar à conclusão que muitos, de alguma forma, despertaram para essa vida política através das colectividades. Após o 25 de Abril houve uma grande baixa nas colectividades a nível de dirigentes precisamente por ter havido necessidade de dar voz aos partidos políticos, às autarquias, etc., etc.



○ Poder Local

Mas essa é a prova da importância que o movimento associativo teve para o País.

Temos é um outro problema que é o facto de o democrata que está hoje no Poder, nas juntas de freguesia, nas câmaras municipais, acabar por confundir o seu trabalho de Poder com o trabalho que teve nas colectividades. Vemos muitas vezes o Poder Local a tentar substituir-se à colectividade.

CR: Só que o Poder Local é o único suporte material, para além dos sócios, do movimento associativo...

JB: É verdade. Será necessário que o Poder Local tenha esta visão: *nós estamos aqui para apoiar e regular a actividade destas associações.* Por outro lado em áreas onde ninguém tocou, mas que são necessárias, que estão ali a ferver, então o Poder Local poderá dar um empurrão.

VA: Hoje a componente mais forte das colectividades talvez seja a do desporto. Quanto a mim há que saber aproveitar, nos sítios onde o desporto está a funcionar, para implementar também uma outra componente cultural, pois já vemos, por exemplo, os diri-

associativismo português: os sócios mandam na colectividade, elegem a direcção, demitem essas direcções, aprovam planos de actividades. Mesmo onde há um grande desenvolvimento, profissionalização de actividades, mesmo nos grandes clubes portugueses de futebol, quem demite e elege os dirigentes são os sócios o que é algo muito interessante. Há quem queira transformar isto.

revelam, no entanto, uma expressão concreta de uma vontade de participação.

Tem de se criar condições para o dirigente dirigir. Não é possível hoje as pessoas que ganham pouco, às vezes têm duplo emprego, biscates, têm a família, etc., terem condições para participar na direcção de uma colectividade.

O PCP vai avançar brevemente com uma iniciativa legislativa sobre a libertação do dirigente para as suas funções, criando mecanismos de libertação profissional que lhes permitam exercer em melhores condições a sua actividade de dirigente.

Por outro lado vamos também avançar com uma proposta que estabeleça critérios precisos que permitam apoiar materiais concretos às associações.

Eu acho que o Partido, por política geral definida, leva os militantes a trabalhar nas associações. Mas falta-nos o factor *coordenação*. Não se trata de algo que seria extremamente negativo,

Aprender democracia

Há quem queira que os grandes agentes culturais e desportivos sejam transformados em empresas, e para mim esse é o grande perigo e o grande estímulo que aí vem pela porta da CEE. A partida do dinheiro que essa transformação eventualmente pode proporcionar poderá ser sedutor, só que depois a actividade afunila numa situação sem controlo democrático.

«Penso também que os dirigentes associativos não podem continuar a dizer que dentro da colectividade deixo o meu partido à porta! A direita não deixa...»

«Talvez haja condições para uma postura ofensiva do movimento associativo português potencializando este arreganhar da participação da geração jovem dos finais dos anos 80/inícios dos anos 90, tal como os estudos sociais sobre a juventude mais recentes apontam.»

Este papel das associações é uma componente decisiva da democracia portuguesa...

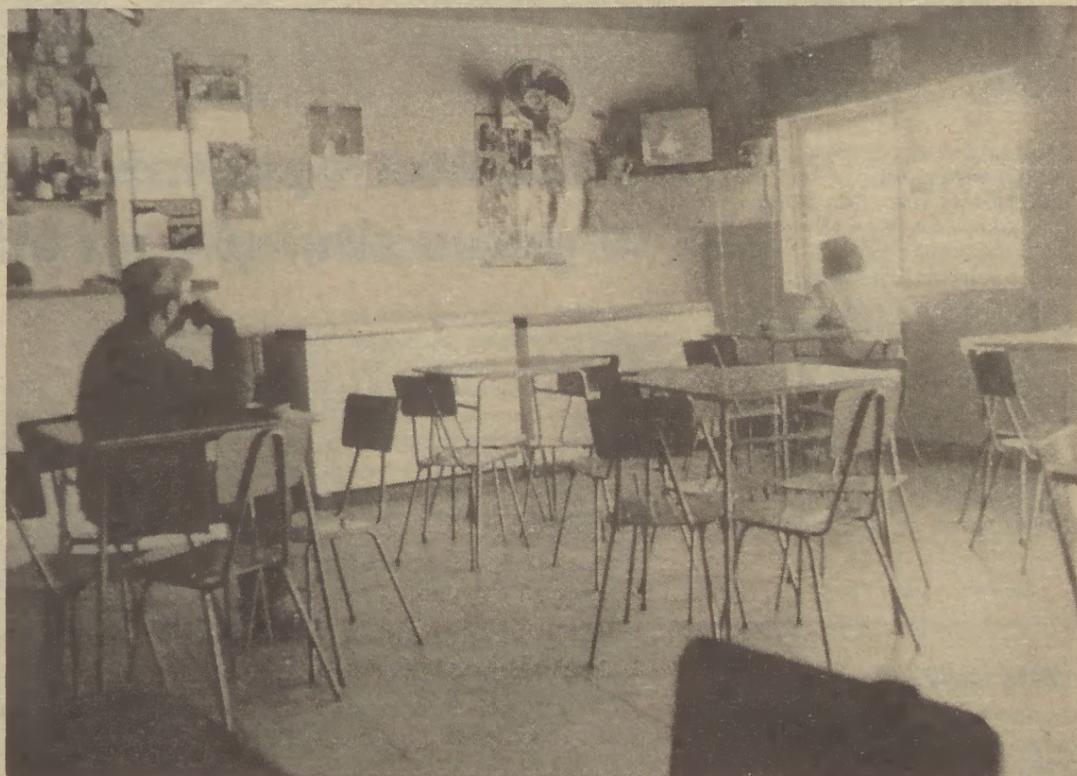
AV: Não será por acaso que o direito de associação está constitucionalmente consagrado...

CR: E com grande vigor... Há associações e colectividades que se têm adaptado às novas realidades, têm aberto espaços a participação (não são ofertas) que geram novas actividades. Talvez haja condições para uma postura *ofensiva* do movimento associativo português potencializando este arreganhar da participação da geração jovem dos finais dos anos 80/inícios dos anos 90, tal como os estudos sociais sobre a juventude mais recentes apontam.

Aliás, há já cerca de três ou quatro centenas de associações especificamente juvenis que se organizaram em contraposição, muitas vezes, ao associativismo mais tradicional mas que

que era o Partido discutir o que cada um iria fazer nesta colectividade ou naquela. É mais o recenseamento de grandes problemas, auscultação da realidade, de apoio a soluções para problemas que são sentidos pelas associações. Nas associações os militantes comunistas terão somente de discutir os problemas específicos da colectividade com os outros todos, como é óbvio, e qualquer ideia em contrário é um puro disparate.

A participação dos comunistas neste movimento é uma forma de ligação às massas e enriquece o Partido, pois estas associações e colectividades vivem com os problemas do dia-a-dia das populações e têm uma característica que acho particularmente importante: elas fortalecem a democracia e têm um potencial de fiscalização do Poder (seja o central, seja o local) que importa aprofundar, seja contra quem for, desenvolvendo assim as suas características mais nobres e enriquecendo o viver democrático. ■



gentes dessas secções desportivas a interessar-se por coisas que há um ano atrás seria impensável: por exemplo, na Voz do Operário vemos esses jovens que estão a *agarrar* o futebol infantil, o judo, o ténis de mesa, etc., irem às assembleias gerais da instituição a querer saber como as coisas andam nas outras áreas.

○ Partido à porta

Penso também que os dirigentes associativos não podem continuar a dizer que *dentro da colectividade deixo o meu partido à porta!* A direita não deixa... Em termos de Partido o movimento associativo deveria ser considerado como uma área onde temos uma grande necessidade de organização, para dignificar o próprio movimento associativo, a par dos sindicatos, as comissões de trabalhadores, o Poder Local, a Assembleia da República...

Estas intenções ficam muito bem nos papéis, mas quando nós começarmos a assumir essa situação dentro de nós, de certeza que daremos saltos muito importantes...

JB: É aqui que temos de fazer um trabalho unitário, num sentido prático, ou seja: as coisas são discutidas entre todas as pessoas da colectividade por forma a estabelecer uma relação de confiança, tal como nós aqui o fazemos, no dia-a-dia. Quando propomos ideias devemos é tentar que elas sejam mais aliciantes que outras... temos em Évora casos concretos de associações onde foram elementos da JSD trabalhar com a nossa malta e quando o PSD lhes disse para interromperem esse trabalho porque estavam a fazer o *que eles querem*, esses jovens recusaram e dois ou três foram expulsos ou penalizados pela JSD...

Lembro-me, a seguir ao 25 de Abril, depois de ter cumprido a tropa, de ter regressado ao grupo de teatro a que pertencia em Évora e um fulano que era muito prestigiado pelo seu papel na resistência ao fascismo, ter imposto que se deveria incluir o *«Avante!»* no final da peça que estávamos a ensaiar... Isso deu questões enormes e houve pessoas que saíram do grupo por causa disso e eu fui uma delas... Coisas como essa trouxeram sequelas que às vezes é difícil ultrapassar.

Em contrapartida tenho outra

história a propósito de termos avançado com a ideia de apresentarmos a *Mãe Coragem*, do Brecht. Disseram logo que estávamos a *fazer política*, etc. Durante os ensaios discutimos pormenores e pormenores até chegarmos a consensos. Hoje muita dessa malta está no Partido e, mais do que isso, está a *mexer!*

AV: Como é que o movimento associativo poderá enfrentar a competição, em termos de ofertas culturais, que os efeitos da entrada na CEE vão proporcionar, agravando assim a situação já existente, na perspectiva dessas colectividades e associações?

VA: Essas ofertas são e continuarão a ser ofertas pontuais. Penso que não será tão fácil que os nossos valores culturais, que têm centenas de anos, se deixem *esmagar* por essas tais ofertas culturais. Nós temos é de renovar as nossas próprias ofertas, ou seja, a colectividade terá cada vez mais de deixar de ser a *colectividade do copo e da bisca* para começar a oferecer outro tipo de coisas...

CR: Acho que se deveria lutar por estas características essenciais do



O movimento associativo em Portugal envolve milhares de colectividades e associações dedicando-se a actividades diversas, implicando a participação de milhares de dirigentes e milhões de sócios.

PORTO

Num momento em que o Governo Cavaco Silva/PSD retoma a ofensiva contra o Poder Local Democrático propondo à Assembleia da República alterações antidemocráticas e inconstitucionais da legislação que regulamenta o funcionamento e atribuições das Autarquias Locais, a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP entende ser oportuno reafirmar a sua posição sobre várias questões de fundamental importância para o Distrito. Com efeito, a aprovação do Quadro Comunitário de Apoio a Portugal e as suas implicações na Região, a criação da Área Metropolitana, a entrega da distribuição do gás canalizado no Grande Porto a grupos capitalistas, a gravidade da situação existente na LIPOR, a anunciada privatização da EDP e a luta por uma maior democraticidade no funcionamento dos órgãos autárquicos são problemas que merecem uma reflexão pública profunda na qual o PCP está empenhado. Reflexão que aquela Direcção Regional levou recentemente aos jornalistas.

Autarquia de novo tipo com competências e meios próprios

Em Março do corrente ano, o PCP deu o primeiro e decisivo impulso à criação das Áreas Metropolitanas com a apresentação na Assembleia da República do Projecto de Lei propondo a criação da Área Metropolitana de Lisboa. Pouco tempo depois o PCP propunha a criação da Área Metropolitana do Porto.

Com a apresentação deste projecto pretendeu o PCP dar uma contribuição positiva para a resolução de graves problemas de natureza supra e intermunicipal que se colocam na Área Metropolitana do Porto e garantir a existência de órgãos com legitimidade para uma efectiva intervenção na gestão e acompanhamento do Programa Operacional Regional para a Área Metropolitana do Porto integrado no Plano de Desenvolvimento Regional, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio a Portugal.

O Projecto de Lei do PCP visa a criação de uma estrutura institucional adequada, uma nova autarquia, como está previsto no n.º 2 do art. 283.º da Constituição da República.

A autarquia, tal como é configurada no projecto do PCP, está especialmente vocacionada para três áreas centrais: a do planeamento e ordenamento do território; a da coordenação das intervenções das diferentes administrações (Local e Central) e empresas concessionárias de serviços públicos no território metropolitano; e a da coordenação e apoio aos municípios.

Constituem os órgãos da Área Metropolitana do Porto a Assembleia Metropolitana, o Executivo Metropolitano, o Conselho de Municípios e o Conselho de Coordenação com a Administração Central. A representatividade e democraticidade dos órgãos é garantida pelo sistema de eleição directa de 2/3 da Assembleia Metropolitana, órgão que detém amplos poderes. O outro terço da Assembleia será eleito pelas Assembleias Municipais (1 por cada).

A nova autarquia respeita por inteiro as actuais competências dos municípios. Estes têm direitos específicos e uma participação efectiva da AMP que garante que as decisões fundamentais não serão tomadas contra a vontade maioritária dos municípios. A primeira forma de enlace será a participação de um elemento da Assembleia Municipal na Assembleia Metropolitana. Mas para além disso os municípios terão um órgão próprio — o Conselho de Municípios. A este órgão é conferido

um poder de emitir parecer vinculativo sobre questões essenciais de planeamento e ordenamento do território e de celebração de protocolos com a Administração Central. Desde sempre o PCP tem combatido todas as tentativas de retirar competências às autarquias e defendendo a descentralização de poderes da Administração Central.

Algumas concepções, que privilegiam o Associativismo Municipal em detrimento de uma nova autarquia como solução institucional para a Área Metropolitana do Porto, têm sido firmemente criticadas pelo PCP.

Apesar de existirem experiências muito positivas no campo do associativismo municipal, é evidente que as Assembleias de Municípios não resolvem os problemas de coordenação da intervenção dos vários agentes, e especialmente não têm os meios nem legitimidade democrática para exercer as funções que actualmente não pertencem aos municípios e são exercidas pelo Poder Central, ou directamente ou através da CCRN. Para além disso, o facto de os seus órgãos não serem eleitos directamente pelas populações distorce fortemente a vontade popular.

O PCP com a apresentação do

EDP/EP — privatização em curso

A anunciada intenção do Governo PSD/Cavaco Silva de transformar em sociedade anónima a empresa pública Electricidade de Portugal EDP/EP, visa entregar ao capital privado as partes rentáveis dum sector fundamental para o desenvolvimento económico e social do País.

Com esta medida o Governo pretende, no fundamental, iniciar um processo que leva à intervenção dos grandes grupos económicos capitalistas na gestão da EDP/EP, determinando uma estratégia de acordo com os seus interesses.

É o que se passa com a intenção de entregar ao capital privado o sector de produção da EDP/EP, correndo-se o risco de o controlo da produção de electricidade passar para os grupos capitalistas estrangeiros. Exemplo disso mesmo é a anunciada venda ao capital estrangeiro da Central Termoelectrica do Pego (Abrantes), ainda em construção.

Também a reorganização do Sector de Distribuição pretendida pelo Governo, com a fusão de Centros de Distribuição — de que é exemplo a extinção do Centro de Distribuição da Maia — não tem em conta os interesses dos trabalhadores da EDP/EP, nem favorece as populações, que seriam postas em causa as garantias de um serviço público de qualidade, a preços socialmente compatíveis.

A não auscultação das Autarquias Locais — confrontadas já hoje com uma política de gestão da EDP/EP de costas para o Poder Local — num processo de reorganização de uma empresa que presta um serviço público essencial para as populações, evidencia mais uma vez as concepções centralistas e autoritárias do Governo PSD/Cavaco Silva.

É hoje claro que o esbulho dos SMGE, e a integração forçada na EDP/EP dos Serviços de Electricidade das Câmaras do Grande Porto, pelo Governo, se inseriam no quadro da tentativa de privatização da EDP/EP e consequente entrega ao capital privado de uma parte importante do património pertencente às Autarquias Locais. ■

PCP aborda «questões de fundamental importância para o distrito»



Projecto de Lei não assume uma posição fechada sobre a Área Metropolitana do Porto. Pelo contrário. A certeza de que não é obra acabada e perfeita faz com que o PCP atribua particular importância ao debate que está a decorrer sobre os 3 projectos de lei e em que participam os órgãos autárquicos dos municípios abrangidos, que por certo melhorará o seu conteúdo.

Estarão em discussão todos os pontos de vista. As autarquias sabem certamente encontrar os pontos de consenso e convergência que melhor sirvam os seus interesses,

Com a criação da Área Metropolitana do Porto, o PCP pretende contribuir para a resolução dos graves problemas que a afectam



• Área Metropolitana, distribuição de gás a grave situação na LIPOR (lixos) e a privatização da EDP

que garantam a concretização de uma nova estrutura que permita dar resposta à actual situação de descoordenação e acumulação de problemas, que respeita as actuais competências dos municípios, que tenha legitimidade democrática e garanta uma efectiva descentralização de poderes da Administração Central.

Entretanto o PCP denuncia e critica várias tentativas, coordenadas pela CCRN e com a cobertura de presidente de Câmara de criar estruturas espúrias de decisão intermunicipal, invadindo e apropriando-se de competências próprias, não delegáveis, das Câmaras e Assembleias Municipais.

A criação da Área Metropolitana do Porto e a regionalização, em termos democráticos, são o caminho justo e urgente para pôr cobro às ilegalidades referidas.

○ distrito e o Plano de Desenvolvimento Regional

No âmbito do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) negociado entre a CEE e o Estado português com base no PDR estão previstas três intervenções operacionais — Programa Operacional Regional da Área Metropolitana do Porto (PRO-RAMP), Programa Operacional Integrado do Vale do Ave (PROAVE) e ainda o Programa Operacional da Região Norte (PRORN) onde participam 7 concelhos do Distrito do Porto.

Em boa verdade, o Plano de Desenvolvimento Regional apresentado pelo Governo português em Bruxelas não passa de um conjunto de



sarticulado de programas, com exercícios e estratégias inadequadas às necessidades de desenvolvimento regional do País, elaborado sem a mínima participação e diálogo com as várias instituições — em particular com as autarquias locais — que irão ter quota parte importante na sua execução e nas suas decisões sobre muitos dos investimentos incluídos no PDR.

A confirmar tal realidade está o facto de o PRORN ser claramente insuficiente e manifestar uma quase total ausência de vertentes como a cultural, ignorar a habitação e não ter em conta uma política integrada e regional de ambiente apesar das carências da região.



mentos municipais, com o corolário de dificuldades financeiras que daí advêm para as Câmaras Municipais do distrito, já fortemente penalizadas com o não cumprimento pelo Governo da Lei das Finanças Locais.

Os eleitos do PCP consideram haver necessidade de uma grande transparência na discussão dos projectos que venham a ser contemplados no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio.

O PCP reclama do Governo o cumprimento da Lei das Finanças Locais, transferindo para as Câmaras Municipais as verbas a que têm

direito através do Fundo de Equilíbrio Financeiro, bem como as resultantes de novas atribuições e de isenções fiscais no âmbito da Contribuição Autárquica e da Sisa. As verbas do FEF a transferir do Orçamento de Estado em 1991 não devem ser inferiores a 180 milhões de contos e nunca o valor de 157 milhões de contos que o Governo apresenta na proposta de Orçamento entregue na Assembleia da República.

A estrutura de acompanhamento do QCA prevista é outro aspecto que merece sérias reservas. Primeiro, porque as Autarquias Locais vão estar praticamente afastadas dos órgãos de gestão dos diversos programas operacionais. Por outro lado, o Governo deixa no mais completo vazio tudo quanto se refere à constituição e funcionamento do Conselho Consultivo, órgão que deveria assegurar a participação das estruturas sociais.

Distribuição de gás canalizado

Ao inviabilizarem a constituição de uma empresa intermunicipal e ao permitirem a subordinação das autarquias locais aos interesses dos grupos capitalistas, o PS e o PSD fizeram com que as expectativas das populações no gás canalizado possam vir a ser frustradas.

Com efeito ao aprovarem na maioria das Câmaras Municipais o «protocolo de acordo» com a PORTGÁS, os eleitos do PS e do PSD criaram condições para que a população fique à mercê das tarifas, das prioridades na distribuição e das condições de monopólio daquela empresa, norteada exclusivamente para a obtenção de lucros pelos seus accionistas privados, que detêm a maioria absoluta do capital.

Tal comportamento é tanto mais grave quanto é certo que o QCA prevê um financiamento de 3,6 milhões de contos para a distribuição do gás canalizado na AMP através do FEDER e do Orçamento de Estado, verba que será certamente reforçada com o financiamento adicional de 20 milhões de contos a Portugal já aprovada em Bruxelas.

É a entrega de verbas avultadas

aos grandes capitalistas para financiamento de um negócio altamente lucrativo, que poderia ser, conforme o PCP defende, canalizado para uma empresa intermunicipal de distribuição de gás canalizado à região, garantindo o controlo dos preços, a qualidade do serviço prestado e a utilização dos lucros gerados na satisfação das necessidades básicas da população.

É por isso que os eleitos do PCP continuam a considerar a constituição de uma empresa intermunicipal como a solução que melhor serviria os interesses da população e da região do Porto.

Lipor, não resolve os problemas do tratamento final dos lixos

O aumento da recolha de lixos que continua a verificar-se na região do Porto levanta novos problemas relativamente ao seu tratamento final, já que, como é sabido, a Lipor apenas tem capacidade instalada para tratar 430 toneladas/dia, quando recebe 680 toneladas/dia.

O PCP encara com preocupação situações pouco claras que se estão a passar na Lipor, onde a resolução dos graves problemas de acumulação de lixos recolhidos no aterro de Ermesinde, que não são tratados, está a ser sistematicamente adiada, com, entre outras, sérias consequências ambientais que prejudicam dramaticamente a população da zona.

A construção da hipotética 2.ª Estação, cujo preço sobre vertiginosamente e que, mesmo na situação mais favorável de verbas comunitárias a fundo perdido, custaria milhões de contos às autarquias, tornou-se um pesadelo cada vez mais recedado.

Um novo alargamento da Associação aos municípios da Póvoa de Varzim e Vila Nova de Gaia, noticiado recentemente, apenas irá agravar os problemas existentes.

O adiamento da construção de uma nova linha de tratamento de lixos poderá ser altamente gravoso e prejudicial aos interesses dos municípios e populações interessados e que não pode deixar de colocar muitas e sérias interrogações. ■



Jornadas Legislativas de Santarém

Conhecer melhor a realidade para melhor resolver os problemas

Um «assinalável êxito» na medida em que foram alcançados os «objectivos previstos» e um «importante acontecimento no distrito», assim classificou a Direcção de Organização Regional de Santarém as Jornadas Legislativas recentemente realizadas naquela cidade por iniciativa conjunta do Grupo Parlamentar e daquela Organização do PCP.

Inseridas no âmbito da preparação da sua 3.ª Assembleia, marcada para Dezembro de 1991, estas Jornadas deram um importante contributo para melhorar a intervenção do Partido no distrito e contribuíram de igual forma para apetrechar o Grupo Parlamentar comunista no sentido de uma maior intervenção neste última Sessão Legislativa e particularmente na discussão do Orçamento de Estado.

Para este aprofundar do conhecimento da realidade distrital contribuiu naturalmente o intenso programa de contactos e visitas em quase todos os principais concelhos, que os deputados comunistas Jerónimo de Sousa, Sérgio Ribeiro, Álvaro Brasileiro, João Camilo, Ilda Figueiredo e António Filipe efectuaram no decorrer das Jornadas, ocasião aproveitada para passar em revista problemáticas tão diversas como a da agricultura e dos agricultores; ambiente e poluição; as questões sociais dos trabalhadores e a sua luta; a saúde; a educação e ensino; o desenvolvimento regional e a regionalização.

Do essencial do que viram e ouviram e das conclusões a que chegaram se dá conta ao leitor nas linhas seguintes.

Situação laboral

Nos contactos realizados com o C.R.S.S., União dos Sindicatos de Santarém e de Torres Novas, Sindicato dos Ferroviários do Centro, Comissão e Subcomissões de Trabalhadores da CP, evidenciaram-se os problemas resultantes da precarização do emprego, os baixos salários, o aumento dos ritmos de trabalho, a limitação ao exercício das liberdades sindicais nalgumas empresas através da discriminação aos representantes eleitos dos trabalhadores, a falta e higiene e segurança no trabalho, as carências e limitações na formação profissional e os perigos decorrentes para os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores caso se concretize a privatização ou desmembramento das RN, CP e EDP.

Numa amostragem de 44 empresas mais significativas do distrito, os salários médios líquidos rondam os 55 000\$00. Num ano, por trabalhador, foram gastos apenas 5500\$00 na prevenção e segurança. Perderam-se 335 mil horas por motivo de acidentes de trabalho.

Exemplo flagrante das carências de formação profissional é o facto de em todo o distrito de Santarém existirem menos trabalhadores qualificados que no concelho de Vila Franca de Xira.

Na CP, por sua vez, os representantes dos trabalhadores reafirmaram a necessidade de uma verdadeira política de modernização dos transportes ferroviários para o distrito, a par da salvaguarda dos seus direitos sociais e laborais.

Ao propor o investimento do troço Abrantes/Entroncamento, Caxarias/Fátima, visando a ligação ao Santuário, a melhoria das estações, no-

meadamente de Santarém, Entroncamento e Setil, servindo melhor os utentes da Região, os trabalhadores demonstram que estão interessados no desenvolvimento.

As Jornadas Legislativas constatarem, por outro lado, que a acentuação das assimetrias conduz à manutenção das bolsas de pobreza, particularmente a Norte do distrito que não são ultrapassadas com medidas pontuais de acção social.

Nessa medida, conclui-se pela necessidade de sustentar a precarização e criar postos de trabalho efectivos e qualificados através da formação profissional em articulação com o sistema de ensino.

Exigir a intervenção eficaz da I.G.T. nos conflitos de trabalho devendo o Orçamento de Estado contemplar as verbas necessárias ao reforço dos meios técnicos, materiais e humanos desta Instituição, foi outra das conclusões das Jornadas, que decidiram apoiar ainda as iniciativas legislativas do Grupo Parlamentar do PCP de redução do horário semanal de trabalho para as 40 horas, de combate à discriminação dos representantes eleitos dos trabalhadores de aumento das pensões e reformas, dos abonos de família e outras prestações sociais.

Educação e Ensino

No plano do ensino, foi analisada a situação da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, parte integrante do Instituto Politécnico de Santarém, que tem em curso, de realização um projecto de alargamento de instalações que permitirá — se for concretizado — alargar dos actuais 500, para 1300, o número de estudantes que a frequentam.

A este respeito, foram consideradas insuficientes as verbas propostas pelo Governo no PIDDAC para 91 para efectuar esse projecto, ficando muito aquém do que no ano passado se previa. Dos 842 mil contos previstos apenas 669 500 se encontram inscritos, e destes 66 900 contos encontram-se logo à partida congelados. Note-se, aliás, que no conjunto do Instituto Politécnico de Santarém a diferença entre as dotações previstas e as dotações inscritas ascende a mais de 500 mil contos. O facto de cerca de 75% dos estudantes que frequentam esta Escola Superior se encontrarem deslocados relativamente à sua área de residência colocada sérios problemas de alojamento. Quanto às Escolas Secundárias n.º 1 e n.º 2 de Abrantes deparam com problemas muito graves a nível de sublotação e de instalações.

Saúde

No domínio da Saúde, também as visitas e reuniões efectuadas permitiram uma mais clara imagem dos problemas do distrito e uma mais nítida caracterização das principais expectativas, necessidades e carências, tendo sido constatada a má planificação e aproveitamento das principais estruturas de cuidados diferenciados.

O Hospital Distrital de Santarém está subaproveitado, com carências de pessoal particularmente sensíveis nos profissionais de enfermagem, com serviços ainda por abrir. Das 452 camas de lotação oficial só 346 estão instaladas.

O Hospital Distrital de Abrantes com uma dimensão e localização que não correspondem a um prévio estudo sério, continua a funcionar muito aquém das possibilidades para que foi vocacionado.

O Hospital Distrital de Torres Novas está subdimensionado para as necessidades da população que a ele acorrem, encontrando-se neste momento para além do limite da sua capacidade de atendimento.

Na área dos cuidados de saúde primários detectam-se os reflexos da pouca atenção que o Governo tem dado aos Centros de Saúde. Na Chamusca foi a Autarquia que construiu sem quaisquer contrapartidas a quase totalidade das extensões existentes.

Em Torres Novas, há duas décadas que o Centro de Saúde se encontra instalado num edifício de habitação adaptado, sem quaisquer condições de dignidade para o atendimento dos utentes e para o trabalho dos profissionais.

Os novos Centros de Saúde do Cartaxo e de Coruche foram «arras-

tados por mais um ano». As execuções do PIDDAC anterior ficaram em pouco mais de 50% no caso do Centro de Saúde de Coruche chega-se à extraordinária constatação de que vai custar menos em 1992 do que o que inicialmente estava previsto em 89.

O novo Centro de Saúde de Torres Novas, que está longe de estar concluído e equipado, desapareceu do PIDDAC para 1991 sem que se explique com que verbas vai ser acabado.

Agricultura

Na área da Agricultura sobressaem os seguintes problemas: rendas caríssimas e em muitos casos ultra-

da população da zona é a resolução da poluição do Alviela, o que exige a concretização urgente dos investimentos necessários ao funcionamento da ETAR de Alcanena bem como a ligação ao sistema de todas as fábricas.

Tornou-se igualmente claro que é necessário dar toda a atenção quer ao tratamento dos desperdícios resultantes da indústria dos curtumes quer das lamas da ETAR dado o seu elevado teor de crómio.

A poluição da indústria de curtumes, com cerca de 130 empresas na zona de Alcanena, exige uma atenção especial do Governo devendo realizar-se um levantamento e estudo técnico aprofundado do estado do ambiente da região, incluindo as zonas de Minde, Mira D'Aire, Alcanena e parte do concelho de Santarém.



passando os 300 contos por hectare. Dificuldades muitas vezes no escoamento dos produtos, custos de produção cada vez mais elevados, preocupação face à liberalização das importações de produtos agrícolas, frutas, carnes, vinho, etc., que levam os agricultores à ruína. Taxas de juro altíssimas as quais são consideradas das mais elevadas da Europa.

Verificou-se que no distrito de Santarém foram arrancados mais de 3 mil hectares de olival nos últimos anos e só foram plantados cerca de 400 hectares. Verifica-se que a Portaria n.º 574/90 de 21 de Junho que estipula o subsídio do gasóleo à Lavoura não está adequado, uma vez que não são levados em conta os sucessivos aumentos dos combustíveis. Exemplo: o subsídio é de 21\$50 por litro e o gasóleo desde 1989 aumentou 21\$00 por litro; assim, os agricultores apenas recebem \$50 por litro se não forem tomadas outras medidas.

Sobre o vinho é urgente uma intervenção de maneira a travar o passo aos grandes armazenistas que estão já a aproveitar-se da situação, retirando os vinhos de fraca qualidade, para depois os lançarem no mercado.

Preocupação foi ainda assinalada face à segunda etapa da adesão de Portugal à CEE.

Depois dos contactos verificou-se que é preciso, é urgente, é necessário aproveitar os recursos existentes no Distrito, que se apoie o esforço criador de quem trabalha a terra e daqueles que directa ou indirectamente estão ligados a estes sectores.

o problema de poluição

Durante a visita, reuniões e debates, foi sublinhado que a prioridade

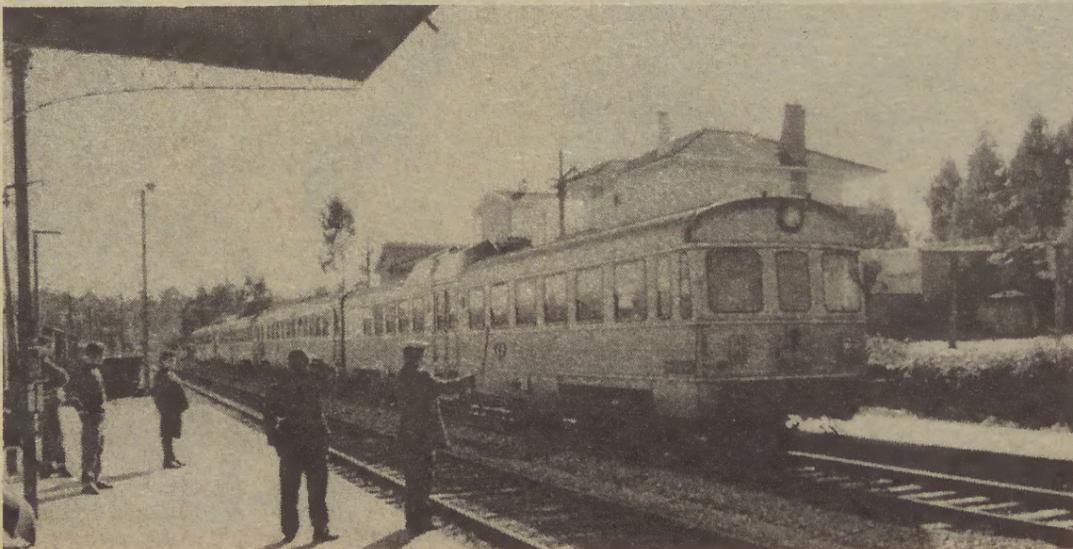
Por muito importantes que sejam os problemas sectoriais como estas Jornadas Legislativas confirmaram, esses problemas sectoriais só podem ser encarados e correctamente avaliados numa perspectiva integrada regional.

O distrito de Santarém é vocacionadamente, a matriz de uma região, com a parte do Tejo que o percorre como factor estruturante e em limites físicos a definir através das influências que se entrecruzam e sobretudo valorizando a participação das populações.

Corre-se o risco do distrito, por ausência de uma política de desenvolvimento e de uma dimensão regional dessa política, ser a Zona do País que sendo entroncamento vê os comboios passarem, por onde passam, em correria, os veículos que do Litoral percorrem a CEE e vice-versa, que de Lisboa querem chegar depressa ao Porto e voltar.

Uma situação que é o produto de uma política que não resolveu os problemas graves que existiam ao nível do distrito, outros provocam, e muitos veio agravar, apesar das promessas que não se cumprem e repetem eleitoralmente, das condições favoráveis de que tem disposto dos Fundos que tem distribuído e desperdiçado, de uma política que faz crescer mal a economia, que não é desenvolvimento e ignora a Regionalização.

É preciso inverter esta política, promovendo o Desenvolvimento Regional, concretizando a Regionalização. O estabelecimento dum calendário dos trabalhos parlamentares com vista à instituição concreta das Regiões Administrativas agendado para dia 9 de Novembro na Assembleia da República por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP é nesse sentido um importante contributo. ■



A LUTA DOS GUARDAS PRISIONAIS

Grupo específico e pouco numeroso de trabalhadores da Função Pública (cerca de 2600), os Guardas Prisionais desempenham um importante papel no sistema prisional mas dele têm também sido vítimas. Com efeito, até à constituição do seu Sindicato, estes trabalhadores eram dos mais desprezados e marginalizados da Função Pública.

Oriundos, na sua maioria, das camadas mais desfavorecidas da população e com habilitações literárias que, salvo as excepções não iam além da 4.ª classe, lidado com estratos sociais marginais e pessoas acusadas ou a cumprir pena pelos mais diversos crimes, eram muito

As lutas de 1985 a 1989

Uma nova fase na vida desta Associação de classe iniciou-se com a eleição de novos Corpos Gerentes em 1985.

Essa Direcção, embora heterogénea e constituída por pessoas com diferentes concepções sindicais (e, provavelmente, com diferentes opções políticas) mostrou-se activa e combativa, sensível às aspirações da classe, batendo-se pelas suas muitas e justíssimas reivindicações.

Foi neste mandato que os Guardas Prisionais levaram a cabo a sua primeira greve nacional, que teve grande impacte.

Foi o biénio em que até homens afectos ou mesmo filiados no PSD (eles mesmos o afirmaram) assumi-

ram uma prática sindical contrária à dos sindicatos dominados pelas direitas.

Foi neste mandato e no seguinte (em que os dirigentes eram no essencial os mesmos), que os Guardas Prisionais conquistaram algumas importantes reivindicações, como por exemplo: subsídio de habitação (15% do vencimento base); cartão de livre trânsito nos transportes públicos; promoção de cerca de 200 guardas de 2.ª de 1.ª; aumento do quadro em mais cerca de 200; conquista da «reserva» (por equiparação à PSP é certo, mas que outros trabalhadores com funções não muito diferentes não têm); fim dos «tarefeiros»; cumprimento do horário de trabalho semanal estabelecido no Estatuto Orgânico e pagamento das horas extraordinárias.

E, coisa não menos importante, foi a partir de então que estes trabalhadores se começaram a impor na opinião pública e junto da DGSP. Foi a partir de 1985 que foi reconhecida e passou a ser respeitada a sua dignidade.

Foi ainda nos mandatos de 1985/87 e 1987/89 que a sindicalização atingiu cerca de 85% e que cresceu e se consolidou a Associação de classe dos Guardas Prisionais, que foram adquiridas instalações próprias e os seus serviços foram implementados praticamente a partir do nada.

Reivindicações por satisfazer

Porém, algumas reivindicações importantes que vinham de trás, e outras que surgiram em consequência de uma maior consciencialização do pessoal da Guarda Prisional relativamente aos seus direitos e à natural aspiração a melhores condições de vida e trabalho, e que deviam encontrar solução no processo de revisão do seu Estatuto Orgânico, não foram satisfeitas.

A actual Direcção do Sindicato, eleita em 1989, e em que a correlação de forças parece ser mais favo-

rável à direita e à DGSP, começou a perder combatividade e a recuar perante a pressão da classe para desencadear novas e enérgicas formas de luta.

A Direcção chegou a ser mandada em diversas reuniões de delegados sindicais e Assembleias Gerais, para recorrer a nova greve.

Contudo, esta Direcção tem sempre contemporizado com a DGSP e adiado o recurso à greve para obter a satisfação das mais sentidas aspirações dos associados.

Estando a decorrer o processo negocial de revisão do Estatuto Orgânico (E.O.) há cerca de um ano, e havendo acordo em boa parte das matérias negociadas, surgiu recentemente uma situação em que a DGSP assumiu uma posição de intransigência e, ignorando o já acordado, pretendeu impor um projecto de E.O. que não acolhe aspirações como subsídio de risco acrescido, subsídio de turno, ascensão na carreira para além de chefe de Guardas, reconhecimento inequívoco do direito à greve, melhores condições de trabalho, etc.

Este «novo» projecto de E.O. apresentado pela DGSP representaria, se fosse aceite, um grave recuo em direitos já adquiridos, como é o caso do direito à greve, que embora formalmente reconhecido seria na prática esvaziado e negado com a exigência da prestação de «serviços mínimos» — que seriam quase a totalidade dos serviços normais!

Esta atitude da DGSP causou grande descontentamento entre os Guardas Prisionais, que manifestam também grande preocupação perante as hesitações de que, mais uma vez, parece dar mostras a Direcção Sindical.

Para repudiarem a actuação do secretário de Estado Borges Soeiro, para a defesa dos seus interesses de classe e para melhorar o seu sistema prisional, de modo a evitar sucessivas situações dramáticas pelas quais têm sido indevidamente responsabilizados, os Guardas Prisionais terão certamente, no futuro, de voltar a seguir o caminho da luta. ■



pouco considerados pelos responsáveis da Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP).

Fundado em 27.6.82, o Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional teve um período inicial que embora atribulado foi amorfo, no que respeita à defesa dos interesses dos associados, e que correspondeu à primeira Direcção eleita, presidida pelo «Tenente» Vieira e que englobava outros elementos muito chegados à DGSP.



Preservem as famílias!

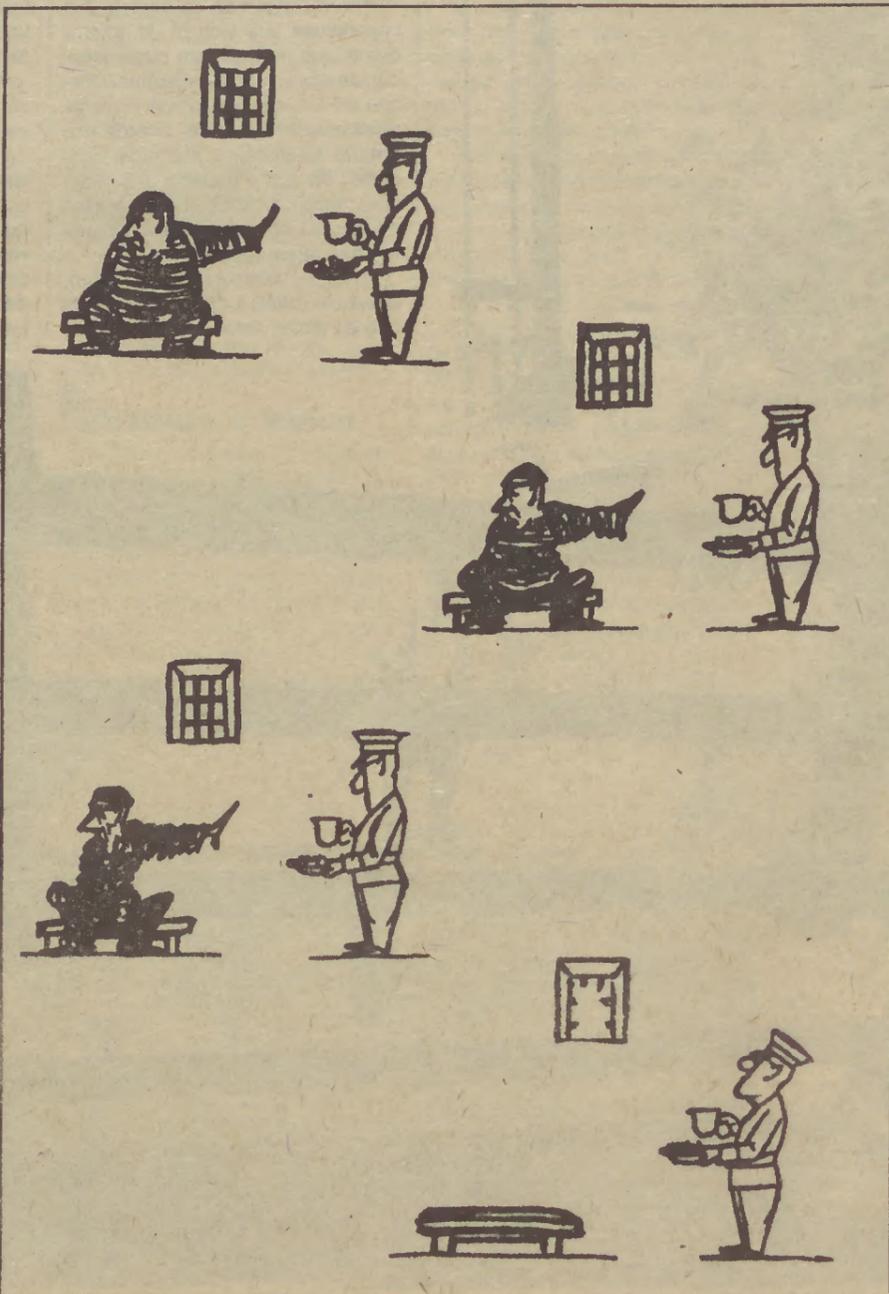
Até ao fim deste mês o Governo mantém na comunicação social uma campanha que tem por lema «Família, um valor a preservar». O secretário de Estado Bagão Félix, a propósito, fartou-se de falar para quase uma página inteira de «A Capital» da segunda-feira passada (falou durante mais de uma hora, pelo que escreve a repórter).

O tema deve merecer, realmente, uma grande atenção, tanto de governantes, como da comunicação social, já que não faltam problemas a dar cabo do bem-estar das famílias portuguesas - sobretudo aquelas que têm como rendimento apenas o que ganham com o seu trabalho.

Mas o secretário de Estado vê as coisas de uma estranha maneira... A «primeira questão fundamental» nesta área é, para Bagão Félix, a alteração da situação da mulher no mercado de trabalho. Depois, diz ele, há também uns probleminhos com a natalidade, com o papel da família na educação... mas nada de alarmante. Certamente por isso é que, nas medidas políticas concretas que o Governo se propõe tomar, avulta a constituição de um *lobby* de pressão dentro do próprio aparelho de Estado; mesmo assim, o *lobby* é constituído (não vá o diabo tecê-las...) a partir da Direcção-Geral da Família!

Além de apelar às pessoas para que preservem a família, a campanha do Governo tem como objectivo a recolha de *slogans* para novas campanhas - informa Bagão Félix. Por trás disto tudo, ficam os salários baixos, as rendas de casa altas, a inflação maior que os aumentos dos ordenados, a instabilidade do emprego, a discriminação das mulheres, a exploração do trabalho infantil, as pressões para as reformas antecipadas e as ameaças de despedimento, a falta de formação e

promoção profissional, enfim, as dificuldades reais que as famílias portuguesas enfrentam no dia-a-dia e que a política deste Governo não resolve. Bem, mas isso ia estragar uma campanha tão bem intencionada, não é verdade?



Pontos Cardeais

É crime?

Ao que dizem os jornais, os dois alemães que são acusados de corruptores no caso *Melancia* ainda não foram notificados para prestar declarações. E, veja-se só, parece que o motivo para tal é o facto de a lei alemã não prever punições para os cidadãos que subornem políticos ou altos funcionários de países estrangeiros. Mas será que isso é considerado crime, lá no livre Alemanha onde os cidadãos comunistas (ou suspeitos de o serem) são discriminados e perseguidos?

Novidades na ciência

Os preços das refeições das cantinas da Universidade - protestava recentemente a JCP de Vila Real - aumentaram 20 por cento. Isto, recordavam os jovens comunistas da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, para além dos enormes encargos que os estudantes já têm que suportar e sem qualquer *aumento* na qualidade das refeições. Mas o aumento dos preços nas cantinas vem também levantar alguns problemas à ciência, ao mostrar que, para o Governo do professor Cavaco Silva, os conceitos e critérios da inflação podem variar consoante os ministérios, a latitude e a altitude: em Lisboa, no Orçamento em discussão, a inflação não chega a uma

dúzia de pontos percentuais; em Vila Real, na Universidade, as refeições aumentam 20 por cento!

Se é assim, estes novos conceitos devem ser introduzidos nas cadeiras de Economia, reclamam os jovens comunistas transmontanos.

O «amigo americano» da UGT

Uma delegação nomeada pelo Congresso dos Estados Unidos deslocar-se-á brevemente ao nosso país, segundo notícias vindas na imprensa diária, com a nobre missão de avaliar a aplicação de fundos concedidos à UGT pela sua congénere americana. «Não se trata de uma investigação, mas sim de uma análise dos resultados obtidos, para saber da sua utilidade e possibilidade de mudanças no sistema actual», esclareceu a propósito o adido laboral da embaixada dos EUA em Portugal, que acrescentou ainda ser objectivo da visita «saber se o programa é positivo ou negativo, encarando a possibilidade de fazer a aplicação de outra forma». Com os sobressaltos que vêm atingindo a UGT, onde não faltam as recriminações e acusações mútuas de corrupção entre alguns dos seus principais dirigentes, compreende-se as preocupações do «amigo americano» pela inspecção das contas...

Gazetilha

por Ignotus Sum

Amigalhaços

Empresa estrangeira quer e numa só rodada em dólares afogada levar os lucros da Centralcer...

Tudo porque, entre flores o Governo lhe disse em voz baixinha: — Então, senhores, vai uma cervejinha?...

Explicação

Ex-ministra visitou na prisão o ex-sub que tão subidamente a serviu. É assim a gratidão que não teve outra gente...

A memória jamais deixe de florir! Sempre a amizade acorde! E a ministra se lá foi, foi para cumprir uma das obras de misericórdia!

Pescas em águas turvas

Secretário foi ao ar. Subitamente. Nada o fazia esperar. E só por muito acaso o soube a gente.

Cavaco nada quis acrescentar. Naturalmente. Não se ponham para aí a imaginar. Tudo bem e contente.

Nada de extraordinário. Sai um secretário logo, logo Cavaco faz sinal

e salta outro para o galarim. Natural o escândalo? Sim, sim. O escândalo por lá é sempre natural...

Promete dar... mas tira

Governo promete mais habitação só se compromete com uma ilusão...

Mas segue na senda já bem conhecida: a quem paga a renda complicar a vida...

Fala — e vê-se já que é tudo mentira: mais casa não dá e mais casa tira...

Mais habitação? Mais mãos à obra? É tudo ilusão e banha de cobra...

Os impostores

Impostos vão baixar diz a Televisão. É grande a animação. Custa muito pagar um balúrdio de massa! IRS é uma desgraça. Obrigado, Cavaco, um imposto desfeito faz sempre jeito!

Contas e contas fiz mais delirantes. A minha fé baixou os seus taipais. Cheguei à conclusão de que pagava mais do que pagava antes...

Cavaco, tu entravas em rotura se houvesse imposto sobre a impostura...

Agenda

Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 882

15 de Novembro de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



COMÍCIO do PCP

sobre

A Situação Política e as Eleições de 1991

com a participação de

ÁLVARO CUNHAL

Secretário-Geral do PCP

CARLOS CARVALHAS

Secretário-Geral adjunto do PCP

e Candidato nas Eleições para a Presidência da República

COLISEU do PORTO

DOMINGO/18 NOVEMBRO/15,30H.

Quinta

● LISBOA

Plenário de reformados da cidade (concelho), para discutir a situação política e social, às 14 horas, no salão do centro de trabalho Vitória. Participa o camarada Vidal Pinto, do Secretariado do CC.

● ÉVORA

Para preparação da Assembleia da organização regional e eleição de delegados, reúnem os camaradas de São Miguel de Machede, São Bento do Ameixial e Evoramonte - 18 horas - e de Brotas - 21 horas.

Sexta

● COIMBRA

Debate sobre a revolução de Outubro e a problemática do socialismo, às 21.30, no salão das Piscinas Municipais, com Carlos Fraião, da Comissão Executiva Nacional do CC, João Arsenio Nunes, docente universitário, e Miguel Urbano Rodrigues, jornalista e deputado.

● ÉVORA

Para preparação da Assembleia da organização regional e eleição de delegados,

reúnem os camaradas da célula da CM do Alandroal (17.30), da célula da Estrela da Manhã e de Borba (20.30), de Valverde, da Afelreira, de Alcáçovas, do Cabeção, do Caborro, de São Geraldo e do Cortiço (21 horas).

● GONDOMAR

Reuniões plenárias nas 10 freguesias do concelho, a partir das 21.30, para eleição de delegados à Assembleia da organização concelhia.

● LISBOA

Iniciativa de solidariedade como Organização de Libertação da Palestina, às 21 horas, no Hotel Embaixador (Av. Duque de Loulé), com a participação de Albano Nunes, do Secretariado do CC, e Issam Besseisso, representante da OLP em Portugal.

● MATOSINHOS

Reuniões plenárias, todas com início às 21.30, para eleição de delegados à Assembleia da organização concelhia: Senhora da Hora, no centro de trabalho; São Mamede de Infesta, no CT (seguida de magusto); Santa Cruz do Bispo, em casa do camarada Fausto (seguida de magusto).

● MONTELAVAR

Plenário de militantes no CT, às 21.30.

● MONTIJO

Assembleias plenárias nos bairros dos Pescadores, da Liberdade e do Arelas e em Sarilhos Grandes, todas às 21 horas, para preparação da 3ª Assembleia da ORS.

● PEDROUÇOS

Reunião plenária de militantes às 21.30 horas no centro de trabalho da Areosa, para preparação da Assembleia da organização de freguesia.

Sábado

● ÉVORA

Para preparação da Assembleia da organização regional e eleição de delegados, reúnem os camaradas do sector metalúrgico (20 horas) e da Landeira (20.30).

● MATOSINHOS

Para eleição de delegados à Assembleia da organização concelhia, reúnem: a organização de freguesia de Custóias, às 15 horas, no CT; a organização de Perafita, às 15 horas, em casa do camarada Luís Belmiro (com magusto após a reunião); a organização de freguesia de Leça da Palmeira, às 15.30, no CT; as empresas da Senhora da Hora, às 17.00, no CT; a organização de freguesia da Lavra, às 17 horas, na Tasca; as empresas da zona de Matosinhos, às 21.30, no CT.

● OEIRAS

A partir das 14.30, o vereador Celorico Moreira, outros eleitos e apoiantes da CDU, contactam a população no centro da vila.

● PORTO

Reunião de reformados, às 15 horas, no CT da Boavista, convocada pelo Secretariado da DORP, para discussão da situação política e social.

● SETÚBAL

Assembleias plenárias em Areias, às 21 horas, na Baixa da Banheira, no Pinal Novo e em Palmela (freguesia) para preparação da 3ª Assembleia da ORS.

● SINTRA

Plenário de militantes da Tabaqueira (para camaradas de Albarraque, Cabo Ruivo, dirigentes e delegados sindicais), na Associação Recreativa e Cultural do Bairro da Tabaqueira, às 15 horas, para discussão da situação política e social e do reforço da célula. Participa o camarada António Cordeiro, suplente do CC.

A partir das 15 horas eleitos da CDU visitam o Bairro Coopalme (Algueirão).

● VILA NOVA DE FAMALICAO

Assembleia da organização do PCP no concelho, a partir das 20.30, no CT, para análise da situação política e da intervenção do Partido e para eleição da Comissão Concelhia.

Domingo

● MONTIJO

Assembleia plenária em Afonseiro, às 10 horas, para preparação da 3ª Assembleia da ORS.

● PALMELA

Assembleias plenárias na Marateca, na Quinta do Anjo, no Bairro Alentejano e nos Olhos de Água, para preparação da 3ª Assembleia da ORS.

● PORTO

Comício às 15 horas no Coliseu, com intervenções de Emílio Ribeiro, da Comissão Executiva Nacional e responsável da DORP, Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto e candidato do PCP às eleições presidenciais, e Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido.

● SINES

A partir das 10 horas, no salão da Sociedade Musical União Recreio e Sport Sineense, reúne a 5ª Assembleia da organização concelhia do Partido, que é aberta à população e em cujo encerramento intervém Francisco Lopes, da Comissão Política e do Secretariado do CC. Estarão em debate uma proposta de resolução e um relatório, e será eleita a Comissão Concelhia. No Salão do Povo realiza-se um almoço-convívio.

Segunda

● AREOSA

Reunião de militantes moradores na Triana, para discussão de questões locais, às 21 horas, no CT da Areosa.

Quarta

● SÃO MAMEDE DE INFESTA

Reunião plenária da Efaced, às 21.30, no CT, para eleição de delegados à Assembleia concelhia.

● LISBOA

Plenário de professores do Preparatório e Secundário do distrito, às 21.30, no CT Vitória, sobre política sindical.

Portugal pode ser Melhor!

Anos 90



Muitos falam em liberdade, igualdade, fraternidade, solidariedade, justiça social, direitos do Homem. Mais importante é a coerência entre actos e palavras. É dar a esses valores um conteúdo real na vida quotidiana e nas soluções políticas.

A candidatura promovida pelo PCP quer dar voz a uma vasta corrente de opinião que partilha da esperança e da vontade da construção de uma alternativa democrática. Pretende contribuir para o debate de ideias sobre os grandes problemas da sociedade portuguesa, sobre o estatuto e a função do Presidente da República.

Afirmamos uma sólida convicção e testemunhamos um imenso empenho: Nos anos 90 Portugal pode, deve e tem de ser melhor!

Carlos Carvalhas

Carlos Carvalhas

Sexta-feira, 16

Marinha Grande — Jantar-comício na SBR 1º de Janeiro (sede da Ordem), às 19.30 horas

Sábado, 17

Loures — contacto com as populações de Moscavide (9 horas, junto ao mercado), Sacavém (9.45) e Santa Iria da Azoia (10.30). Almoço na Bobadela (Clube Recreativo Bobadense). Contacto com a população no centro de dia da Pontinha (junto ao Regimento de Artilharia Um), às 15.30, e no centro de dia de Odivelas (Bairro Lima Pimentel).

Vila Franca de Xira - jantar no CT do PCP em A-dos-Loucos, às 19.30, seguido de sessão pública

Domingo, 18

Porto — comício no Coliseu, às 15 horas

Quarta, 21

Lisboa — Debate com outros candidatos, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas, no Hotel Continental (sala Lisboa), às 16 horas

Quinta, 22

RTP-1 - Entrevista na Primeira Página Especial, às 22.25 horas

Conferência de Álvaro Cunhal segunda-feira, às 21.30, no Teatro São Luiz

Integrada no ciclo de conferências «Portugal, Horizonte Ano 2000», organizado pelo semanário «O Jornal»

Contra as privatizações e em defesa do SEE

Prosseguindo a preparação da 2ª Assembleia da ORL, decorrem de 19 a 26 de Novembro diversas acções de informação e debate em todo o distrito. Num espaço próprio instalado no Rossio realizam-se debates sobre transportes (terça-feira, dia 20, às 12.30 e às 17.30) e sobre saúde (quarta, dia 21, às 12.30).

Solidariedade com a OLP em Lisboa

Sexta-feira, 16 de Novembro às 21 horas, no Hotel Embaixador (Av. Duque de Loulé)

com Albano Nunes, do Secretariado do CC, e Issam Besseisso, representante em Portugal da Organização de Libertação da Palestina



TV Programa

Quinta 15

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 12.00 - Culinária
- 12.15 - Top Model (16º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Clubíssimo (3º epis.)
- 14.35 - Primeira Matinée - «Jerry, Enfermeiro Sem Diploma», real. Frank Tashlin, (EUA/1964, 89 min.)
- 16.05 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - Cidades com Metro (9º epis.)
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo



- 18.45 - Roda da Sorte (concurso)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Tieta (14º epis.)
- 21.25 - Euronico
- 22.25 - Primeira Página (especial)
- 23.35 - Memórias e Emoções (4º e últ. epis.)
- 00.40 - 24 Horas
- 01.10 - Boletim Meteorológico
- 01.20 - Remate

RTP2

- 11.00 - Mira Rádio
- 12.00 - A Força Astral (9º epis.)
- 12.25 - Ora Agora Conto Eu
- 12.40 - Filhos e Filhas (599º epis.)
- 13.05 - Jerry Lewis (9º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Aventura (9º epis.)
- 16.20 - A Ilha das Borboletas (3º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - O Eterno Feminino
- 18.30 - Magazine Regiões
- 19.00 - Troféu
- 20.45 - Via Rápida
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Ti-ti-ti (59º epis.)
- 21.55 - Sinais do Tempo
- 22.50 - Cineclube - «A Primeira Batalha», real. John Ford, (EUA/1936, 70 min.)

Sexta 16

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo

- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.55 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Clubíssimo
- 14.40 - Primeira Matinée - «O Herói do Ano 2000», real. Woody Allen (EUA/1973, 88 min.)
- 16.10 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - Transantártica (2º epis.)
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Tieta
- 21.25 - Sessão da Noite - «Os Olhos de Laura Mars», real. Irvin Kershner (EUA/1978, 96 min.)
- 23.25 - Chefe, Mas Pouco (40º epis.)
- 23.55 - 24 Horas
- 00.25 - Boletim Meteorológico
- 00.35 - Remate
- 01.00 - Pela Noite Dentro - «Sexta-Feira, 13» (9º epis.)

RTP2

- 11.00 - Mira Rádio
- 12.00 - Universo Juvenil (1º epis.)
- 12.25 - Ora Agora Conto Eu
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.25 - Armação Ilimitada (16º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - História do Automóvel (6º e últ. epis.)
- 16.20 - Novos Horizontes
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Magazine Regiões
- 19.00 - Troféu RTP
- 20.45 - Via Rápida
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Ti-ti-ti
- 22.00 - Rotações
- 23.00 - Pop-Off
- 23.25 - As Teias da Lei (2º epis.)
- 00.15 - Boletim Meteorológico

Sábado 17

RTP1

- 09.00 - À Mão de Semear
- 09.25 - Canal Jovem
- 13.00 - Encontro à Uma
- 13.50 - Boletim Meteorológico
- 13.55 - Os Melhores Anos (9º epis.)
- 14.20 - Knebworth (4ª parte)
- 15.00 - Grandes Viagens (1º epis.: o «Pan-american highway»)
- 15.55 - Primeira Matinée - «Bach e Broccoli», real. André Melancon (Canadá/1986, 95 min.)
- 17.40 - A Magia de Paul Daniels
- 18.30 - Fogo Grego (3º epis.)
- 18.55 - Hooperman (9º epis.)
- 19.20 - TVer
- 19.45 - Totoloto

- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.35 - Napoleão e a Europa (2º epis.)
- 22.20 - Casa Cheia (concurso)



- 23.10 - Champagne Charlie (3º epis.)
- 00.10 - Última Sessão - «Os Inadaptados», real. John Huston (EUA/1960, 120 min.)

RTP2

- 09.00 - Universidade Aberta
- 10.15 - Fora de Horas
- 10.50 - National Geographic (15º epis.)
- 11.50 - Forum Musical
- 13.05 - Agarra o 2
- 14.00 - Cine-Sábado - «O Barco das Ilusões», real. George Sidney (EUA/1951, 103 min.)
- 16.00 - Estádio
- 18.30 - Jornal Fim-de-Semana
- 19.00 - Arca de Noé (concurso)



- 19.45 - Clube Paraíso (1º epis.)
- 20.35 - Tauromaquia
- 21.00 - Troféu RTP
- 21.40 - James Taylor em concerto
- 00.40 - O Decálogo (8º epis.)
- 01.30 - Boletim Meteorológico

Domingo 18

RTP1

- 09.00 - Canal Jovem
- 11.30 - Missa
- 12.30 - 70x7
- 13.00 - Notícias
- 13.15 - Os Gophers (9º epis.)
- 13.40 - Fronteiras (1º epis.)
- 14.30 - Mapa Cor de Rock
- 15.40 - Primeira Matinée - «Ensiname a Viver», real. Hal Ashby (EUA/1971, 108 min.)
- 17.15 - Que Familiar! (7º epis.)
- 17.40 - Regresso ao Passado (9º progr.)
- 18.55 - McGyver (21º epis.)

- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.45 - Boletim Meteorológico



- 21.00 - Kananga do Japão (9º epis.)
- 22.30 - Domingo Desportivo
- 00.05 - Controvérsias

RTP2

- 09.00 - Outras Músicas
- 11.00 - Caminhos
- 11.30 - Agarra o 2
- 12.30 - Competir
- 13.00 - Troféu



- 18.00 - Vida Nova (9º epis.)
- 19.00 - Nós 2
- 20.00 - Bismarck (2º epis.)
- 20.50 - Palavra Puxa Palavra (concurso)
- 21.35 - Artes e Letras - Peter O'Toole
- 22.10 - Noite de Cinema - «Lawrence da Arábia», real. David Lean (Grã-Bretanha/1962, 214 min.)
- 01.20 - Boletim Meteorológico

Segunda 19

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Clubíssimo
- 14.25 - Primeira Matinée - «Atrás do Espelho», real. Nicholas Ray (EUA/1956, 92 min.)
- 16.05 - Ponto Por Ponto
- 17.00 - Maravilhas do Mundo Selvagem
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico



- 20.15 - Tieta
- 21.10 - Desenhos Animados
- 21.20 - Alf
- 21.50 - O Preço Certo (concurso)
- 22.50 - O Céu Como Horizonte (6º epis.)
- 23.55 - 24 Horas
- 00.30 - Remate

RTP2

- 11.00 - Mira Rádio
- 12.25 - Ora Agora Conto Eu
- 13.10 - Arsenio Hall (10º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Maravilhas do Planeta
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Fora de Horas
- 18.55 - Ti-ti-ti
- 19.40 - Via Rápida
- 19.50 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Informação Especial



- 22.10 - Teatro português
- 00.25 - Boletim Meteorológico

Filmes

- «Jerry, Enfermeiro Sem Diploma» - 5ª, 14.35, RTP-1
- «A Primeira Batalha» - 5ª, 22.50, RTP-2
- «O Herói do Ano 2000» - 6ª, 14.40, RTP-1
- «Os Olhos de Laura Mars» - 6ª, 21.25, RTP-1
- «O Barco das Ilusões» - sáb., 14.00, RTP-2
- «Bach e Croccoli» - sáb., 15.55, RTP-1
- «Os Inadaptados» - sáb., 00.10, RTP-1
- «Ensiname a Viver» - dom., 15.40, RTP-1
- «Lawrence da Arábia» - dom., 22.10, RTP-2
- «Atrás do Espelho» - 2ª, 14.25, RTP-1
- «Amor por Anúncio» - 3ª, 14.30, RTP-1
- «The Boy Who Turned Yellow» - 3ª, 21.55, RTP-2
- «O Atirador» - 4ª, 14.25, RTP-1
- «A Honra dos Padrinhos» - 4ª, 21.35, RTP-1

Música

- Quinta
- 20.45, RTP-2: Via Rápida
- Sexta
- 20.45, RTP-2: Via Rápida
- 23.00, RTP-2: Pop-Off
- Sábado
- 11.50, RTP-2: Forum Musical
- 23.40, RTP-2: James Taylor
- Domingo
- 09.00, RTP-2: Outras Músicas
- 14.30, RTP-1: Mapa Cor de Rock
- Segunda
- 19.40, RTP-2: Via Rápida
- Quarta
- 19.40, RTP-2: Via Rápida

Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (01.20), 6ª (00.35), 2ª (00.30), 3ª (00.25), 4ª (00.25)
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.30
- Estádio - RTP-2, sáb., 16.00
- Troféu - RTP-2, dom., 13.00
- Troféu RTP de Andebol (Guimarães) - RTP-2, 5ª e 6ª às 19.00, sáb. às 21.00



Terça 20

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Clubíssimo
- 14.30 - Primeira Matinée - «Amor por Anúncio», real. Don Taylor, (EUA/1984, 105 min.)
- 16.05 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - O Mundo (10º epis.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Tieta
- 21.10 - Desenhos Animados
- 21.20 - Modelo e Detective (9º epis.)
- 22.15 - Primeira Página
- 23.20 - Allô, Allô (10º epis.)
- 23.50 - 24 Horas
- 00.25 - Remate

RTP2

- 11.00 - Mira Rádio
- 12.25 - Ora Agora Conto Eu
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Viajando pelo Mundo (10º epis.)
- 16.20 - Os Henderson (12º epis.)
- 16.40 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Trial By Jury
- 18.55 - TI-TI-TI
- 19.20 - Circo
- 19.50 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemazine
- 21.55 - Cinemadois - «The Boy Who Turned Yellow», real. Michael Powell (Grã-Bretanha/1972, 54 min.)
- 23.40 - Universidade Aberta
- 00.05 - Boletim Meteorológico

Quarta 21

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Clubíssimo
- 14.25 - Primeira Matinée - «O Atirador», real. Don Siegel (EUA/1976, 99 min.)
- 16.05 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - O Corpo Humano (10º epis.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Tieta
- 21.10 - Desenhos Animados
- 21.20 - Vamos Jogar no Totobola



- 21.35 - Lotação Esgotada - «A Honra dos Padrinhos», real. John Huston (EUA/1985, 129 min.)
- 23.50 - 24 Horas
- 00.25 - Remate

RTP2

- 11.00 - Mira Rádio
- 12.25 - Ora Agora Conto Eu
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.05 - Lutar para Vencer (4º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Madeira - Cá Entre Nós
- 16.55 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - As Três Damas do Quilisque (12º epis.)
- 18.55 - TI-TI-TI
- 19.20 - Circo
- 19.40 - Via Rápida
- 19.50 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Emoções
- 21.55 - Joaquim Letria
- 23.30 - Xingu (9º epis.)
- 00.15 - Boletim Meteorológico

Teatro O Cartaz

LISBOA

- Casa da Comédia**, R. S. Francisco Borja, 25. Sáb. e dom. às 15.30 e às 17. **A Menina do Mar**, de Sophia de Mello Breyner, encen. Filipe Crawford.
- Comuna**, Praça de Espanha. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Sala Nova - O Estrangeiro em Casa**, de Richard Demarcy, encen. João Mota. **Sala 1 - Um Eléctrico Chamado Desejo**, de Tennessee Williams, encen. João Mota.
- Estrela Hall**, Rua da Estrela, 10. Dias 15, 16, 17, 22, 23 e 24, às 21.30. **What the Butler Saw**, de Joe Horton, encen. Rosie Wates, pelos Lisbon Players.
- 1º Acto, Algés. De 3ª a dom. às 21.30. **S'Tôres**, de John Godber, encen. Me-

- linda Mourão, pelo grupo Locomotiva.
- Teatro Aberto**, Praça de Espanha. 4ª e 6ª às 21.45, sáb. às 16. **Loucos por Amor**, de Sam Shepard, encen. João Lourenço. 5ª e sáb. às 21.45, dom. às 16. **Desejo Sob os Ulmeiros**, de Eugene O'Neill, encen. João Lourenço.
- Teatro da Graça**, Trav. S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Quem Tem Medo de Virginia Wolf?**, de Edward Albee, encen. Fernanda Lapa.
- Teatro Maizum**, Rua Poiais de S. Bento, 75. De 3ª a sáb. às 21, dom. às 16. **A Teia**, de Graça Gonçalves, encen. Silvina Pereira.
- Teatro Maria Matos**, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3ª a sáb. às 21.30, dom.

- às 17. **Vórtice**, de Noel Coward, encen. Norberto Barroca.
- Teatro Maria Vitória**, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23, ao dom. também às 16. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.
- Teatro Nacional D. Maria II**, Rossio. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16. **Minetti, Retrato do Artista Quando Velho**, de Thomas Bernhard, encen. Ricardo Pais.
- Teatro da Trindade**, Rua Nova da Trindade. 5ª, 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16. **Os Bichos**, de Miguel Torga, pelo Grupo O Bando.
- Para crianças**
- TIL**, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e

- dom. às 16. **Feliz Aniversário**, de Fernando Gomes, pelo Teatro Infantil de Lisboa.
- Teatro de Animação**, Rua Prof. Santos Lucas, 36. 3ª, 5ª e 6ª às 10, 11.30 e 14; sáb. às 16; dom. às 11. **Cada Macaco no Seu Galho**, pelo Grupo Os Papa-Léguas.
- ALMADA**
- Teatro Municipal de Almada**. 3ª e sáb. às 19.00, dom. às 15.00. **Amor a Quanto Obrigas**, de Gil Vicente, encen. Joaquim Benite, pelo Teatro de Almada.
- OEIRAS**
- Cine-Teatro de Oeiras**. 6ª e sáb. às 21.15, dom. às 16.00. **Uma Nora Ideal**, de Manuel Frederico Pressler, pelo Teatro Independente de Oeiras.

Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Dick Tracy	—	★★★★	★★★	★★
B	Maridos à Água	★★★	★★★	—	★★★
C	Non ou a Vã Glória de Mandar	★★★	★★★★	—	★★★
D	Henry e June	—	★★	—	★★★
E	O Expresso dos Malditos	—	★★	—	—

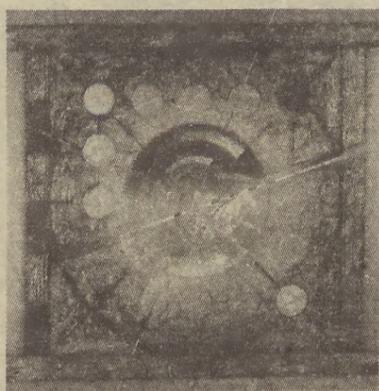
Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Warren Beatty — Amoreiras/5 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15); — Lisboa.
- B — Real. Peter Greenaway — Quarteto/1 (14.30, 17, 19.30, 21.45, 24.00); Lisboa.
- C — Real. Manoel de Oliveira — Forum Picoas/1 (13.30, 15.30, 17.30, 19.45, 22) King Triplex/1 (14.15, 16.30, 19.15, 21.45); Sétima Arte (14.45, 17.00, 19.30, 21.45); — Lisboa.
- D — Real. Peter Hyams — Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Terminal (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30); Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/5 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15) Lisboa.
- E — Real. Philip Kaufman — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); ; São Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Amoreiras/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.

Exposições



Pintura de Carlos Carreiro na Galeria Praça (Porto)



Pintura de Espiga Pinto na Galeria Holley (Lisboa) até sábado



Pintura de Lima de Freitas na Socitp (Lisboa) até dia 20

LISBOA
Ahmed Ismael - Fotografia «Torre de Belém». APAF, Rua das Chagas, 17-2º dº, ao Camões. De 3ª a 6ª, das 18.30 às 22.30 (até 30/11)
André Gomes - Fotografia. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3ª a 6ª das 15 às 20; sáb. das 16 às 20 (até 17/11)
Constança Meira - Pintura. Galeria João Hogan, Rua Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 10 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 23/11)
Desenhar a Revista - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17
D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa - bibliográfico, com os planos e projectos do Aqueduto das Águas Livres e obras de arte que inspirou. Palácio Gaivéas, Campo Pequeno. Das 14 às 19 (até 31/12)

Espiga Pinto - Pintura. Galeria Holly, Lg. da Trindade, 17. De 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30; 2ª das 15 às 19.30 (até 17/11)
Francisco Laranjo - Pintura. Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19
Gabriela Albergaria - Pintura. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 19.30 (até 25/11)
Gravura chinesa contemporânea - Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2ª a 6ª, das 10 às 20, sáb. das 10 às 16 (abre hoje às 18)
Guilherme Parente, Boavida Amaro e José de Azevedo - Pintura. Galeria L190, Av. da Liberdade, 190, c/v, Esq. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 26/11)
Isabel Cabral e Rodrigo Cabral - Escultura pintada. Galeria da Sociedade Nacional de Belas-Artes, Rua

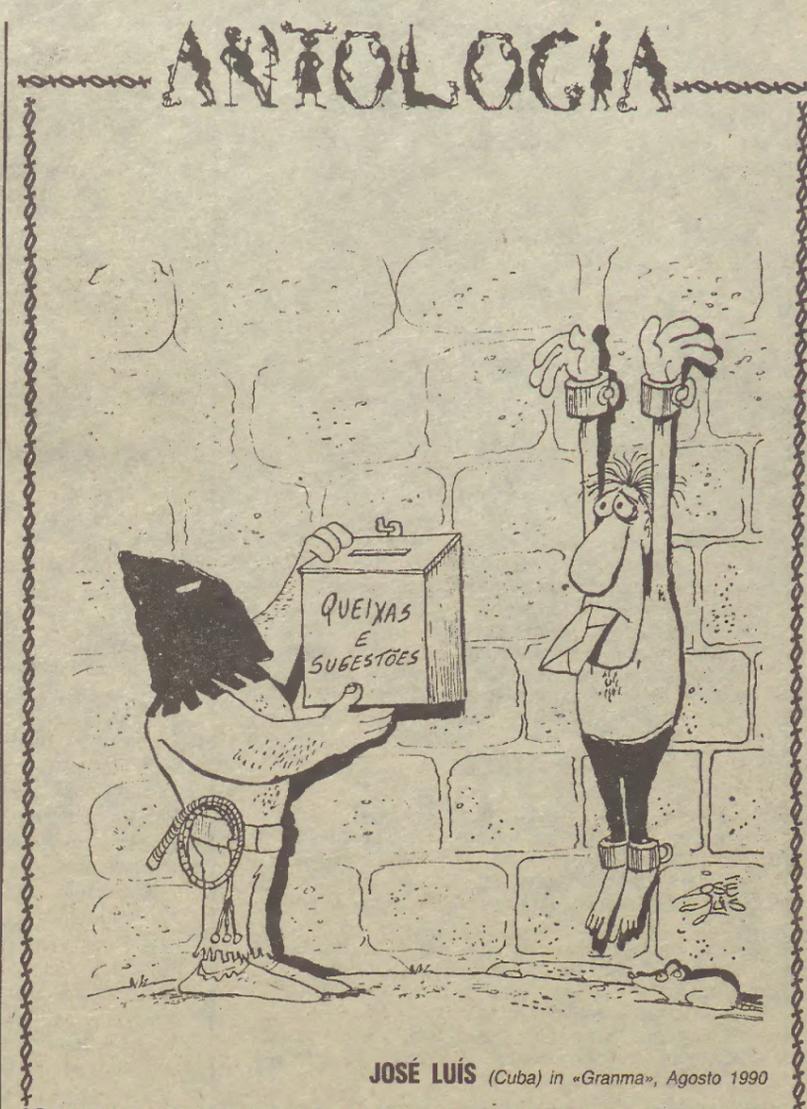
Barata Salgueiro, 36 (até 25/11)
Jovens pintores - Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2ª a 6ª das 10 às 17 (até 16/11)
Lima de Freitas - Pintura e desenho. Socitp, Rua D. Estefânia, 195. De 2ª a sáb. das 10 às 20 (até 20/11)
Manuel Oliveira - Pintura. Galeria Arte Bruta, Rua do Século (até 17/11)
Maria Filomena Correia - Pintura. Centro Cultural das Descobertas (Padrão dos

Descobrimientos). De dom. a sáb., das 10 às 19; a 2ª das 14 às 19.00 (até 29/11)
Menez - Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 30/11)
Michelangelo Pistoletto - Escultura. Galeria Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1-B. (até 24/11)
«90 Anos de Arte Moderna Portuguesa» (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machado, 1. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20

Um Século de Electricidade. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (aosáb. até às 22, ao dom. até às 18). Até ao fim do ano
Tapacaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17
Van Gogh: no centenário da sua morte - bibliográfica. Biblioteca Geral da Fundação Gulbenkian, Av. de Berna
Vitor Pomar - Pintura. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenda, 26, c/v. De 3ª a sáb. das 15 às 20.

PORTO
Carlos Carreiro - Pintura. Galeria da Praça, Pç. da Liberdade. De 2ª a 6ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19; sáb. das 15 às 19.30
Costa Pinheiro - Pintura (série «Reis de Portugal»/1965-66). Casa de Serralves, Rua de Serralves, das 14 às 20
João Salema - Pintura. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 29/11)
Joaquim Bravo - Pintura e desenho (inéditos). Gal. Pedro Oliveira, Calc. de Monchique, 3. De 2ª a sáb. das 14.30 às 20 (até 24/11)
Manuel Amado - Pintura. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 2ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30; sáb. das 15 às 19.30
Manuel Casimiro - Pintura. Galeria Fluxus, R. do Rosário, 125. De 2ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 30/11)
Rui Aguiar - Pintura. Quadrado Azul, R. de Costa Cabral, 777, loja 8. De 2ª a sáb. das 15 às 22

OUTRAS LOCALIDADES
Nonato Oliveira - Pintura. Até 27/11, na Galeria Sépia, Av. da Liberdade, 505, 1º, BRAGA
Almeida Ferreira - Pintura. Até 25/11, no Museu Condes de Castro Guimarães, de 3ª a dom. das 10 às 17, CASCAIS
25 de Abril: Memória e Projecto de Um Tempo Recente (exposição integrada nas comemorações dos 700 anos da Universidade de Coimbra). Até 30/11, Pátio da Inquisição, COIMBRA
Exposição Colectiva de Pintura Naturalista. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA
João Duarte - Escultura. Casa do Adro/ Museu Municipal de Loures. De 3ª a 6ª das 9 às 12 e das 14 às 17; sáb. e dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.30 (até 25/11), LOURES
Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUZ
Surrealismo e Não Só - colectiva (obras de Cesariny, Cruzeiro Seixas, Fernando Azevedo, Vespêira, João Vieira, Rui Filipe). Galeria Neupergama, Rua Miguel Bombarda, 15 TORRES NOVAS



JOSÉ LUÍS (Cuba) in «Granma», Agosto 1990

...e ainda Música, debates, etc.



Bancas de Natal

A juntar às já anunciadas em edições anteriores, outras bancas ultimam os preparativos no sentido de abrir as suas portas ao público. Nelas, poderá o visitante encontrar desde livros a brinquedos, passando pelo artesanato, pelas roupas ou bebidas.
 É o caso da «Grande Banca de Natal» montada no Centro de Trabalho do PCP em Algé, aberta ao público de segunda a sexta-feira das 15 horas às 22 horas e também aos sábados, com o mesmo horário.

Todos os dias e em todas as sessões, o preço dos bilhetes é de 250\$00.
 O ABC Cine-Clube de Lisboa, por sua vez promove, no dia 20, terça-feira, no Cinema Londres, pelas 19 horas, a antestreia do filme «Out Cold», intitulado em português «Um Crime Divertido». Trata-se da segunda obra para o cinema do realizador bitânico Malcom Mowbray, muito notado no Festival de

do (dias 16 e 17), o Ballet Euskadi apresenta «Horrela Gara Gu» - «Gala das Estrelas», coreografado por A. Messerer e R. Marti, iniciativa que leva à cena no quadro dos terceiros Festivais de Lisboa, promovidos pela Câmara Municipal da capital.
 Hoje, às 18.30 horas, na Fundação Calouste Gulbenkian, o Ballet Gulbenkian apresenta três peças: Arden Court - com coreografia de Paulk



ro e música de John Laurie, Nina Simone, Henry Torgue e René Aubry.

Música

No âmbito dos terceiros Festivais de Lisboa, no sábado, dia 17, Brigitte Meyen interpreta ao piano peças de Mendelssohn, Mozart e Schubert.
 No Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, a orquestra Gulbenkian dirigida pelo maestro Claudio Scimone, com Adriano Jordão ao piano, interpreta peças de Ponchielli, Ravel, Schubert e Rossini.



Tróia de 1986 pelo seu «Aprivate Function».

Taylor e música de Willian; Jardim Cerrado - coreografia, cenário e figurinos de Nacho Duato e música de Maria del Mar Bonet; e Percursos Oscilantes - em estreia absoluta, coreografia de Paulo Ribeir

Cinema

Uma rica e diversificada programação assinala na semana de 19 a 23 o 15.º aniversário do Quarteto.

Dança

No teatro Maria Matos, sexta e sába-

Jazz

No Teatro Municipal de S. Luiz, domingo, dia 18 às 21.30 horas, com Michelle Rosewoman Quintet.

Tempo Fim de Semana



Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica para o fim-de-semana.
 Céu pouco nublado. Vento fraco ou moderado de Nordeste.



Pintura de Menez na Galeria 111 (Lisboa) até dia 30

a TV

Notas do meu caderno

I

Sei, através do **Jornal das Nove**, que Portugal forneceu ao Iraque grandes quantidades de urânio concentrado. Isso passou-se nos tempos de Sá Carneiro e de Pinto Balsemão.

Registe-se.

II

Um perito das operações da Bolsa confirmou que as ditas operações andam pelas ruas da amargura. Tudo depende, disse, das decisões estrangeiras. A instabilidade internacional não favorece o investimento - e a Bolsa de Lisboa fica sem oxigénio...

Querem uma economia mais artificial? E afinal, os portugueses que se preocupam com a independência do seu país, têm ou não razão bastante para isso?

Que tal uma Primeira Paginazinha sobre o assunto?

III

Em perspectiva a realização em Portugal do próximo campeonato mundial de Juniores. Será possível? Não será possível? Responde, em entrevista à televisão, o Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, e diz que sim. Que a coisa está a andar. Não deve haver problema.

E quanto à organização do Campeonato mundial do futebol sénior, em 1998? Também será possível?

Resposta:

- **Sim, se houver dinheiro...**

Que fantasia! Que imaginação! Sonhar não custa. Faz sempre arranjo um biberãozinho para ajudar a passar o tempo.

IV

Na entrevista à Primeira Página Especial, Basílio Horta expôs uma sugestão deveras encantadora.

Assim, a lei devia estipular um subsídio para financiar as candidaturas a Belém.

Nada a opor. Mas garanto que, se a lei vier, quem se vai logo candidatar sou eu. A quem é que não dá jeito um subsídiozinho?

V

Ainda na tal entrevista. Basílio Horta define os que estão do lado de cá (do lado dele) e do lado de lá (os do outro lado evidentemente)

Assim:

- **Do lado de lá estão os comunistas, os socialistas, os não democratas...**

Como se vê, é fácil. A gente olha para um lado, para o outro - e percebe logo tudo. Não tem nada que saber.

VI

Gorbachov visitou a Alemanha. **Telejornal** dedicou ao acontecimento dez minutos, ou seja, um terço do tempo da emissão.

Tanto tempo? Bem, é porque o telejornal aproveitou para elaborar um dossier sobre a «derrocada do comunismo» na Europa do Leste, com especial destaque para a queda do muro. Meu Deus, não há na História nenhum outro muro que tenha caído tantas vezes. Só na RTP cai ele uma vez por dia.

VI

Toda a glória para a RFA, a propósito da anexação da RDA. E no entanto, o **Telejornal** descaí-se, na mesma peça, com uma informação estranha, para tanta glória: os desempregados na ex-RDA já vão a caminho dos dois milhões...

Desemprego, sim, mas numa economia de mercado. **Dá mais status...**

VI

O enviado especial do telejornal à visita de Gorbachov acentua «a cooperação e parceria» que ficaram estabelecidas entre os dois países. E adianta que o comunismo conseguiu pela negociação o que não conseguiu pelo confronto.

Em que ficamos? O comunismo fracassou - ou venceu?

Resolvam lá isso, meus senhores!

VII

Timidamente, como quem esconde a sífilis familiar, a televisão mal referiu o elevado grau de abstenções nas eleições dos Estados Unidos. Houve só uma passagenzinha pelos números. Ficamos a saber que apenas votaram 35 por cento dos eleitores...

Porquê?

O correspondente do **Telejornal** em Washington apresenta várias causas entre as quais «a sensação existente nos Estados Unidos de que nada se resolve com os votos...».

Estão a ver? Chama-se a isto «uma grande democracia...»

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Operação Gládio: uma história ao fim de anos

«Num discurso de meia hora, ontem no Senado, o presidente do Conselho de Ministros, Giulio Andreotti, confirmou a existência de um super-serviço secreto, que nasceu de um entendimento entre a Itália e os Estados Unidos, para prevenir invasões "estrangeiras", mas desmentiu qualquer envolvimento desta "secreta" nos atentados terroristas e tentativas de desestabilização da democracia durante os últimos anos.

Entretanto, a existência foi também confirmada pelo ministro belga da Defesa, Guy Coëme que, numa entrevista à rádio pública belga, RTBF, revelou que a rede tinha realizado uma reunião no final do passado mês de Outubro, em Bruxelas e que, segundo tinha sido informado ontem de manhã, o seu país exerce actualmente a "presidência rotativa" da chamada Operação Gládio. Coëme declarou ter ordenado a realização de um "inquérito administrativo" para saber se existe "a mais pequena relação" entre a rede e o "banditismo e terrorismo que atingiram a Bélgica durante os anos 80". As revelações do ministro belga parecem confirmar o âmbito internacional, e já não só italiano, da Operação Gládio.

A confissão de Woerner

Na terça-feira passada, em Lisboa, o secretário-geral da NATO, Manfred Woerner, evitou a mais grave crise institucional italiana, ao desmentir outro porta-voz da Aliança que negara, no dia anterior, a existência em Itália da Gládio — um super-serviço que faria parte da estratégia da NATO em caso de ataques comunistas aos países europeus.

Sem o desmentido de Woerner, Andreotti e o Presidente da República, Francesco Cossiga, que afirmou estar ciente da operação, teriam sido obrigados a demitir-se.

O capitão canadiano Jean Marcotte, porta-voz adjunto do SHAPE, o comando-geral da Aliança Atlântica na Europa, ao afirmar que "no quadro da estrutura militar da NATO não existe, e nunca existiu, uma organização deste tipo", desmentira, na segunda-feira, os chefes de Estado e do governo italianos, colocando-os, no mínimo, na situação de mentirosos.

O "desmentido do desmentido" salvou o Governo, mas aticou ainda mais o fogo que "Gládio" acendeu no país. A opinião pública assiste a um triste espectáculo ao ver os homens que chefiaram o governo ou o Ministério da Defesa desde 1956 declararem que nada sabiam, ou que sabiam, ou que sabiam mas nada fizeram para investigar o que era o super-serviço secreto que escapava totalmente ao

controlo da democracia italiana.

A primeira notícia a respeito da Operação Gládio foi divulgada em 1977. O general Vito Micelli, que na época era chefe do serviço secreto, admitiu, durante um processo, que existia "uma organização secretíssima", acrescentando: "As máximas autoridades do Estado têm conhecimento disso."

Uma conspiração anticomunista

Ao reler esta declaração, o jovem e teimoso juiz veneziano, Felice Casson, encarregado de esclarecer a morte de três carabinieri na explosão de um carro-bomba em Maio de 1971, decidiu consultar os arquivos do SISMI, Serviço de Informações Secretas Militares. E encontrou todas as cartas que descrevem o pacto estipulado, a partir de 1951, entre a espionagem italiana, as forças aliadas e a CIA. Pacto que a nação desconhecia até há 12 dias, quando foi revelado num documento lido pelo chefe do governo, Giulio Andreotti, perante os parlamentares.

A curiosidade de Casson, que agora convocou o Presidente Cossiga para depor como testemunha no caso Gládio, tem uma explicação: o jovem neofascista Vincenzo Vinciguerra, autor do assassinio dos carabinieri, declarou, ao ser interrogado pelo juiz, que "todos os massacres que ensanguentaram a Itália a partir de 1969 pertencem a uma única matriz organizativa". Gládio?

O general Micelli confirmou a Casson que "tanto o presidente do Conselho, como o ministro da Defesa, sempre foram informados da Operação Gládio". Sabiam que existia um super-serviço secreto, formado não só por militares, mas sobretudo por civis, treinado para impedir que os comunistas chegassem ao poder, ou para organizar a guerrilha, em caso de vitória eleitoral do PCI.

A prova estava no detalhado e rico arquivo do SISMI. Cartas enviadas aos chefes de governo de 1956 até hoje, carimbadas com um "visto" e assinadas. Cartas que eram a necessária garantia e cobertura para os "007 italianos", conscientes de que a Operação Gládio era não só secreta como ilegal.

O primeiro e mais convicto "gladiador" chamava-se Gerald Miller, funcionário da CIA encarregado de organizar em toda a Europa ocidental as operações clandestinas "Stay Behind", uma expressão técnica dos serviços secretos americanos para indicar uma rede oculta de resistência des-

tinada a enfrentar uma invasão soviética.

A conexão com a CIA

O papel e importância de Miller foram confirmados pelo ex-director da CIA, William Colby. "Temia-se a invasão soviética. Gerry disse-me que, se os russos conseguissem apoderar-se de uma ou de todas as nações do continente, os americanos deviam ter condições para accionar bandos bem organizados e armados de civis e militares."

O objectivo comunicado pela CIA ao serviço italiano era claríssimo: "É preciso reduzir as forças dos partidos comunistas, a sua influência nos governos italiano e francês e especialmente nos sindicatos, para diminuir o perigo que o comunismo alastre para Itália e França, prejudicando os interesses dos EUA nos dois países... O objectivo deve ser alcançado com qualquer meio."

Os meios admitidos não são claros: podiam ser golpes de Estado, conspirações, sabotagens, massacres. As acções para combater os comunistas, diz ainda o documento da CIA, "podem ser adoptadas contra pessoas, ou podem ser gerais, destinadas a pressionar os grupos e organizações do país amigo".

Arrepios

É difícil evitar um arrepio ao pensar na famosa "estratégia de tensão", que durante 15 anos, de 69 a 84 (os anos em que o PCI avançava e se aproximava do poder), matou, com bombas e atentados, mais de 600 cidadãos inocentes.

Outro arrepio é provocado pelo aviso que ontem, no seu editorial, lançou o director do diário italiano "Repubblica", Eugenio Scalfari: "os depósitos de armas da Gládio foram todos recuperados e localizados, excepto dois, que se perderam. É uma questão marginal perder dois depósitos de armas, bombas, explosivos, metralhadoras, fuzis de precisão, pistolas, punhais, morteiros e outras armas referidas no 'documento'?"

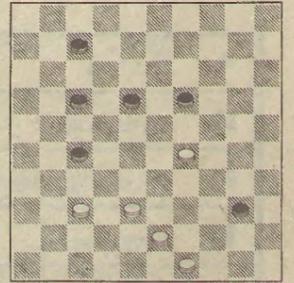
Até agora, os únicos políticos que admitiram saber o que é a Gládio foram Cossiga, Andreotti e o seu antecessor Ciriaco De Mita. Os outros declararam uma série de "não quero responder", "tenho de consultar os meus arquivos", "nunca soube de nada". A sensação é que esta operação foi, durante 40 anos, um virtuoso segredo colectivo. Um segredo que — como comentou o Presidente Cossiga — fazia parte daquele muro invisível que, para além do muro de Berlim, dividia o Leste do Oeste."

(«Público», 9 de Novembro)

Damas

CCLXXVIII

— 15 de Novembro de 1990
PROPOSIÇÃO N.º 278
Por: G. L. GORTMANS
In 1001 Miniaturen, Londres, 1938
Pr.: [6]: 7-17-18-19-27-40
Br.: [5]: 29-37-38-43-49

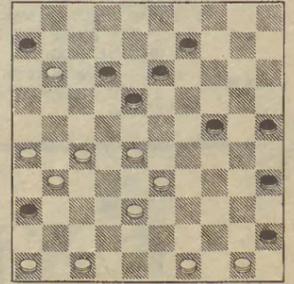


Branças jogam e ganham

GOLPE N.º 278

Por: GASTON BEUDIN
— 1932

Pr.: [10]: 6-9-12-13-18-24-25-35-36-45
Br.: [11]: 11-26-27-28-31-33-38-46-47-49-50



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES

DO N.º CCLXXVIII

N.º 278 (G.L.G.): 1. 29-23!, (18x29); 2. 38-33, (29x38); 3. 43x1=D, (40-45); 4. 49-44!, (45-50=D); 5. 1-23!, (50x46); 6. 23x5 +.

SE: 1., (19-28); 2. 38-32, (27x38); 3. 43x1=D, (40-45); 4. 1-40, (45x34); 5. 49-44... e G.

GOLPE N.º 278 (G.B.): 1. 50-44, (6x17); 2. 44-40, (35x44); 3. 49-40, (45x34); 4. 47-41, (36x47); 5. 46-41, (47x36); 6. 26-21!, (17x37); 7. 38-32, (36x22); 8. 28x39, (37x28); 9. 33x4!+.

A. de M.M.

Xadrez

CCLXXVIII — 15 de Novembro

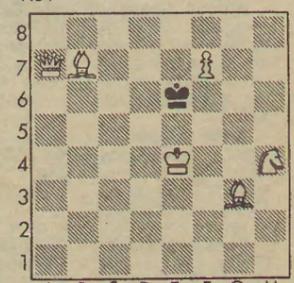
de 1990

PROPOSIÇÃO N.º 278/A

Por: HANS HILMAR STAUDTE
«Die Schwalbe», 1963

Pr.: Rex Solus/Ré6

Br.: [6]: Pf7-Ch3-Bs. b7,g4-Da7-Ré4



MATE EM 2 LANCES

1 — Diagrama
2 — Sem Bb7
3 — Sem Bb7 nem Ch4
4 — Sem Bs.Bb7 e Bg3 nem Ch4

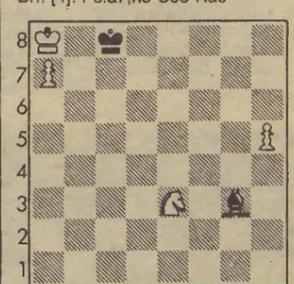
PROPOSIÇÃO N.º 278/B

Por: J.K. VLURMAN

«Tijdschrift K.N.S.B.», 1936

Pr.: 2: Bg3-Rç8

Br.: [4]: Ps.a7,h5-C63-Ra8



BRANÇAS JOGAM E GANHAM

SOLUÇÕES DO N.º CCLXXVIII

N.º 278/A (H.S.): 1) -1.f8=DA-MAl, Rd7; 2. Bd5++ 2) -1.f8=BIS-PO!, Rf6; 2. D67++ 3) -1.f8=CAVALOI+, Rf6; 2. Bh4++ 4) 1.f8=TOR-RE!, Rd6; 2. Tf6++.

N.º 278/B (J.K.V.): 1. Cç4, Rç7. 2. h6, Bh4. 3. Cd6, Bg3; 4. h7, B65; 5. Cf7, B7; 6. h8=D, B:h8; 7. Ch8 e g.

A. de M.M.